

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Revista Querubim

Letras – Humanas – Sociais

RESENHAS

Coletânea PPE – Pesquisa e Prática
Educativa – Letras

2021

2021

2021

2021

Aroldo Magno de Oliveira
(Ed./Org.)

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Revista Querubim 2021 – Ano 17 – Coletânea PPE – Letras – Resenhas - 85p. (outubro – 2021)
Rio de Janeiro: Querubim, 2021 – 1. Linguagem 2. Ciências Humanas 3. Ciências Sociais Periódicos. I - Título: Revista Querubim Digital

Conselho Científico

Alessio Surian (Universidade de Padova - Itália)
Darcília Simoes (UERJ – Brasil)
Evarina Deulofeu (Universidade de Havana – Cuba)
Madalena Mendes (Universidade de Lisboa - Portugal)
Vicente Manzano (Universidade de Sevilla – Espanha)
Virginia Fontes (UFF – Brasil)

Conselho Editorial

Presidente e Editor

Aroldo Magno de Oliveira

Consultores

Alice Akemi Yamasaki
Andre Silva Martins
Elanir França Carvalho
Enéas Farias Tavares
Guilherme Wyllie
Hugo Carvalho Sobrinho
Hugo Norberto Krug
Janete Silva dos Santos
João Carlos de Carvalho
José Carlos de Freitas
Jussara Bittencourt de Sá
Luiza Helena Oliveira da Silva
Marcos Pinheiro Barreto
Mayara Ferreira de Farias
Paolo Vittoria
Pedro Alberice da Rocha
Ruth Luz dos Santos Silva
Shirley Gomes de Souza Carreira
Vânia do Carmo Nóbile
Venício da Cunha Fernandes

Revisão de texto

Ana Paula Pires Henriques

SUMÁRIO

Resenhas		
01	Angélica Carvalho Dias e Annye Rodrigues Costa – Lingüística e ensino da língua portuguesa como língua materna	05
02	Arthur Henrique Fernandes de Almeida, Eduarda Aguiar Rezende e Leticia Gomes Teixeira – Às vezes ela mandava ler dois ou três livros por ano	09
03	Bianca Correa dos Santos – O professor de Língua Portuguesa no contexto atual: desafios e avanços	12
04	Daianne Quintanilha Martins – Prática da Leitura na Escola	15
05	Diana Ribeiro Araujo e Mariane Carvalho da Silva - “Sobre o ensino de Português na escola.”	18
06	Fabiane Azevedo Dias, Hana Karolina Azevedo Peçanha e Luiz Fillipy Balonecker da Luz – O Ensino de Língua Portuguesa: Perspectivas e contradições.	21
07	Felipe Sá Freire de Vasconcellos – Sobre o ensino de português na escola.	25
08	Giovana Pereira Abranches e Verenna Klein – Unidades Básicas do Ensino de Português	27
09	Isabela Ritter Rocha Almeida – O ensino de Língua Portuguesa: perspectivas e contradições.	29
10	James Ferreira Araújo e Karine de Mesquita Silva – Concepções de linguagem e ensino de português	31
11	Luciano Fernandes Monteiro – Concepções de linguagem e ensino de português	32
12	Maiá Paula da Silva Damasceno – O ensino de Língua Portuguesa: perspectivas e contradições.	36
13	Matheus Bitencourt Ribeiro – Concepções de linguagem e ensino de português	39
14	Paola Vitória - Gramática e Política – O texto na sala de aula.	41
15	Vanessa Dellaperuta – O ensino de Língua Portuguesa: perspectivas e contradições.	44
16	Wagner dos Santos Dornelles – Gramática e Política.	50
17	Beatriz Pereira Caldas e Jhuliellen da Costa Antunes – Sujeito da linguagem, sujeito de ensino	52
18	Andressa Cejara Carvalho da Costa e Kamilla Ferreira Gatto da Silva - Construção de um novo modo de ensinar/aprender a língua portuguesa.	54
19	Davi Lucas Soares Lopes – Tipos de ensino de língua e A variação lingüística e o ensino de língua materna	57
20	Deise Aparecida Domingues Macedo e Sthefany Borges Passos – Formação de professores e luta de classes	59
21	Dirce Rosângela Pereira da Silva – Reflexões sobre a luta de classes no interior da escola pública	62
22	Júlia Capuano e Pedro Camacho – Formação de professores e lutas de classes	65
23	Kethelen da Silva Dornel – Tipos de ensino de língua – A Variação Linguística e o ensino de língua materna	67
24	Larissa Galaxe Pereira e Marcos Frederico Lima Sedano – Formação de professores e luta de classes	69
25	Lorraina Almeida Serrão de Souza - A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical	73
26	Lucas de S. Bernardo – Unidades básicas do ensino de português	75
27	Lucylla Moore de Sousa – Reflexões sobre a luta de classes no interior da escola pública	77
28	Rafael de Freitas Conceição – Reflexões sobre a luta de classes no interior da escola pública	78
29	Renata da Silveira Guimarães – Sujeito da linguagem, sujeito de ensino	80
30	Rogério Motta da Silva – Formação de professores e luta de classes	82

Apresentação

A presente coletânea constitui-se como etapa de um processo de formação de professores na área de Letras, mas especificamente em turmas de Pesquisa e Prática Educativa (1º período) nos semestres letivos do ano de 2020.

A escritura de resenhas é um exercício de leitura e compreensão não só do discurso que resulta de uma pesquisa, mas também do conteúdo específico desenvolvido ao longo dos debates e exposições nas aulas.

Resenhar significa circunscrever e apresentar o que há de mais significativo no texto produzido por um determinado autor. Além disso, significa analisar de forma sucinta o conteúdo referencial do texto, o que configura um exercício de leitura crítica.

Espera-se- estar contribuindo de forma significativa para que a relação entre pesquisa e prática de ensino ou prática educativa possa ser desenvolvida pelos estudantes de Letras conforme prevê o PDI da UFF.

RESENHA

ILARI, Rodolfo. *Linguística e ensino da língua portuguesa como língua materna*. São Paulo, museu da língua portuguesa, 2017. Disponível em museu da língua portuguesa. Acesso em: 23 de novembro de 2020.

Angélica Carvalho Dias¹
Annye Rodrigues Costa²

Introdução

Essa resenha crítica investiga e analisa a linguística e o ensino da Língua Portuguesa como língua materna. Desse modo, o objetivo é de fazer uma reflexão mais abrangente, sobre a abordagem que o autor realiza a partir do Estruturalismo linguístico no Brasil, retomando conceitos importantes definidos por Saussure. Assim, com o propósito de nos fazer refletir acerca da Linguística no ensino de Língua Portuguesa, investigamos como ela influencia nos usos reais e na língua falada a fim de ser utilizada como início de um aprendizado da língua escrita, ou seja a norma culta. Por outro lado, podemos dizer que diversos meios de comunicação, como a mídia e jornais impressos, encobrem a correção do princípio linguístico, recriminando o modo popular.

Apresentação do autor da obra

Rodolfo Ilari é um professor e estudioso de letras nascido em 1943 na Itália. Possui graduação em Letras Neolatinas Português e Francês pela Universidade de São Paulo (1967), mestrado em Linguística pela Université de Besançon (1971) e doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1975). Fez parte do grupo que fundou o Departamento de Linguística da Universidade Estadual de Campinas no qual trabalhou até 2007. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, tendo trabalhado principalmente nos seguintes temas: linguística românica, semântica, pragmática, aspecto verbal, ensino de língua materna.

Breve síntese da obra

O texto investiga e analisa a linguística e o ensino da Língua Portuguesa como língua materna. Proporcionando uma reflexão mais abrangente, a partir do Estruturalismo linguístico no Brasil, retomando conceitos importantes definidos por Saussure. Tendo como propósito nos fazer refletir acerca da Linguística no ensino de Língua Portuguesa, investigando como ela influencia nos usos reais e na língua falada a fim de ser utilizada como início de um aprendizado da língua escrita, ou seja a norma culta.

No primeiro capítulo o autor aborda o início dos estudos linguísticos no Brasil, que se deram na década de 50 com o ensaio "Erros de Escolares como Sintomas de Tendências do Português no Rio de Janeiro" de Mattoso Câmara Júnior. A ideia foi tão difundida e aceita que foram feitos vários movimentos até os dias de hoje, onde temos muitas pesquisas voltadas para a área e muitos profissionais especializados nos estudos linguísticos.

¹Graduanda em Letras – Instituto de Letras - Universidade Federal Fluminense.

²Graduanda em Letras – Instituto de Letras - Universidade Federal Fluminense.
Orientação: Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

No segundo capítulo o autor continua abordando essa inserção dos estudos linguísticos e menciona que muitas vezes essas reflexões ficavam por conta de outros dois profissionais, o Gramático e o Filólogo. A filologia tratava de trabalhar com os textos históricos da antiguidade clássica ou textos antigos de um português arcaico e para tanto acabaram desenvolvendo métodos e técnicas destinados a recuperar a forma original dos textos que ainda sobreviviam, reunindo uma enorme massa de conhecimentos linguísticos e históricos necessários para a sua compreensão. Porém os alunos de graduação que passavam muito tempo estudando filologia se depararam, quando formados, com alunos do ensino fundamental e médio que tinham dificuldades básicas e que os professores muitas vezes não sabiam como lidar com essa dinâmica do ensino-aprendizado do Português na educação infantil. Por sua vez, a Gramática sempre foi vista como a parte que sistematiza a língua, que trabalhava com a ideia de certo e errado. O grande problema se encontra justamente aí, os alunos de graduação e pesquisadores estavam sempre voltados para a norma culta da Língua Portuguesa, essa visão no entanto quando chega às salas de aula do ensino médio por exemplo não se faz suficiente. Pensar só em gramática banaliza as variedades linguísticas das quais a nossa língua é tão rica, e assim se faz necessário o ensino e pesquisa de linguística para os alunos em formação básica, média e principalmente superior.

No terceiro capítulo do livro com o título “O impacto da linguística”, Ilari discorre sobre quando a Linguística começou a ser ensinada como disciplina obrigatória nos cursos de Letras em 1960, alguns pontos de vista inteiramente novos sobre a língua e a linguagem começaram a se difundir. Nessa perspectiva no Brasil, passou-se a conhecer a chamada linguística estrutural, cuja principal tarefa era a apreensão da estrutura da língua a partir do comportamento linguístico observado. No contexto brasileiro, o autor considera que as ideias contidas na linguística estrutural levaram-no a perceber que o chamado “português brasileiro” conversava/convivia com várias “línguas”, no sentido estrutural do termo. Podemos explicar esse pensamento, pois até então, os estudiosos tinham a língua como algo uniforme, e consideravam como objeto de estudo, apenas a língua padrão, rejeitando as demais variedades.

Desse modo, foi surgindo a necessidade de pôr em forma de documento, a realidade linguística brasileira. Com isso, a implantação de projetos de coletas de dados começou a ser uma realidade no Brasil. Embora haja outros, o NURC (Projeto da Norma Urbana Linguística Culta) que tem a contribuição (desde a fundação) do linguista paulista Ataliba T. de Castilho, é tido pelo autor como o mais célebre de todos.

No quarto capítulo intitulado como “Linguística ou Linguísticas?” o autor ressalta uma discussão importante. Ao passo que suas ideias iam se difundindo na sociedade e na escola, a linguística também foi mudando nas universidades brasileiras. A Linguística foi assimilando os ensinamentos de modo que a ciência foi elegendo campos específicos de estudo como a análise do discurso e a sociolinguística. Parte desse capítulo foca numa mudança teórica da Linguística em que em dado momento, a linguística foi assimilando os princípios norteadores do gerativismo de Noam Chomsky e também do funcionalismo, entretanto essas duas vertentes eram divergentes quanto aos seus princípios.

O quinto capítulo, inicia-se afirmando que a Linguística é uma ciência teórica e descritiva e sua função primária não é produzir orientações metodológicas destinadas ao ensino. O autor ressalta que para os professores é difícil compreender a real função da língua, já que a linguística através de uma perspectiva teórica foi gerando repercussões sobre as práticas pedagógicas em que o produto é a linguagem. Nesse sentido, podemos dizer segundo o autor que a linguística aplicada tem contribuído de forma significativa em várias atividades humanas cujo papel essencial é o da linguagem. Sobre a produção de textos, Ilari afirma que para que sejam produzidos bons textos, é necessário que o indivíduo tenha conhecimentos prévios sobre o tema abordado, fazendo pesquisas e análises que embasam o argumento ou a teoria. No que diz respeito a alfabetização, há três momentos a se considerar: o fato de que entre as letras da escrita e os fonemas da língua não há

uma correspondência unívoca; a descoberta de que a preparação da classe para a alfabetização não podia mais centrar-se no treinamento da prontidão e da motricidade, mas na relação som/letra; e o surgimento de um novo conceito para alfabetização, de conteúdo mais social e antropológico: o letramento.

Nesse último momento, o autor avalia o Brasil como sendo um país que ainda precisa alcançar números positivos em relação à alfabetização, e que o ensino de leitura é um grande desafio, os professores precisam enfrentar a política educacional que está instaurada, entretanto o autor ressalta a importância da Linguística como aliada na desconstrução da ideia de que o processo de leitura seria um processo passivo. Desse modo, podemos dizer que a leitura é um processo ativo que desconstrói esse conceito de processo passivo, já que por meio da capacidade de interagir, o aluno é capaz de levantar hipóteses estruturais que o levam a pensar a palavra, o seu significado e os efeitos de sentido produzidos pelo texto, o que pode ser considerado uma etapa complexa em todo o processo.

No sexto capítulo encontramos uma breve síntese de como aos poucos foi inserida a linguística no ensino de língua materna e como essa parceria foi muito bem sucedida. No início, na década de 70, o mais importante para os linguistas era passar o básico para os professores de língua materna a fim de que esses formulassem os parâmetros de ensino, logo após em 1980 as publicações começam a se voltar para a ideia de usar os métodos de estudo da linguística para a sala de aula, fazendo por exemplo do texto o centro do ensino de português. No começo da década de 90, começamos a enxergar por meio da linguística o ensino da linguagem com concepções cognitivistas e interacionistas. Em todo esse período as transformações trazidas pela linguística não ficaram só no ensino básico dentro de sala de aula, houveram grandes publicações de livros, projetos de vestibulares, aumento de capacitação de professores em formação dentre outros destaques. Todo esse processo levou então os linguistas a terem voz e serem respeitados a ponto de participarem agora da elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Embora já tenhamos avançado muito, ainda nos deparamos com o problema da mídia, em sua maioria, desvalorizar o português falado pelo povo a fim de justificar e buscar aceitar apenas a norma culta padrão, que se assemelha muito com os parâmetros de português falado em Portugal e deixando de lado e desvalorizando a forma comumente falada no Brasil. Para finalizar, o autor nos mostra que temos inúmeros motivos para ensinar a nossa língua materna baseada na linguística a fim de enfatizar o conhecimento existente e superar os preconceitos.

Principais teses desenvolvidas na obra

Podemos dizer, que o autor traça uma linha histórica da evolução do ensino de Língua Portuguesa a partir da perspectiva linguística, criticando a metodologia que não é embasada no campo do conhecimento linguístico e afirmando que a linguística é aliada ao ensino da Língua Portuguesa, pois é através dela que são apresentadas as variedades linguísticas, ou seja, os usos reais da língua, e que possibilita o ensino significativo para o aprendizado da norma culta.

Reflexão crítica sobre a obra

A partir das observações e da compreensão do texto de Rodolfo Ilari, podemos dizer que a linguística tem contribuído no sentido de valorizar a Língua Portuguesa, trazendo para estudo os usos reais da língua. Segundo (BAGNO, 2000 p. 87) "A gramática deve conter uma boa quantidade de atividades de pesquisa, que possibilitem ao aluno a produção de seu próprio conhecimento linguístico, como uma arma eficaz contra a reprodução irrefletida e acrítica da doutrina gramatical

normativa". A partir dessa afirmação, enquanto professores de Língua Portuguesa, devemos nos atentar para a bagagem cultural do aluno e trabalhar difundindo as diferentes variações brasileiras, com o objetivo de utilizar o conhecimento prévio do aluno para o aprendizado da norma culta. O

que queremos enfatizar é que o aprendizado não começa com a gramática, como os meios de comunicação expõem diariamente, mas sim através do aprendizado dos reais usos da língua, pois através dos conceitos trazidos pela linguística e dessa compreensão de que é a partir dela que podemos ensinar a norma culta é que a aprendizagem será efetivada de forma significativa.

Indicações da obra pelo resenhista

A obra tem por objetivo discutir, questionar e oferecer sugestões e críticas para os estudantes da área ou professores de Português já formados acerca do ensino de Língua Portuguesa para brasileiros e as implicações que a linguística pode causar nesse processo. A obra é de grande auxílio, principalmente, àqueles que desenvolvem trabalhos acadêmicos no campo da Linguística.

RESENHA

SILVA, L. L. M. . Às vezes ela mandava ler dois ou três livros por ano. In: João Wanderley Geraldi. (Org.). O Texto na Sala de Aula: leitura e produção. 3.ªed.São Paulo: Ática, 2004, v. 01, p. 82-87.

Arthur Henrique Fernandes de Almeida³
Eduarda Aguiar Rezende⁴
Leticia Gomes Teixeira⁵

Apresentação da autora

Lilian Lopes Martin da Silva, autora do texto aqui analisado “*Às vezes ela mandava ler dois ou três livros por ano*”, graduou-se em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas, em 1977. Possui mestrado, concluído em 1981, e doutorado, no ano de 1994, em Educação, pela Universidade Estadual de Campinas. Atua como professora colaboradora, com o Grupo de Pesquisa “Alfabetização, leitura, escrita e trabalho docente na formação inicial” (ALLE/AULA), da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Possui experiência na área de Educação, atuando sobretudo nos temas: educação, leitura, formação de professores e ensino de Português. Outras obras:

SILVA, L. L. M.. A Revista Leitura: Teoria e Prática e o Professor em Formação - um leitor em formação. In: MARILDES MARINHO; CERIS SALETE RIBAS DA SILVA. (Org.). LEITURAS DO PROFESSOR. 1ed.CAMPINAS: MERCADO DE LETRAS, 1998, v. 1, p. 141-156.

FERREIRA, N. S. A. ; **SILVA, L. L. M.** . O texto, quando se transforma em livro. . .Literatura e educação infantil : livros, imagens e prática de leitura. 1ed.Campinas - SP: Mercado de Letras, 2016, v. 1, p. 1-221.

_____. Leitura: prazer e formação do leitor - (Escrever e ler transforma as pessoas; A leitura: uma ação construída com o tempo; A Literatura entra na escola). In: Jornal Mundo Jovem. (Org.). LEITURA: COLETÂNEA DE ARTIGOS PUBLICADOS NO JORNAL MUNDO JOVEM. 01ed.Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, v. 01, p. 12-43.

Breve síntese da obra

O texto aqui analisado, “*Às vezes ela mandava ler dois ou três livros por ano*”, faz uma breve análise sobre o trabalho realizado por professores, principalmente no contexto da escola pública, no âmbito da leitura. A autora questiona três principais fatores que dizem respeito ao “compasso” que rege as atividades escolares propostas por esses profissionais.

Em um primeiro momento o texto desdobra-se sobre “**A quantidade de leituras**” obrigatórias às quais os alunos são submetidos. Nesta seção a autora foca não só no grande número de livros que os estudantes precisam lidar, mas também nos diferentes títulos que são comumente impostos aos alunos, demonstrando uma clara preferência por clássicos, por parte dos professores.

A segunda seção do texto trata sobre “**Os critérios de seleção de leituras**” tomando como ponto de partida uma série de depoimentos dados por diversos alunos da, até então, oitava série - atualmente nono ano do Ensino Fundamental II - em relação a seleção do material utilizado

³Graduando em Letras – Instituto de Letras - Universidade Federal Fluminense.

⁴Graduanda em Letras – Instituto de Letras - Universidade Federal Fluminense.

⁵Graduanda em Letras – Instituto de Letras - Universidade Federal Fluminense.

Orientação: Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

por seus professores. Nesta seção questiona-se a razão pela qual tais clássicos são escolhidos em detrimento de outros gêneros literários preferíveis por parte dos estudantes, somado à falta de maleabilidade dos professores em aceitar sugestões dos alunos sobre o que os mesmos gostariam de ler.

Por último, em **“O autoritarismo e a burocracia da escolha”**, o texto encaminha-se para o fim concluindo de maneira breve os argumentos acima citados. Apontando também que os motivos pelos quais escolhem-se os clássicos tornam-se problemáticos quando levados para o contexto escolar.

Principais teses desenvolvidas na obra

A autora aborda o hábito de leitura durante o período escolar, considerando a relação entre a quantidade de livros lidos pelos alunos com os critérios utilizados na seleção das leituras. A princípio, a autora discorre sobre a quantidade de leituras realizadas pelos alunos devido à obrigatoriedade da leitura, fazendo uma relação de livros a partir de depoimentos de alunos. É chegada à conclusão, então, de que essa relação de livro consiste, em sua maioria, de clássicos da literatura, obras extraídas de um conjunto de romances do século passado, sejam estes de autores brasileiros, ou não. Além disso, a autora trabalha a relação entre as leituras obrigatórias e a mensagem que a escola pretende passar para os alunos, apontando, também, o fato dessas obras terem sua presença já consolidada nas escolas, seja a partir da atuação das grandes editoras ou como consequência de já estarem presentes no costume escolar.

A partir dessa dúvida, a autora analisa os critérios utilizados na escolha dos livros, questionando a preferência por clássicos ao invés de outras obras. A partir de depoimentos de alunos, conclui-se que a escolha é feita sem levar em consideração os desejos destes. Entende-se, então, que os profissionais da educação escolhem as leituras a partir de suas próprias experiências, sendo levantado o possível motivo para isso, que talvez seja a falta de tempo, ou até mesmo a falta de incentivo para ler novas obras.

Em seguida, é considerada a escolha das obras de literatura infanto-juvenil a partir dos critérios de adequabilidade e motivação colocados pela psicologia infantil, uma vez que certos assuntos são vistos como impróprios ou difíceis para serem trabalhados com crianças e adolescentes. A autora aponta, então, o fato do professor tratar esses critérios de maneira pragmática, escolhendo o livro indicado para a série específica, sem dar espaço para outras obras que, talvez, possam ser mais adequadas para certo grupo de alunos.

Por fim, a autora conclui que o problema não se deve à escolha do livro por experiência pessoal ou por adequação, mas sim, ao fato de que estas escolhas no contexto escolar estão moldadas ao autoritarismo e à burocracia presentes nas relações.

Reflexão crítica sobre a obra

O texto nos traz um tema que é caro para o ensino de Língua Portuguesa na escola. Uma vez que trabalhamos com a língua, incentivar a leitura dentro das salas de aula é imprescindível não só para uma melhor articulação do ensino, mas também para criar repertório e formar futuros leitores mais experimentados. A questão reside em como esse processo acontece dentro das escolas: quais livros são escolhidos e por quê?

Questionar estas decisões é um passo importante. Além de colocar em cheque um método tradicional que, muitas vezes, pode não ser questionado, também nos aproxima da verdadeira questão que deveria ser ouvida: as crianças. Ao negligenciarmos esta juventude e seus gostos, por vezes podemos empurrá-los ao caminho contrário do qual queremos.

Através dos depoimentos, as crianças não parecem satisfeitas com a metodologia que desconsidera suas opiniões; o que parece ser um sintoma. Lilian Lopes nos interroga no decorrer de seu texto sobre as escolhas pedagógicas feitas e impostas, que obedecem a uma cadeia maior, pautada pela seleção, prazos de leitura até a avaliação para qual o livro será utilizado. Afinal, se a continuidade do trabalho segue um currículo que nunca é revisto, nunca é energizado e potencializado pelo frescor do novo, como podemos ter certeza da eficácia desse trabalho?

Contudo, o presente artigo não nos apresenta uma solução. Antes, ilumina diante de nós uma fronteira geracional a ser cruzada. Trata-se de como alcançar estes jovens. Por que utilizar este ou aquele clássico? Por que não utilizar uma literatura contemporânea? As escolhas realizadas fazem sentido ou dialogam com o contexto no qual estas pessoas estão inseridas?

Para todas estas perguntas, não há fórmula tampouco uma resposta correta. E não cabe aqui um juízo de valor quanto a uma ou outra literatura. Na verdade, Lilian nos suscita o entendimento de que devemos ter sempre o olhar renovado para questionar, assim como ter a sensibilidade para enxergarmos-além do já estabelecido.

Indicações da obra pelo resenhista

O objetivo da obra é analisar a relação entre a quantidade de livros lidos pelos alunos com a escolha dessas leituras obrigatórias, refletindo sobre os motivos que levam os profissionais de educação a darem preferência a clássicos da literatura, avaliando, também, as escolhas feitas através de critérios como adequação à faixa etária.

Trata-se de um texto que motiva educadores e profissionais de áreas relacionadas a refletirem, através dos comentários dos alunos, de que forma a escolha das leituras obrigatórias influenciam os alunos quanto ao hábito de ler, uma vez que estes não podem opinar sobre os livros que serão lidos e trabalhados em sala de aula. É um texto extremamente necessário, visto que não apresenta juízo de valor acerca das escolhas, mostrando que não há, enfim, uma solução para esse dilema.

RESENHA

BARBOSA, M. do S. M. F. ; FREITAS, M. G. de. “O professor de Língua Portuguesa no contexto atual: desafios e avanços.” Revista Letras Raras, Campina Grande-PB, Vol 2, Nº 1 – 2013 p. 29 – 41, 2013.

Bianca Correa dos Santos⁶

Os autores

Maria do Socorro Maia Fernandes Barbosa, se formou em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) (1990), Mestrado em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) (2002) e Doutorado em Linguística aplicada pela UFRN (2008). Seu foco de trabalho é a linguística aplicada: análise do discurso, gêneros discursivos e assuntos adjacentes.

Manoel Guilherme de Freitas possui graduação em Letras-Habilitação em Língua Portuguesa, inglesa pela UERN (1995) e Mestrado em Letras pela UERN (2012). Suas principais áreas de estudo são o ensino de língua portuguesa, funcionalismo linguístico, ensino comunicativo na língua e entre outros. Em uma entrevista ao site *Divulga escritor*, em uma oportunidade de divulgação de seu livro “Trilhas do Imaginário Poético”, Freitas diz uma frase que perfeitamente cabe antecipando esta resenha: “é essencial que o professor seja leitor, senão também, um mediador da leitura nas salas de aula, por que não dizer, no mundo (FREITAS)”.

Síntese da obra

O artigo abre com uma introdução, contextualizando o tema a ser abordado. Assim, temos nesse primeiro momento, breves explicações sobre o papel do professor na sociedade atual e como o perfil da sociedade muda constantemente. Por isso, é vista a necessidade de se falar sobre caminhos para o professor diante do cenário atual da sociedade. Em seguida, o autor e a autora irão aprofundar seus pensamentos na relação professor de Língua Portuguesa e o contexto atual. Será explicado como um professor de Língua Portuguesa deve abordar a língua, a explicação será feita, principalmente, a partir da oposição modelo estruturalista de ensino x modelo funcionalista de ensino.

A seguir, Barbosa e Freitas irão discutir os tópicos anteriores relacionando-os com gêneros textuais. Será brevemente contextualizado o desenvolvimento dos gêneros textuais em relação a sua aplicação no ensino de LP e concluir, a partir do apresentado, como seria o ensino de LP ideal dentro das necessidades e dificuldades da sociedade atual.

Principais teses desenvolvidas na obra

Freitas e Barbosa, iniciam seu artigo argumentando que, ser professor é difícil, pois exige muito além de um conhecimento teórico adquirido nas faculdades, as necessidades de sala de aula, muitas das vezes, extrapolam e pedem um conhecimento prático e social. Para isso, é preciso que o professor erradique as ideias de ensino universal e não se omita diante dos desafios da sociedade contemporânea. Só assim é possível desenvolver um ensino socializado, significativo e democrático

⁶Graduanda em Letras – Instituto de Letras - Universidade Federal Fluminense.
Orientação: Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

entre os sujeitos. Sendo evidente que modelos de educação bancária, como chamaria Paulo Freire, são veementemente descartados para tal ensino.

A Língua Portuguesa não se limita a características gramaticais, é preciso considerar a pragmática, em se tratando de ensino, ou seja, é importante que o ensino de LP considere fatores sociais.

Os autores questionam o preparo do professor atuante no ensino de LP na educação pública, questionam sua formação acadêmica, quais concepções de aprendizagem o professor assume e se ele está integrado com as questões sociais do mundo moderno. Além disso, vão questionar também o preparo das escolas e dos currículos e conteúdos programáticos.

Explicando mais a fundo, os autores explanam que se deve tratar a língua como fenômeno heterogêneo e dar oportunidade às experiências linguísticas diversas, priorizando sempre o ensino contextualizado e significativo. A escola não deve se privar do ensino da norma culta, mas sim oferecer conhecimento sobre variações da língua e aplicações nos diversos contextos linguísticos. É entendido o contexto atual como uma realidade na qual o professor de LP precisa ter conhecimento dessas questões de ensino. É também necessário formar um aluno sujeito, para isso, partir do texto literal e ir além, considerando todos outros aspectos exteriores ao texto, inclusive o conhecimento de mundo dos discentes.

É lembrado no texto a contradição das práticas de sala de aula com documentos oficiais, que priorizam um ensino plural. O modelo mecanicista de ensino ainda é muito aplicado, principalmente por professores das décadas de 80 e 90. Os estudos linguísticos têm evoluído nas últimas décadas e mostrado a impossibilidade de uma comunicação por frases soltas, mas por textos em contextos. Portanto, o ensino, além de todas as questões sociais, precisa estar pautado na realidade dos contextos comunicativos. A aplicação de diferentes textos e gêneros textuais em sala de aula é mostrada como um excelente caminho para um ensino de LP mais crítico e contextualizado.

Por fim, é preciso que o professor de LP tenha domínio das competências: gramatical ou linguística e textual, com intuito de auxiliar os alunos no uso adequado da linguagem em situações de comunicações reais, tanto no âmbito escrito quanto oral.

É explanado que toda ação humana se desenvolve em um gênero textual (literário ou não), por isso os autores veem a necessidade do referido no modelo de ensino proposto. É explicado que os gêneros são oriundos de necessidades sociais, assim, a expectativa é de que novos gêneros textuais sejam desenvolvidos à medida que a sociedade também desenvolve. No estruturalismo, os gêneros eram limitados e limitantes. Com a chegada dos estudos sociolinguísticos é que foi possível dar dimensão e diversidade aos gêneros e aplicá-los a situações práticas de linguagem. Os autores propõem que o aprimoramento do ensino de LP está condicionado a conter o ensino de gêneros textuais devidamente utilizados nas aulas.

O artigo conclui então que, os gêneros textuais se encontram indissociáveis da realidade comunicativa dos alunos. É trazido o conceito de intertextualidade tipológica e intergenericidade de gêneros, que são novas formas, diga-se, mais fluidas. Assim, o ensino tem que estar pautado também nos tipos de textos encontrados dentro do gênero e a norma culta ensinada a partir do uso social a que serve. Por último, os autores acreditam que o ensino de LP vem mudando constantemente e adotando-se uma perspectiva voltada à comunicação e situações reais de interação.

Reflexões a partir da obra

Não é só conveniente, como necessário, repensar o ensino de Língua Portuguesa à luz do mundo moderno e da linguística funcionalista. Tendo, como professor, um desejo por um ensino democrático, não é coerente o uso de práticas que excluam uma enorme gama de cultura de cunho linguístico. Em um mundo com tantas desigualdades raciais, econômicas e sociais parece descabido o uso de práticas educativas que não considerem tais desigualdades. Dessa forma, o artigo aponta muito bem essa necessidade e como o desenvolvimento da sociedade pede por novas práticas que se adaptem às necessidades linguísticas criadas.

Parece descabido em pleno século XXI um ensino descontextualizado, pautado em normas. É preciso preparar o aluno para uma sociedade além da formalidade da norma, para uma sociedade de respeito linguístico e cultural. Entendendo a língua como uma cultura e uma forma autêntica de expressão, não cabe ao professor senão evidenciar isso ao aluno. Do contrário, o educador estaria preparando o aluno pra uma sociedade fictícia, de frases inventadas faladas por locutores imaginários.

Indicação da obra

A obra tem por objetivo abordar o ensino de Língua Portuguesa no mundo moderno, abordando principalmente as diferentes visões das correntes estruturalistas e funcionalistas em relação a gêneros textuais e ensino contextualizado e o papel do professor na sociedade atual.

O artigo pode ser definido como pontual e excelente no que se propõe, desenvolve seus temas de forma coerente e de fácil leitura até mesmo para um público não acadêmico, embora aborde alguns termos mais específicos (e.g. Estruturalismo; Linguística funcional; gêneros textuais). Uma excelente discussão para qualquer pessoa interessada na área, principalmente para pensadores, professores e estudiosos de ensino de Língua Portuguesa.

Referências bibliográficas

- FREITAS, Manoel Guilherme de; BARBOSA, Maria do Socorro Maia Fernandes. **O professor de Língua Portuguesa no contexto atual: desafios e avanços**. Revista Letras Raras, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 29 - 41, out. 2013. ISSN 2317-2347. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/RLR/article/view/130>>. Acesso em: 28 nov. 2020.
- Autor desconhecido. **Maria do Socorro Maia Fernandes Barbosa**. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/1720846/maria-do-socorro-maia-fernandes-barbosa>>. Acesso em: 28 nov. 2020.
- Autor desconhecido. **Manoel Guilherme de Freitas**. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/6829170/manoel-guilherme-de-freitas>>. Acesso em: 28 nov. 2020.
- MÉROE, Giuliano de. **Manoel Guilherme de Freitas** – Entrevistado. Entre 2013 - 2020. Disponível em: < <https://www.recantodalusofonia.com/products/manoel-guilherme-de-freitas-entrevistado/>>. Acesso em: 28 nov. 2020.

RESENHA

GERALDI, João Wanderley. *Prática da Leitura de Textos na Escola. O Texto na Sala de Aula*. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 2011. P. 77-92

Daianne Quintanilha Martins⁷

Apresentação do autor da obra

João Wanderley Geraldi é professor aposentado da Universidade Estadual de Campinas, em São Paulo, e professor visitante da Universidade do Porto, em Portugal. Ele é um linguista e professor brasileiro conhecido pelo seus trabalhos na área de ensino de Língua Portuguesa e análise do discurso.

Alguns bibliografias do autor são: *O texto na sala de aula: leitura & produção*, da Editora Assoeste, 1984, autor organizador; *Semântica* da Editora Ática, 1985; *Portos de passagem* da Editora Martins Fontes, 1991; *Linguagem e Ensino: exercícios de militância e divulgação*, da Editora Mercado de Letras, 1996; e *A aula como acontecimento*, Pedro e João Editores, 2010.

Breve síntese da obra

A introdução busca sintetizar as ideias nas quais o texto se baseia. Começando com uma leve retrospectiva sobre os trabalhos anteriores do autor, em que este defende que o ensino de Língua Portuguesa deve se centrar em leitura de textos, produção de textos e análise linguística, e passando por um reflexão de como o ensino se encontra atualmente, muito mais focado na metalinguagem de análise da língua, do que no saber da língua propriamente dito.

Também se destaca o fato de na instituição escola existir uma artificialidade na relação interlocutor/locutor, onde esses posicionamentos se encontram já estabelecidos - o professor e a escola ensinam e o aluno aprende - e, por isso, afetam diretamente o ensino da língua. Simulam-se praticar escrita com redações, leituras com interpretações de textos direcionadas e análises de dados com análises preexistentes, esquecendo-se que o objetivo principal do professor de língua é fazer com que o aluno passe a ter um domínio efetivo sobre ela.

A seção **A prática da leitura** define o conceito de leitura colocando-o como um processo de interlocução entre o leitor/autor que acontece através do texto. O leitor não é passivo nesse processo, portanto, ao ler um texto, ele produz sua própria significação. Na escola, ao se estudar a leitura, a relação direta que deve ocorrer é entre o aluno e o texto, sendo o professor somente um mediador desse diálogo. Essa relação entre leitor/texto passa por processos, são eles: a busca de informações, o estudo do texto, o pretexto e a fruição do texto.

⁷Graduanda em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.
Orientação: Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

A seção **A leitura - busca de informações** questiona a forma como a leitura é abordada na escola. O método de ler um texto para responder às perguntas previamente feitas é visto como uma simulação de leitura, sendo leituras de matérias como Geografia ou História menos artificiais. Questionamentos como "ensinamos para quê?" e "os alunos aprendem para quê?" são levantados.

A seção **A leitura - estudo do texto** propõe um roteiro para o estudo dos textos, sendo este dividido em determinar do texto: sua tese, os argumentos apresentados para sustentar a tese, os contra-argumentos e a coerência entre tese e argumentos. Fica aberta a possibilidade de expansão dessas divisões.

A seção **A leitura do texto - pretexto** discute o uso do texto como pretexto para a criação de um outro texto. Utilizando-se da ideia de leitor/texto/autor e da comunicação que se estabelece entre leitor (interlocutor) e autor (locutor), conclui-se que não há porque de um texto não ser pretexto.

Por fim, a seção **A leitura - fruição do texto** trata sobre o prazer da leitura, há muito esquecido na escola. O autor defende a ideia do "ler por ler" e estabelece o prazer como o ponto básico para o sucesso de qualquer "incentivo à leitura". Para isso, define três princípios: o caminho do leitor, o circuito do livro e a ausência de leitura qualitativa no leitor.

Principais teses desenvolvidas na obra

O autor apoia-se na ideia presente na linguística de que para todo locutor se precisa de um interlocutor. Sendo assim, num texto escrito, o autor é o locutor, ou seja, é aquele que transmite a mensagem, e o leitor é, portanto, o interlocutor, aquele que recebe e interpreta a mensagem segundo sua própria vivência. Por isso, esse processo varia de leitor para leitor, fazendo com que exista mais de uma interpretação para um mesmo texto.

Na escola, porém, esse relacionamento entre autor e leitor acaba não acontecendo de forma natural, mas sim planejada e esquematizada para se atingir um propósito final. É o que o autor chama de "leitura artificial", onde se programa perguntas interpretativas acerca de um texto, buscando forçar uma leitura que pode não ser a do aluno.

Diante desse cenário e embasado no conceito acima, é proposta pelo autor a estimulação dessa interação direta entre aluno e autor, tornando o professor um espectador do processo. O aluno deve ser capaz de criar suas próprias interpretações.

Para isso, ele apresenta uma possível abordagem na forma de um roteiro para o estudo de textos, baseado em classificá-los segundo tese, argumentos, contra-argumentos e coerência. Ele também comenta sobre a importância de incentivar o estímulo da leitura por prazer, muito perdida no sistema capitalista em que vivemos.

Reflexão crítica sobre a obra

A obra traz uma perspectiva sobre a prática da leitura na escola, embasada em conceitos encontrados na linguística, perspectiva essa que proporciona uma reflexão sobre o que de fato pode ser considerado uma interpretação de um texto e se, atualmente, é isso que ocorre nas escolas.

Ao dispor de conceitos estabelecidos por outros acadêmicos, o autor consegue sustentar sua interpretação sobre leitor e interlocutor e, dessa forma, corroborar sua ideia de que atualmente existe apenas uma prática de "leitura artificial". Ideia essa que proporciona uma reflexão sobre ensino, sobre ensino de textos e sobre modos de se conseguir atingir, de fato, um ensino

efetivo da Língua Portuguesa.

Essa discussão sobre a prática de leitura na escola foi muito bem elaborada e explicada, além de ter sido muito valiosa para mim, futura professora de Língua Portuguesa.

Indicações da obra pelo resenhista

A obra aborda conceitos muito importantes e presentes no ensino da Língua Portuguesa, mais especificamente na capacidade de compreensão e interpretação de textos na escola. O autor comenta sobre o panorama do ensino de leitura e, ainda, menciona meios de lidar com essa problemática da prática de leitura.

Por isso, é uma obra muito interessante para profissionais da área da educação, principalmente professores de língua em geral, pois trata do aperfeiçoamento de uma das habilidades mais fundamentais no dia de hoje: a compreensão de texto.

RESENHA

POSSENTI, S. Sobre o ensino de Português na escola. In: GERALDI, J. W. (org.) O texto na sala de aula. São Paulo, Ática, 1997. P. 32-38

Diana Ribeiro Araujo⁸
Mariane Carvalho da Silva⁹

Apresentação do autor da obra

Sírio Possenti é graduado em Filosofia desde 1969 pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, mestre (1977) e doutor (1986) em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Tem atuação em diversas áreas da Linguística e, atualmente, é professor titular no Departamento de Linguística da Universidade Estadual de Campinas. Algumas de suas obras são:

POSSENTI, S. Os Humores da Língua. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.152p.

POSSENTI, S. Humor, Língua e Discurso. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2010. v. 01. 188p.

POSSENTI, S. Cinco Ensaios Sobre Humor e Análise do Discurso. 1a. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2018. v. 01. 176 p.

Breve síntese sobre a obra

É apresentado-nos neste artigo um conjunto de princípios e teses no campo da linguística com a intenção de provocar a reflexão do público leitor. Para isso o texto é dividido em pequenos tópicos que levantam questões pertinentes ao ensino de Língua Portuguesa e aquisição da linguagem.

Principais temas desenvolvidos no artigo

Possenti inicia seu artigo falando sobre *O saber técnico* e diz que quando voltamos nosso olhar para o profissional que leciona uma língua materna, é mais proveitoso que esse profissional tenha um conjunto de atitudes consigo e que as aplique para obter benefícios e que talvez o conhecimento técnico, nesta área, não seja tão fundamental quanto em outras áreas. Sem atitudes de mudança e inovação, por exemplo, nenhuma técnica implicará mudanças efetivas no ensino da Língua Portuguesa. É necessário que se mude algumas concepções para obter sucesso na realização de programas a serem implementados em instituições de ensino.

Outro tema sobre o qual Possenti trata é *O ensino do Português padrão*. O autor nos leva a refletir sobre o não ensinar o Português padrão nas escolas e diz que o objetivo das escolas é apresentar e ensinar o padrão aos alunos, caso isso não seja feito tal atitude seria equivalente a tirar a Língua Portuguesa das escolas, visto que a variação não padrão da língua materna já é conhecida e dominada pelos alunos.

Ao falar sobre *Concepção de criança e de língua*, Possenti afirma que é necessário observar diariamente e atentamente o que as crianças fazem para que se possa obter sucesso ao implementar um projeto de ensino. Por mais complexo que seja o sistema linguístico, as crianças conseguem dominá-lo e podemos constatar tal informação ao conviver com crianças e concluir que elas falam.

⁸ Graduanda em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.

⁹ Graduanda em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.

Orientação: Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

Para que atitudes preconceituosas não continuem sendo reproduzidas, é necessário entender que as crianças são capazes de aprender línguas, mesmo que elas sejam sistemas complexos.

Sobre *As estruturas linguísticas*, Possenti afirma que todas as línguas são sistemas complexos e que afirmar que existem línguas primitivas faladas por povos não cultos, é uma atitude preconceituosa. Assim como as diferentes línguas são igualmente complexas, também os dialetos e variações não padrão são diferentes, mas não menos complexos nas suas gramáticas próprias. É o valor social atribuído a elas que constrói o pensamento preconceituoso de que as variações padrão são mais complexas.

Ao falar sobre *A aquisição da fala*, Possenti faz uma afirmação sobre o que muitos já sabem: as crianças não dependem da escola para aprender a falar, todas já chegam à escola sabendo utilizar sua língua materna. O autor nos leva a pensar novamente sobre a questão do preconceito que está envolvido na fala de quem diz que alguns alunos têm menos capacidade de aprender a língua padrão. Os alunos que dominam dialetos não valorizados são tão capazes de aprender sua língua materna na forma padrão quanto os alunos que dominam dialetos valorizados.

A respeito das *variações linguísticas*, ao ler o artigo notamos que todas as línguas possuem variações, nenhuma língua tem uma forma única, as variedades linguísticas são reflexo das diferentes camadas sociais, que existem em todas as sociedades. Possenti salienta que fatores sociais e fatores internos da língua influenciam o sistema linguístico ao mesmo tempo.

No tópico intitulado *As formas arcaicas*, Possenti levanta a tese de que o português que é tentado passar aos alunos nas escolas não é mais o padrão sequer para os falantes cultos da língua, mas uma língua antiga, sem uso e o quanto é inútil ensinar uma língua arcaica em vez de uma realmente utilizada na sociedade. Quando fala sobre *Os erros*, o autor nos leva a refletir sobre os acertos dos alunos: a porcentagem de acertos é maior que a porcentagem de erros. Possenti nos mostra também que o aluno chega na sala de aula com uma bagagem de conhecimento significativa e que não lhe falta muito para chegar ao ideal que a escola imagina.

Em relação aos *Procedimentos Pedagógicos*, o autor chama a atenção para a necessidade de que as práticas sejam efetivas, e não apenas centradas em listas de exercícios, por exemplo. Além disso, também destaca a importância da correção no processo aquisitivo da linguagem, tanto dentro como fora da escola, mas ressalta que fora da instituição não há processos punitivos quando o aprendiz erra, e seu aprendizado é efetivo.

Quanto ao tópico *O que precisa ser ensinado?*, já é questionado se uma padronização do conteúdo por ano escolar é o método mais adequado. Se não seria mais interessante avaliar o que o estudante já sabe utilizar ou não e a partir disso construir o projeto de ensino, adequando sempre às possibilidades de compreensão que os alunos vão desenvolvendo conforme crescem e adquirem novos conhecimentos.

O último tópico, *Não faz sentido ensinar nomenclatura se...*, traz a reflexão sobre a necessidade do ensino de nomenclaturas à frente do uso em si, uma discussão a respeito de como as línguas precedem às gramáticas, não fazendo, portanto, sentido em ensinar nomenclaturas a quem não domina a utilização dos processos desejados. O texto encerra-se com ênfase no professor enquanto ingrediente primordial a esse projeto e frisando a necessidade dele em focar sua programação no aluno.

Reflexão crítica sobre a obra

Neste artigo Possenti leva-nos a refletir sobre alguns temas importantes que muitas vezes, infelizmente, não recebem a devida atenção dos profissionais da educação. O autor nos incita a sair

da nossa zona de conforto, estimula-nos a deixar de lado atitudes e pensamentos em relação à educação que muitas vezes já estão enraizados de maneira tão forte dentro de nós. O formato de teses provoca um enfrentamento do professor/leitor com sua própria prática docente e tantas são as ponderações a que somos levados que fica nítida a necessidade de artigos como esse do Possenti para que possamos rever a maneira como a Língua Portuguesa é apresentada em sala de aula.

Indicações da obra pelas resenhistas

A obra tem por objetivo provocar questionamentos no público leitor, reforçando aspectos que devem ser considerados ao ensinar a Língua Portuguesa como língua materna. O autor não tem o objetivo de fazer deste artigo um manual, e sim de fazer com que os profissionais que ensinam o Português como língua materna reflitam sobre seu fazer docente, revejam sua condução em sala de aula e passem a levar o conhecimento aos alunos de maneira mais efetiva, sem desconsiderar o conhecimento prévio que estes têm da sua língua.

Referência bibliográfica

POSSENTI, S. Sobre Ensino de Português na Escola. In: João Wanderley Geraldi. (Org.). O Texto na Sala de Aula, São Paulo: Ática, 1997, p. 32-38.

RESENHA

DUARTE, Denise Aparecida Schirlo. O Ensino de Língua Portuguesa: Perspectivas e contradições. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE 2007 Universidade Federal do Paraná. Paraná, 2008.

Fabiane Azevedo Dias¹⁰
Hana Karolina Azevedo Peçanha¹¹
Luiz Fillipy Baloneckerda Luz¹²

Apresentação da autora

Artigo escrito pela professora titulada Denise Aparecida Schirlo Duarte da Universidade Federal do Paraná (UFPR), no ano de 2008, para o programa de Desenvolvimento educacional (2007), da disciplina de Língua Portuguesa tendo como orientador Altair Pivovar.

Breve síntese

O artigo inicia-se com a discussão de duas abordagens distintas de ensino de língua materna: uma pautada pela perspectiva estrutural da língua, com foco no ensino da gramática normativa; outra, mais moderna, pautada pela perspectiva discursiva da língua, na qual o texto é preconizado como foco central de estudo.

A partir desse panorama, a autora salienta a relevância que a perspectiva discursiva de ensino da língua tem adquirido pelas ciências pedagógicas a partir da década de 80, quando se inicia uma crescente tendência a se priorizar o elemento comunicativo da língua, seu uso pragmático. Fundamentada nesses pressupostos, surge uma nova concepção de linguagem, entendida como enunciação. Dessa forma, preza-se pela relação da língua com aqueles que a utilizam, seu contexto, as condições históricas e sociais de seu uso.

Consequentemente, destaca Duarte, devido à mudança da concepção de língua - entendida agora como enunciação - é preciso organizar o ensino em torno do texto, do uso real da língua, a fim de ampliar as possibilidades de usos linguísticos dos alunos. Entretanto, ressalta a autora, ainda há nas escolas uma metodologia de ensino pautada numa perspectiva excessivamente estrutural da língua, na qual preconiza-se um ensino prescritivo e descontextualizado da linguagem. Nessas condições, a língua deixa de ser concebida como processo dinâmico realizado pelos falantes, e ocorre uma ruptura entre as esferas do ensino escolar e da vida cotidiana dos educandos, o que acarreta um afastamento dos sentidos da língua na vida do estudante. Tal prática de ensino descredibiliza o aluno enquanto sujeito-autor de seus saberes.

A autora então cita Marcuschi (2004, p. 18), que indica uma tendência de análise dos gêneros textuais pelo lado dinâmico, processual, social, interativo e cognitivo, evitando um ensino baseado na classificação e na postura estrutural. Entretanto, salienta que ainda há nas escolas uma artificialização das práticas discursivas, em que os gêneros textuais são trabalhados como práticas fictícias, desprovidas de relações autênticas de comunicação, distantes das vivências cotidianas dos

¹⁰Graduanda em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.

¹¹Graduanda em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.

¹²Graduando em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.

Orientação: Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

alunos, portanto insuficientes às demandas que fazem o contexto social.

Tendo em vista tal problemática, a autora propõe que o professor desenvolva atividades com diferentes gêneros textuais, ampliando o conhecimento dos discentes da própria língua. Essas atividades devem ter por objetivo desenvolver habilidades de compreensão e reflexão sobre os discursos que circulam socialmente, além de conscientizar a importância de produzir e defender as ideias em textos com enunciados reais.

Outra questão discutida pela autora diz respeito às avaliações. Segundo Duarte, o modelo de avaliação praticado na escola é centrado no produto, não no processo; portanto deixa de ser uma prática investigativa e de reflexão. Como proposta para solucionar tal problema, a autora sugere o emprego de uma avaliação interativa, pautada na relação dialógica professor-aluno. Nessa relação, a produção textual é entendida como atividade em processo, na qual aluno e professor devem discutir quais modificações precisam ser feitas nos textos produzidos. Desse modo, o professor instiga a curiosidade dos alunos em relação ao conhecimento, proporciona desafios, exigências e estímulos que levam a novas aprendizagens.

A partir de tais problematizações, a autora postula a necessidade de novas perspectivas pedagógicas. É necessário construir práticas pedagógicas que imprimem sentido ao que se ensina na escola, práticas em que o conhecimento se relaciona às experiências do aluno e seu mundo. Nesse sentido, a escola precisa ser entendida como lugar de pesquisa, produção e reconstrução de conhecimento por parte dos alunos. Especificamente no tocante à língua, deve-se pensar o ensino em seu caráter social, histórico, dinâmico e temporal.

Apesar da necessidade de mudança no quadro pedagógico, a autora salienta que não basta abandonar uma postura considerada tradicional para se conseguir êxito no ensino. A simples exploração textual tende a produzir os erros de uma pedagogia tradicionalista. Portanto, a autora reitera a necessidade da construção de um espaço interlocutivo, um espaço de enredamento entre os sujeitos do conhecimento, onde há um engajamento entre professor e aluno na exploração do texto. Faz-se necessária uma mudança na mentalidade da escola e do professor a fim de entender os alunos como sujeitos no processo de ensino-aprendizagem.

Como proposta de atividade prática que elucida as teorias apresentadas até então, a autora apresenta um modelo de conteúdos de Língua Portuguesa a serem ministrados nos anos finais do Ensino Fundamental. Em tal esquema, preza-se pela mobilização de diferentes práticas discursivas, favorecendo o processo de interlocução e a recorrência a outras áreas do conhecimento a fim de se entender os conceitos pretendidos. Torna-se fundamental também a articulação entre as três práticas discursivas - leitura, escrita e oralidade -, que devem deter a mesma atenção no trabalho em sala de aula.

Como resultado, o modelo proposto revela a necessidade do planejamento das aulas de Língua Portuguesa com o intuito de contribuir para a compreensão funcional e discursiva da gramática, pois, segundo Antunes (2003), há urgência em se pensar um ensino que supere a fragmentação do ensino da língua materna, além da necessidade de se adotar uma prática de ensino que preze pela gramática com função pragmática, visando um uso e não o fim em si mesma.

Dessa forma, o foco de ensino é o texto, a partir de onde o professor deve trabalhar no uso e reflexão sobre a língua, atentando-se para as dificuldades apresentadas pelos alunos. Além disso, o professor deve trabalhar com a flexibilidade da língua em vez do ensino de regras rígidas. Por fim, cabe também ao professor levar em conta os conhecimentos prévios dos alunos, o nível de complexidade adequado dos conteúdos e seu avanço gradual na elaboração das aulas.

Em relação às avaliações, a autora propõe que o professor considere diversos pontos para um adequado diagnóstico avaliativo dos alunos, como: compreensão global e não fragmentada do texto; entendimento sobre os elementos linguísticos do texto como pistas, marcas, indícios de enunciação; compreensão dos elementos linguísticos/gramaticais presentes no texto; coerência com o tipo de situação em que o gênero se situa; atendimento aos objetivos das atividades desenvolvidas, adequação ao nível de linguagem exigido, entre outros.

Por fim, a autora finaliza o artigo constatando o grande desafio que os educadores têm pela frente devido às diversas questões apresentadas. A autora reitera a necessidade da construção de um processo dialógico entre professor e aluno para a elaboração de um conhecimento interacional. Saliencia também que as avaliações precisam ser mais significativas e processuais, e não um produto final. Finalmente, conclui que o ensino deve ser focado no texto, apoiado em uma gramática contextualizada e funcional.

Principais teses desenvolvidas

De modo geral, o texto resenhado apresenta o ensino da língua materna na contemporaneidade, expondo novas propostas, e critica o excessivo aspecto estrutural da linguagem nas escolas, com objetivo de problematizar. Pois é importante que na sala de aula o uso da língua seja organizado de forma que ajude o aluno a refletir sobre as variadas situações interlocutivas para que assim ele possa perceber os diferentes fenômenos linguísticos e conseguir estabelecer uma ligação com os textos. Além do mais, é necessário também nas aulas, a produção oral, a leitura, a escrita e a gramática, não apenas baseada em regras rígidas, mas com flexibilidade. De modo que, leve o aluno a compreender e refletir sobre a língua e seus usos, permitindo aumentar as chances dos usos linguísticos, num panorama crítico, para que seja útil na vida do estudante.

Enfatiza, que dentro da perspectiva mais funcional do trabalho com a língua, fica evidente que apesar de muitas teorias inovadoras, não se alcança escapar à norma, a língua padrão, e assim o aluno fica subordinado a esse meio, sem um ambiente dialógico em que o que está sendo exposto faça sentido. Então, o fundamental é fazer a diferença e cabe ao professor mostrar e propor trabalhos e atividades com diferentes gêneros textuais, onde os alunos possam praticar na realidade uma ação linguística expandindo seu conhecimento e capacidade. No entanto, é preciso que se crie um ponto de encantamento ao desenvolver tanto a leitura quanto a escrita despertando curiosidade, indagações e estímulos, com o saber. E assim, conduzindo o educando a novas aprendizagens, pois é importante e fundamental o papel do educador na transmissão do conhecimento formal.

Na sala de aula é importante que o educador ao tratar o conhecimento, relacione-o com as experiências de seus educandos e da realidade em que vivem, pois o aluno precisa ser também o protagonista do conhecimento, nesse processo de ensino-aprendizagem. Então, o jeito mecanizado da disciplina de Língua Portuguesa nas escolas precisa ser repensado, a fim de que supere a fragmentação, já que o fundamental seria que o aluno entendesse a razão do uso da regra gramatical, o sentido, ao invés de, só seguir ordens do professor.

Finalmente, deixa claro que o educador ao trabalhar com uma turma, precisa estar atento a alguns pontos como os conhecimentos anteriores que trazem seus alunos, tendo que pensar o nível de aprofundamento de cada conteúdo, e da ampliação da complexidade dos diversos temas tratados. E em relação aos critérios avaliativos devem ser mais significativos, processual e funcional, observando a prática da oralidade, da leitura e da escrita com foco também no texto, tudo isso de forma dinâmica e transformadora.

Reflexão crítica

O artigo apresenta uma discussão acerca do ensino de Língua Portuguesa nas escolas brasileiras. A autora, através de embasamentos de algumas teorias, retrata a ineficiência do método de ensino excessivamente estrutural da língua usado recorrentemente nas escolas.

De forma clara e utilizando poemas para facilitar a explicação, a autora expõe os problemas que há na utilização de textos apenas para o ensino da gramática normativa e não como um objeto de estudo para leitura, escrita e interpretação do texto.

A autora apresenta bons argumentos teóricos para novos e antigos docentes refletirem sobre os métodos utilizados para ensinar a língua materna e ao mesmo tempo aponta novas perspectivas pedagógicas na prática que podem beneficiar não só os alunos ao apresentar uma nova forma de aprendizagem relacionada ao seu cotidiano mas também aos docentes que poderão trabalhar de forma mais interativa com seus alunos. Apesar do modo de se trabalhar o ensino de Língua Portuguesa mostrar-se como um verdadeiro desafio para os educadores, que buscam dentro destes aspectos elencados, serem mais dinâmicos e transformadores na construção de um processo dialógico entre professor e aluno, a fim de construir um conhecimento mais interacional, onde haja consistência.

Indicações da obra

O artigo tem como objetivo apresentar novas perspectivas pedagógicas que relacionam o contexto social do aluno ao seu ambiente de aprendizado. Fazendo-se de grande valia para os educadores/docentes.

Após apresentar embasamentos teóricos, a autora sugere algumas propostas de intervenções na prática que podem servir como base para os docentes reproduzirem com os seus alunos.

RESENHA

POSSENTI, S. Sobre o ensino de Português na escola. In: GERALDI, J. W. (org.) O texto na sala de aula. São Paulo, Ática, 1997. P. 32-38

Felipe Sá Freire de Vasconcellos¹³

O professor Sírio Possenti em seu texto “Sobre o ensino de português na escola” faz apontamentos determinantes para a reflexão docente de qualquer um que planeja ser professor de Língua Portuguesa. Esse assunto é, certamente, polêmico, particularmente por tocar em questões sociais complexas, mas também por se ancorar historicamente em mitos que partem de pressupostos mentirosos. Todavia, não se pode perder de vista que a função primária do professor de Língua Portuguesa na escola é e sempre será ensinar a norma padrão da língua.

Esta última afirmação precisa ser entendida em toda sua complexidade, então, avancemos por partes. Primeiramente, todo aluno é perfeitamente capaz de aprender a variação padrão de sua língua, não há qualquer tipo de comprovação que aponte para a hipótese desse processo ser inalcançável ou difícil demais, contudo, facilmente podemos especular que essa ideia se espalha a partir do fato de que o ensino de Português na escola é historicamente obcecado por inacabáveis listas de exercícios gramaticais de extrema repetição, seja reproduzindo infinitamente regências verbais específicas, seja pelo seu eterno retorno à identificação de componentes gramaticais através das suas nomenclaturas metalinguísticas técnicas, ambos nada mostram ou refinam o domínio de alguém da língua padrão. Ora, sabemos que esses exercícios, além de repetitivos e de metodologia furada, compartilham o problema chave de nunca trabalhar com a língua contextualizada, então não há muito sentido em gastar tanto tempo com eles, por outro lado, desenvolver a leitura e escrita seriam atividades muito mais apropriadas nesse empenho, exatamente por não isolar a gramática, trazendo uma compreensão da norma padrão muito mais natural, dinâmica e efetiva aos alunos, para além de também evidenciar certos processos gramaticais que já foram abandonados na língua, como é o caso da mesóclise ou da regência da segunda pessoa do plural.

O grande outro conflito que, de fato, merece bastante reflexão parte do entendimento das variações da língua, pois uma interpretação incorreta desse conceito pode gerar dois clássicos problemas. O primeiro problema é partir do pressuposto de que essa ou aquela variante, normalmente os alvos são aquelas faladas por estratos da base da hierarquia de nossa sociedade de classes, é errada ou mais pobre, esse entendimento é anti-científico, profundamente preconceituoso e vai diametralmente contra todo vasto material de sociolinguística que temos produzidos nas últimas décadas. Obviamente, não há certo e errado numa língua e qualquer professor de Português precisa saber disso, afinal, como esses sujeitos falam e sempre falaram, é claro que sabem sim falar muito bem, uma prova disso é que nunca veremos um falante nativo lançar mão de uma construção agramatical como “a copo de vidros*”, normalmente o “erro” é apenas uma construção gramatical que ainda não foi adotada pela elite, o que soa ridículo quando analisamos a evolução da língua através de um recorte diacrônico, pois ele evidenciará como o uso da língua sempre esteve em constante mudança e também que várias construções consideradas erradas foram adicionadas anos depois à norma padrão.

¹³Graduando em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.
Orientação: Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

O outro problema tem a ver com a ideia de desculturalização, pois, esclarecido o significado e importância da variação linguística, concluímos que ela é extremamente produtiva e adiciona tremendamente às possibilidades da nossa língua, além de traduzirem também ricos recortes culturais e manterem a língua em constante evolução. Não podemos atacar a forma de alguém falar, ninguém pode, mas essa atitude deve ser absolutamente abolida por um professor. Essa atitude grotesca é uma forma clássica de preconceito e de alienação, todavia, ensinar a norma padrão da língua não deve ser visto como um processo de apagamento de outras variantes, mas como a possibilidade dada ao aluno de transitar em certos contextos, os quais exigem um domínio da norma padrão da língua. Como foi visto, ensinar Língua Portuguesa claramente não é uma tarefa fácil, nós professores que decidimos assumir essa árdua responsabilidade precisamos passar por um profundo processo reflexivo e fazer as escolhas certas na nossa prática docente. Existem inúmeras maneiras de criar ótimas experiências pedagógicas de ensino da língua padrão que não se sustentem em falsos conceitos da língua, mas insisto que isso só acontecerá a partir do momento que o professor entenda a profundidade da Língua Portuguesa e esteja apto a enfrentar modelos decadentes e herméticos, infelizmente, consolidados pela sua reaplicação acrítica no decorrer das últimas décadas.

RESENHA

GERALDI, João Wanderley (org). **Unidades Básicas do Ensino de Português**. In: *O texto na Sala de Aula*. São Paulo: Editora Ática, 1999. 3ª ed, p. 59-79.

Giovana Pereira Abranches¹⁴
Verenna Klein¹⁵

Apresentação do/a autor/a da obra

João Wanderley Geraldi nasceu em 1946 no Rio Grande do Sul. Tem dupla graduação: Ciências Jurídicas e Sociais (UFSM) e Letras (Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ijuí), mestrado e doutorado em Linguística pela UNICAMP, universidade onde lecionou até sua aposentadoria. Além de pesquisar na área de Análise do Discurso, Geraldi é um dos maiores nomes no Brasil em ensino de Língua Portuguesa. Tem diversos livros publicados, como *O texto na sala de aula*, *Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação* e *A aula como acontecimento*.

Breve síntese da obra

Nesse texto, Geraldi trabalha com uma concepção interacionista da linguagem, propondo atividades em sala de aula. Ele divide o ensino de Português em três unidades básicas, detalhando as propostas de atividades para cada uma delas (incluindo sugestões de texto para cada série, como consegui-los, quais produções cobrar, quais elementos cobrar etc). São elas:

a) Prática de leitura

Geraldi tem como objetivo principal que o aluno se interesse pela leitura de livros (romances e novelas, em específico), e para isso incentiva a leitura sem cobranças.

b) Prática de produção escrita

O autor critica situações artificiais de produção escrita, sugerindo então criar situações para o aluno (como escrever cartas, criar um jornal, promover debates em sala de aula, etc).

c) Prática de análise linguística

Geraldi aponta que essa prática é mais eficaz se for concreta, e para tanto, recomenda trazer textos de alunos para serem debatidos. A ideia é que cada aula foque em um problema de escrita, e que no fim da atividade os alunos possam retomar o texto e reescrevê-lo. De modo geral, ele aponta que os problemas sejam reconhecidos (sejam eles de estrutura textual, de estilística, de ordem sintática, de ordem morfológica, de ordem “fonológica”) pelos alunos, que devem ser capazes de identificar erros e corrigi-los.

Por fim, Geraldi traz algumas recomendações mais detalhadas, incluindo adendos às recomendações anteriores.

¹⁴Graduanda em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.

¹⁵Graduanda em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.
Orientação: Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

Principais teses desenvolvidas na obra

Geraldi defende uma perspectiva interacionista da língua, privilegiando-a enquanto ferramenta de comunicação, e centrando nesse aspecto. Ele também defende uma relação de confiança com o aluno — seja não cobrando a leitura, seja confiando a escrita de textos que não serão lidos pelo professor, como cartas.

Reflexão crítica sobre a obra

Apesar de escrito há décadas atrás, e portanto trazer alguns gêneros que não fazem mais parte do cotidiano do estudante (como carta), Geraldi levanta pontos importantes sobre a interação e as práticas do ensino de língua. Sua explicação é bastante detalhada, servindo como “manual de sugestões” para professores, o que, ainda que não devam ou possam ser aplicadas “ao pé da letra”, com certeza são capazes de oferecer orientação e ideias para o leitor-professor.

Indicações da obra pelo resenhista

O texto, como a maior parte dos textos do livro, é fonte rica para professores. O nível de detalhamento trazido por Geraldi nesse texto — que chega a sugerir como conseguir os livros que serão lidos — é especialmente enriquecedor para professores em formação.

Referência bibliográfica

GERALDI, João Wanderley (org). **Unidades Básicas do Ensino de Português**. In: *O texto na Sala de Aula*. São Paulo: Editora Ática, 1999. 3ª ed.

RESENHA

DUARTE, Denise Aparecida Schirlo. O Ensino de Língua Portuguesa: Perspectivas e contradições. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE 2007 Universidade Federal do Paraná. Paraná, 2008.

Isabela Ritter Rocha Almeida¹⁶

O artigo em questão tem como proposta denunciar as estratégias pedagógicas majoritariamente utilizadas no ensino de Língua Portuguesa, problematizar e discutir sua ineficácia; além de, elaborar novas estratégias que partam de uma perspectiva positivista e que garantam maior eficácia na aprendizagem. A questão a ser criticada é o ensino engessado comumente aplicado nas escolas há gerações, que prevê a língua como finalizada nela mesma, sem aplicação em outras áreas que possam abranger o conhecimento e incluir o indivíduo no universo da linguagem. Essa modalidade prescritiva mostra-se ineficiente uma vez que em sua maioria, o aluno acaba por esquecer a matéria em questão de meses após ela ter sido ensinada a ele. O que leva a esse fim tem duas causas principais: o descaso do professor e da própria instituição com o aprendizado, muitas vezes causado pela própria lógica capitalista prevista que requer um dinamismo nas relações; e a falta de conectividade entre o aluno e o aprendizado, frutos de correntes elaboradas em contextos muito diferentes, e épocas passadas, e que, são majoritariamente etnocentradas em povos e culturas muito alheias as nossas.

A autora então, munida da informação acerca dos dados que claramente contribuem para o empobrecimento científico e educacional que assombra a realidade das nossas escolas, elabora uma contraproposta que tem como principal elemento a leitura. Ela nota que o discurso é o elemento fundamental da comunicação, mas sem a língua, tal não pode existir. E é justamente o discurso que, quando selecionado e elaborado, condizente com o universo do aluno, gera o interesse e a consequente assimilação do conteúdo. A partir de estratégias de ensino que envolvem a leitura, produção oral e escrita, e que se baseiam na funcionalidade, cria-se um universo possível e rico linguisticamente. O não julgamento das falas dos alunos possibilita a expansão da mesma uma vez que o indivíduo se sente livre para criar.

Outro fator importante mencionado pela autora são as dinâmicas dentro da sala de aula entre aluno e professor. O ensino prescrito coloca o aluno como objeto quase que, inanimado, não possuidor de conhecimento e impossibilitado de produzir e gerar coletivamente, ele “desautoriza o aluno enquanto sujeito-autor de seus saberes”. Ora, se a linguagem é o fim e meio pelo qual se produz e ensina o conhecimento de Língua Portuguesa, porque o aluno, sujeito inserido no contexto lusófono, não teria a capacidade de adicionar e fazer contribuições para a própria aula? Ele de fato, mais do que qualquer outra matéria do ensino básico, está criando a cada momento de fala, pois, cada indivíduo é um universo linguístico de imensurável fonte de pesquisa. Faz-se necessária a interlocução ativa entre os sujeitos docentes e discentes na criação do próprio conteúdo da sala de aula. Desse jeito o conhecimento torna-se inúmeras vezes mais vasto, uma vez que está sendo construído através de várias perspectivas.

¹⁶Graduanda em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense. Orientação – Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

Além disso, a autora enxerga a problemática da avaliação como algo que deve ser mudado. Centrados apenas no produto e não no processo, os métodos avaliativos vão contra todas as evidências sobre a garantia da aprendizagem. Mais uma vez, a lógica capitalista se vê presente, no que concerne a desqualificação do conhecimento e promoção de um ensino decoreba, bom o bastante a curto prazo, no caso de, uma prova ou até mesmo no Exame Nacional do Ensino Médio. Mas quando se vai além, o que se foi aprendido não gerou nenhum valor e não foi de maneira alguma transformador na vida do aluno. E claro que, não se deve generalizar e botar a culpa de tudo isso nas costas do professor. Ele, assim como todos os envolvidos na empreitada que é a educação nacional, sofre de maneira brutal os empecilhos do sistema. Seguir tal profissão é lutar diariamente contra a desesperança, motivo pelo qual o ensino vai cada vez mais seguindo os trilhos do óbvio, enfadonho e não-revolucionário.

Por fim fica clara a necessidade de pôr a baixo tudo que torna o ensino de Língua Portuguesa algo engessado e sem perspectiva, e de construir um novo modelo que corrija todas as falhas, de modo a não construir ou moldar, mas acrescentar aos sujeitos completos e autônomos, possuidores de habilidades criativas e críticas, novas maneiras de pensar a língua. O foco do artigo centra-se na utilização de gêneros textuais e, através de uma minuciosa elaboração, a autora prescreve um quadro de procedimentos e estratégias de aprendizagem que cruzam com as competências da leitura, oralidade e escrita. Dentre vários tópicos destacam-se todas as modalidades que envolvem a troca, o ouvir e falar, aplicadas na imersão gramatical, semântica e pragmática. Isso é o que denominamos funcionalidade na educação.

RESENHA

GERALDI, João Wanderley. Concepções de linguagem e ensino de português. In: O texto em sala de aula. São Paulo: Ática, 1997. p. 39-46.

James Ferreira Araújo¹⁷
Karine de Mesquita Silva¹⁸

No texto “As concepções da linguagem e ensino de português”, o autor Geraldi (1984) traz uma visão de um sistema educacional totalmente ineficiente e a precariedade de ensino dos alunos do ensino básico tanto na oralidade quanto na escrita. Numa era em que a tecnologia predomina entre os jovens, há uma dificuldade em escrever corretamente as sentenças, a norma padrão é deixada de lado, ou seja, há uma substituição desta por termos que deveriam estar somente nas mídias sociais. O reconhecimento do fracasso da escola, dos alunos e do ensino de Português e de como ele é aplicado já é um bom começo. Nesse sentido seria importante rever todo o sistema educacional.

No primeiro tópico do texto, Geraldi aborda sobre a interação linguística, em que ele faz uma breve análise sobre a problematização em relação à interação linguística entre os falantes em cada situação de fala. Através de percepções sobre o estudo da língua, o autor levanta indagações sobre o que estamos habituados a empregar no cotidiano escolar como materiais didáticos e gramáticas escolares, em que não há somente essa perspectiva, mas que seria importante no ensino da língua, estudar as relações que se constituem entre os falantes no processo interativo.

No segundo tópico, que trata do acesso à democratização na escola, o que nos faz refletir sobre a variedade linguística, pois traz uma pluralidade de camadas sociais para uma mesma sala de aula. Ou seja, mesmo que seja uma democratização “falsa”, os professores costumam dar aula somente para aqueles que usam somente a mesma variação que ele, o que nos faz pensar se essa democratização é realmente válida.

No terceiro tópico, ele se refere às formas de dominação da fala e que deveria haver uma valorização linguística da variedade falada pelos alunos. A escola deveria preservá-la e os professores conscientizarem seus alunos sobre a necessidade do respeito a essa pluralidade que se manifesta na língua. Além dessa conscientização seria significativo a escola ensinar a variedade linguística “padronizada”, tendo como base legítima as outras.

E no último tópico, o autor trata da questão do ensino da língua e da metalinguagem, em que há uma diferenciação sobre o que é ensinado em sala e o que deveria ser realmente ensinado. Podemos concluir que a concepção de linguagem do que é ensinado nas escolas ocorre numa defasagem muito grande, principalmente por habitarmos um país em que há uma diversidade linguística muito grande.

¹⁷Graduando em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.

¹⁸Graduanda em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.
Orientação: Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

RESENHA

GERALDI, J. W. Concepções de linguagem e ensino de português. In: O texto em sala de aula. São Paulo: Ática, 1997. p. 39-46.

Luciano Fernandes Monteiro¹⁹

Apresentação do autor e credenciais

João Wanderley Geraldi é professor e tem graduação em LETRAS pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (1980), graduação em CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS pela Universidade Federal de Santa Maria (1970), mestrado em LINGÜÍSTICA (1978); doutorado em LINGÜÍSTICA (1990); livre-docência em Análise do Discurso (1995) e Professor Titular (2003), pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Aposentado, colaborador visitante da Univ. do Porto (Portugal), e de universidades brasileiras a convite. Atua principalmente nos seguintes temas: análise do discurso, estudos bakhtinianos e ensino de Língua Portuguesa. Faz parte do Conselho Editorial de várias revistas: Cadernos de Estudos Linguísticos (Unicamp), Palavras (APP/Portugal), Leitura: Teoria & Prática (ALB), Filologia e Linguística Portuguesa (USP), Educação & Realidade (UFRGS), Educação & Contemporaneidade (UNEB), Signo (UNISC), Letras (PUCCAMP), Espaço Pedagógico (UPF), Cadernos Camilliani (CUSC), Fórum Linguístico (UFSC). Atualmente é professor aposentado da UNICAMP. Outras obras:

O texto na sala de aula: leitura & produção. Cascavel: Assoeste, 1984. (Organizador.)

Semântica. São Paulo: Ática, 1985. Com Rodolfo Ilari.

Portos de passagem. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Linguagem e Ensino: exercícios de militância e divulgação. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

A aula como acontecimento. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

Resumo da obra

Em *Concepções de linguagem e ensino de português*, João Wanderley Geraldi (1984, p. 39) mostra e aborda de forma categórica, uma prática de como age o sistema de concepção da linguagem e aponta a crise do sistema educacional que já é bem conhecida pelos educadores de todo o país e esta nada mais é do que a considerável falha dos estudantes na competência linguística, em suas modalidades escrita e oral.

Deste modo disserta, “não falta quem diga que a juventude de hoje não consegue expressar seu pensamento... que há incapacidade generalizada de articular um juízo e estruturar linguisticamente uma sentença”. E para o professor, isso, de fato, é comprovado quando se faz uma análise nas redações dos estudantes, no vestibular. E mesmo que o texto tenha sido redigido há 36 anos, a situação não obteve tantas melhoras.

¹⁹Graduando em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.
Orientação: Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

Em relação a isso, J. Geraldi discursa a respeito das deficiências que coexistem na crise do sistema educacional brasileiro. A juventude tem baixo desempenho na competência linguística e mal saber formular uma frase. O autor prova isso através de inúmeros exemplos como, o uso de gírias e baixo nível de leitura, provado pela pouca vendagem de jornais, revistas e livros e redações em vestibular.

Ao longo da obra, o autor então propõe que antes da atividade em sala de aula é necessária a consciência de que toda metodologia de ensino é vinculada a uma opção política, que é relacionada a uma maneira de interpretação e compreensão da realidade, a partir dos meios utilizados em sala de aula.

Desta forma, o conteúdo lecionado, a forma como é ensinado, as maneiras de atrair os alunos, as bibliografias utilizadas, as formas de avaliação, os relacionamentos com os estudantes, tudo isso culmina em atividades concretas em sala de aula, pela qual o mestre opta. E em questão a esse ensino, se faz a pergunta “Por que se ensina português e por que os estudantes devem aprendê-lo?” A resposta para isso, que conduz os sentidos para demais questões relacionadas a ela.

E no caso da Língua Portuguesa uma resposta a essa pergunta nos leva tanto a “concepções de linguagem” quanto à postura em relação a educação de modo a ambas se fazerem presentes na vinculação pedagógica. Por isso são questões prévias, que João Geraldi faz questão de discorrer em sua obra e dá-se início na forma de “Por que estudar as concepções de linguagem?”. De acordo com o autor, a escolha por uma concepção tem implicações diretas no planejamento, na condução das aulas, na elaboração e escolha dos materiais, em sua forma de avaliação e a como a forma que o professor visualiza a língua influencia em sua maneira de ensinar.

De acordo com J. Geraldi o aluno então, não sabe as nomenclaturas para se redigir um texto, apesar de ter os conhecimentos necessários para se comunicar corretamente e a lição principal seria a de ajudar o estudante a aprender a se comportar linguisticamente em diversas situações de interação social, desenvolvendo sua competência comunicativa.

Ao final do texto o autor trabalha com a ideia de que a língua só existe no jogo em que se joga a sociedade, na interlocução, pois cada texto é produzido no interior de um processo de interlocução e responde aos objetivos desse processo, sendo marcado pelos sujeitos nele envolvidos e pelas práticas históricas que foram construídas ao longo do tempo, no interior de cada instituição social.

Logo, o estudo da língua é uma maneira de entender as formas criadas através da fala e as condições que devem ser preenchidas por um falante para ajustar seu vocabulário de maneira adequada visando a atingir a interação adequada a tal meio e cumprir o propósito da comunicação.

Teses desenvolvidas na obra

No que cerne às discussões sobre o Ensino da Língua Portuguesa uma questão fundamental e definitiva orbita à volta das concepções de linguagem dos professores, visto que elas são de suma importância para direcionar a prática pedagógica. A partir dessa premissa João W. Geraldi formula 3 concepções de linguagem para apoiar o ensino de línguas: A linguagem é vista como expressão de pensamento, instrumento de comunicação e forma de interação.

Na primeira concepção a linguagem é tida como uma expressão construída na mente dos indivíduos, ou seja, para esta concepção o pensamento vem antes da linguagem, e o que as pessoas dizem é reflexo do que há em suas mentes. A linguagem é uma atividade monológica e individualista, pois não considera fatores externos à enunciação, como contexto e interlocutores. Deste modo, o ensino da língua dá prioridade à característica normativa e a língua ensinada nas aulas pode ser confundida com o ensino de gramática, no qual há o destaque do trabalho sob a forma estática, ao invés do uso. Logo, o profissional que se foca nessa formulação põe a gramática prescritiva como ponto central do processo de ensino e aprendizagem para com seus alunos, que recebem uma visão limitada da linguagem, já que a língua é vista como um produto acabado, um sistema estável e um depósito inerte.

Enquanto a segunda concepção da linguagem tem como instrumento de comunicação a língua como um código pronto, isto é, funciona como um conjunto de signos que se combinam segundo regras e que é capaz de transmitir informações de um emissor para um receptor. O docente pautado em tal prática visará desenvolver em seus alunos as capacidades de expressão e compreensão de mensagens.

De acordo com João W. Geraldi, essa concepção é fortemente ligada ao estruturalismo, aos elementos da comunicação e ao transformacionalismo, onde o falante perde seu papel no modus operandi linguístico de modo que a ênfase recai na competência do código. A leitura é apontada como mera decodificação e a produção textual como consequência de atividades prévias. Sem mencionar que o processo de ensino e aprendizagem da língua é norteado pelo ensino gramatical com a dominância de exercícios estruturais morfossintáticos.

A terceira concepção traz a linguagem como um local de interação humana e os sujeitos são vistos como construtores e atores sociais, que constroem e produzem sentidos dialogicamente. Essa concepção baseia-se em “O lokus da linguagem é a interação” (BAKHTIN), para quem a atividade da linguagem é fundamentalmente ideológica, social e dialógica e não pode ser desassociada das relações sociais, sendo a língua o reflexo dessas relações.

Nessa concepção defendida por Bakhtin, a linguagem é vista por uma visão enunciativa e discursiva, uma vez que não é entendida com uma categoria gramatical abstrata, mas sim com um fato social essencialmente lotado de posicionamentos a respeito de conceitos de valores. Sob este ponto de vista, o autor é contrário à noção da língua concebida no objetivismo abstrato, na qual havia a separação entre o social e o individual, e no subjetivismo realista, na medida em que é desenvolvida uma filosofia de linguagem apoiada no aspecto comunicativo e dialógico. A língua então se constitui num processo ininterrupto realizado, por meio da interação social, verbal, entre os interlocutores, não sendo um sistema estável de formas normativamente idênticas.

A importância que Bakhtin atribui ao viés ideológico na língua é construída pelo fenômeno social da interação verbal, feita por meio das enunciações. Logo, todas as atividades das comunicações verbais ocorrem, por forma de enunciados escritos ou orais, que fundamentam os gêneros discursivos. Essa ótica, então, prioriza a historicidade do sujeito e não retira os condicionantes pragmáticos e a intencionalidade implícita às realizações comunicativas.

E é justamente por ser afeiçoado a essa concepção ideológica bakhtiniana de linguagem que João W. Geraldi defende que o aluno aprende trabalhando a linguagem. Logo, o ensino da língua deixa de ser um exercício de reconhecimento e reprodução para ser um exercício de produção e conhecimento, e assim como Bakhtin, Geraldi defende que o trabalho como a unidade real da comunicação no discurso, o enunciado é o que constitui os gêneros discursivos.

Reflexão crítica

A obra fornece referências, por meio da visão de um especialista a respeito das concepções de linguagem e metodologia de ensino, explicando fatos mais recentes ligados a concepções modernas dos propósitos da língua. O autor por possuir formação em Língua Portuguesa e estudos avançados, nos quais fez mestrado e doutorado relativos a áreas de linguística e análise do discurso, conseguindo, com propriedade, passar através da obra uma visão moderna sobre o/do assunto.

O professor João W. Geraldi inicia a obra dando exemplos advindos de sua experiência em sala de aula, que não partem de uma visão subjetiva e meramente psicológica do autor, pois as problemáticas exibidas como a má utilização do Português formal, quando exigido em provas de vestibular, não são somente um problema seu, mas um fato que perdura sobre o tempo e existe em todas as salas de aula, no Brasil inteiro.

A leitura da obra exige um interesse maior no assunto, e seu público-alvo é nitidamente composto por acadêmicos interessados a se aprofundarem em seus conhecimentos relativos à linguagem. O autor se baseia em argumentos de autoridade, pesquisas, conceitos e exemplos de outros pesquisadores renomados na área para formular suas conclusões a respeito da deficiência dos alunos no processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa.

O estudo fornecido através do discurso de Geraldi exige um conhecimento prévio do assunto como em teses do mesmo calibre, por justamente trabalhar com fatos tão específicos à visão de quem tem contato com uma sala de aula, na posição de professor ou de quem está em graduação. A conclusão da obra é baseada no princípio de que a língua deve ser ensinada ao passo de se encaixar as mais variadas interações sociais assim cumprindo seu propósito comunicativo e isso oferece uma reflexão crítica a quem tem dificuldade em lidar com o desinteresse dos alunos em aprender uma gramática normativa. Logo, é oferecido um discurso que visa aperfeiçoar o trabalho do professor para que seja uma ponte entre o conhecimento formal dos livros e o conhecimento pré-concebido de seus alunos para com a língua.

Indicações da obra

A obra tem por função ampliar os conhecimentos de professores universitários, pesquisadores e alunos que anseiam por mais saberes em relação à linguagem e de como ajudar os alunos nesse processo de ensino aprendizagem marcado por uma visão preconceituosa que professores têm em relação à modalidade informal utilizada pelos alunos em detrimento da modalidade formal associada à norma padrão presente em provas e vestibulares. Seria de grande utilidade o conhecimento e a constituição da modalidade informal para sanar dificuldades em lidar com o vocabulário dos alunos.

O livro é fundamentado em um trabalho de campo específico, mas que serve de norte a todos os que trabalham em áreas de licenciatura, possuindo causos pessoais do autor que são dilemas universais em relação a todos que se dedicam ao magistério, como erros de português dos alunos, usos de gírias e a má compreensão dos textos. Tendo em vista o fato de ser a língua materna da maioria dos estudantes, ocorridos como esses ainda são bastante comuns em sala.

RESENHA

DUARTE, Denise Aparecida Schirlo. O Ensino de Língua Portuguesa: Perspectivas e contradições. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE 2007 Universidade Federal do Paraná. Paraná, 2008.

Maiá Paula da Silva Damasceno²⁰

Breve síntese da obra

O artigo aborda o ensino de Língua Portuguesa na educação básica, apresentando as dificuldades enfrentadas pelo professor em romper as barreiras do ensino (estritamente) normativo pré-estabelecido adotado largamente nas escolas. Ensino esse que concebe a língua de forma estrutural, fechada, que valoriza em grande escala a norma padrão. Esse rompimento faz-se necessário para o desenvolvimento de uma aprendizagem frutífera e o não distanciamento do aluno da disciplina.

Embasado de forma teórica e prática, busca orientar professores de Língua Portuguesa pelos caminhos didáticos e metodológicos para lecionar a disciplina na educação básica a fim de construir um conhecimento crítico, independente, respeitando e trazendo as regras gramaticais em diálogo com os conhecimentos vivos (linguísticos) dos alunos, apresentando a perspectiva de uma gramática viva, de uma aplicação interpretativa a partir de textos diversos, e interpretação de casos aplicando-nos as regras gramaticais.

Ele apresenta propostas que dialogam com a realidade do ensino básico de uma língua materna, que acompanhem a realidade e contexto social da comunidade, e de cada aluno, permitindo a construção de uma prática flexível, crítica, social e cognitiva, respeitando os conhecimentos que o aluno já traz da língua e orientando o diálogo com esse conhecimento a fim de construir um conhecimento estrutural da gramática e da língua.

Principais teses desenvolvidas na obra

A autora afirma como tese central um distanciamento do ensino da língua materna (em específico a Língua Portuguesa) na sala de aula, e a urgente necessidade do rompimento desse distanciamento a partir de mudanças práticas na metodologia do ensino.

Esse distanciamento dá-se a partir da prática do ensino estritamente normativo prescritivo e analítico da língua, no ensino da identificação de verbos, pronomes, sujeito, predicado e outras classificações de análise linguística, sem levar em conta aspectos comunicativos vivos e interacionais da língua em uso, levando o aluno ao distanciamento e a um aprendizado artificial deficiente sem conexão com a realidade de seu uso.

Ela propõe o ensino funcional da língua, de forma que o aluno consiga articular o aprendizado prescritivo em seu contexto social de uso, e articular esse aprendizado no dia a dia, de forma a lhe acarretar uma maior possibilidade de uso crítico funcional produtivo da língua em sua realidade social, e profissional.

²⁰Graduanda em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.
Orientação: Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

Dessa forma ela propõe metodologias para serem aplicadas na realidade da sala de aula do ensino básico de Língua Portuguesa, a fim de desenvolver a prática da leitura, da produção oral e escrita com o intuito de instrumentalizar de forma funcional os alunos no uso da gramática em seu cotidiano.

Por fim, ela afirma que já é reconhecida a necessidade de mudança na forma de ensino tradicional da gramática nas salas de aula, porém muitas vezes na necessidade de ensinar as regras gramaticais acaba se repetindo esse método tradicional e pouco funcional na aprendizagem.

E orienta um ensino a partir de uma perspectiva discursiva da língua, que aulas voltadas exclusivamente para as estruturas formais da língua não conseguem abarcar a necessidade curricular de formação dos alunos, devendo então o professor recorrer a métodos mais dialógicos com o contexto e realidade social, a fim de respeitar o processo de ensino de uma língua dinâmica e viva, permitindo que o aluno reconheça o sentido da linguagem e da importância que ela tem em sua vida.

O ensino da Língua Portuguesa deve permitir ao aluno reconhecer-se como sujeito-autor no domínio da língua, e não subjugado a ela, ela deve ser um instrumento de conexão social, comunicação, materialização de um pensamento crítico do sujeito.

Reflexão crítica sobre a obra

Esse trabalho é de suma importância, pois com linguagem acessível, conhecimento teórico e prático, auxilia a formação e atualização de professores a fim de atingir o foco da formação do currículo básico em Língua Portuguesa, que é permitir ao aluno o uso funcional da língua, e o uso dela para expressar e refletir sobre a realidade a sua volta, e criticizar o mundo ao seu redor.

A partir das entrevistas feitas com alunos e professores, percebemos que todos reconhecem uma necessidade de um ensino mais funcional da língua, de forma que ela dialogue com as suas realidades e necessidades, mas não sabem indicar de forma precisa que caminho a se seguir, tanto alunos como professores afirmam a profunda importância e necessidade do ensino da Língua Portuguesa no ensino básico, bem como apontam a extrema dificuldade de aplicação no dia a dia, e no processo de ensino/aprendizagem.

Dessa forma esse artigo busca solucionar de forma prática essa barreira, trazendo conteúdos fundamentais a serem ensinados nas determinadas séries, bem como a melhor forma de ensiná-los, com textos, quais textos, com quais conhecimentos dialogar.

É certo que não podemos ignorar a defasagem do ensino público no Brasil, quando falamos de ensino básico não podemos unificar, pois ele se dá de forma diferente em escolas públicas e particulares, nas diferentes regiões do Brasil, e faz parte de um projeto político de sociedade, como já afirmava Darcy Ribeiro “A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto”.

Portanto não podemos ignorar que o professor faz parte de um corpo social, composto por hierarquias que vão muito além da sala de aula, passando pelo corpo escolar que define as metodologias de ensino, até as próprias organizações que definem o conteúdo adotado, tão pouco pode nos passar despercebido que para a aprendizagem é necessário garantir a segurança social do aluno, e quando estamos falando do Brasil essa questão se aprofunda de maneira grave.

De toda forma o presente artigo deve servir como referência no ensino de Língua Portuguesa na formação curricular básica, sempre nos guiando e orientando na função da obrigatoriedade dessa disciplina, a fim de construir um saber funcional que dialogue e permita a visão crítica do nosso contexto social.

Indicações da obra pelo resenhista

Essa obra é de valor caríssimo na orientação da aplicação pedagógica, e orientação de ensino não só para professores de línguas em geral, principalmente de Língua Portuguesa, mas também para todas as áreas de ensino visto que faz a discussão da importância do ensino dialogando com a realidade a fim de construir um conhecimento funcional que respeite a realidade dos alunos, e os permita serem agentes do conhecimento e não se sentirem subjugados ou incapazes diante dele.

E a todos os alunos que sintam a necessidade de um conhecimento dialógico com certeza esse artigo será de grande ajuda.

Referência bibliográfica

DUARTE, Denise Aparecida Schirlo. O ensino de Língua Portuguesa: perspectivas e contradições. IES: Universidade Federal do Paraná, 2007. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/137-4.pdf>>.

RESENHA

GERALDI, J. W. Concepções de linguagem e ensino de português. In: O texto em sala de aula. São Paulo: Ática, 1997. p. 39-46.

Matheus Bitencourt Ribeiro²¹

“O texto na sala de aula” é uma coletânea de doze artigos, organizados por João Wanderley Geraldi, escritos por ele e mais sete renomados autores. Os autores são professores especialistas de atividades com texto e trabalham na USP, Unicamp e Universidade Federal de Sergipe. Eles trazem nesta obra uma proposta para a formação de professores. Estão presentes nesta obra aspectos pedagógicos e sociais do Português a partir da experiência em sala de aula. Geraldi é um conceituado estudioso da área da Lingüística, e autor de várias outras obras importantes. Este livro é fundamental para professores e estudiosos preocupados com a qualidade do ensino de Português no Brasil, pois apresenta ao leitor, problemas e soluções relacionados ao estudo de língua materna nas escolas de ensino fundamental e médio (primeiro e segundo grau). A obra é organizada em quatro tópicos: “Fundamentos”; “Práticas de sala de aula”; “Sobre a leitura na escola”; “Sobre a produção de textos na escola”.

João Wanderley Geraldi, organizador do livro, assume o capítulo 5: “Concepções de linguagem e ensino de português” e já, no início do texto, apresenta uma realidade, não só do tempo do texto como do tempo do leitor: escrita e leitura precária dos estudantes do ensino fundamental e médio. A dificuldade de expressar o pensamento na era da comunicação, a incapacidade generalizada de articular um juízo, o baixo índice de leitura entre os jovens, as redações dos vestibulandos entre outros exemplos que construíram um quadro caótico nos anos oitenta e, talvez até mesmo antes, que se mantém na contemporaneidade.

Geraldi destaca também como outros fatores causadores desse fracasso escolar a inércia administrativa do poder público, professores mal pagos e mal remunerados, verbas escassas e aplicadas de forma irracional. Após elencar os problemas, o autor entra na questão específica: o ensino da língua materna. Segundo Geraldi (1999, p.34) “qualquer metodologia de ensino articula uma opção política – que envolve uma teoria da compreensão e interpretação da realidade – com os mecanismos utilizados em sala de aula”. Daí que qualquer metodologia deve levar em consideração, previamente, não só a noção de educação, mas, principalmente, as concepções de linguagem: expressão do pensamento; instrumento de comunicação; forma de interação. Geraldi estabelece, respectivamente, essas três concepções com as três grandes correntes da linguística: gramática tradicional; estruturalismo e o transformacionalismo; linguística da enunciação.

Nesse sentido, o linguista do quinto capítulo mira a sua análise na terceira concepção: linguagem/interação/enunciação porque o discurso é o uso da linguagem na prática social, portanto, a linguagem é o lugar de constituição das relações sociais, mediante suas interlocuções, tornando o falante, também sujeito.

Portanto, a metodologia de ensino de língua materna não seria pautada por um desmembramento anatômico de suas estruturas gramaticais separadas formalmente, mas por demandas de comunicação do falante/estudante em variadas situações sociais de fala/escrita/leitura/escuta, de maneira a desconstruir toda a hierarquização das referidas situações

²¹Graduando em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.
Orientação: Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

sociais que demandam linguagem, dominando-as, mas respeitando suas características peculiares e estabelecidas pelo próprio lidar social, reconhecendo-as como adequações necessárias pelo próprio convívio coletivo.

Tal demanda surgiu também, segundo Geraldi, com a democratização da escola (ainda que falsa) e a necessidade de levar em consideração toda bagagem cultural, linguística e de vida do estudante, de sua família e de sua comunidade ao redor da escola, não como uma postura demagoga de abnegação, mas como uma espontânea atitude de quem (no caso, a escola) quer, não só ensinar, mas também aprender com uma cultura diferente (no caso, a comunidade do aluno) se é que exista, de fato, tamanha divergência cultural e linguística entre os dois agentes educacionais. Nessa perspectiva, o autor faz uma crítica à hierarquização da língua materna, questionando o porquê da existência, ainda que no imaginário social, de uma “língua de prestígio”. E lembra, no final do texto, que exercer o papel de sujeito transformador de sua história e da história de sua coletividade exige também, dos estudantes, o domínio das modalidades linguísticas usadas pelo poder político.

Após uma leitura reflexiva desta coletânea organizada por Geraldi percebe-se o quanto se pode relacioná-la com nossas práticas de leitura e produção de texto em sala de aula. Esta coletânea é um suporte pedagógico muito bom para os futuros docentes e também para os professores que já estão em sala de aula, pois a linguagem utilizada nestes tópicos é simples e as atividades sugeridas requerem apenas um bom planejamento por parte destes para serem adotadas nas salas de aulas. Sem dúvidas recomendo “o texto na sala de aula” como leitura indispensável para futuros professores e também para professores que já têm uma base profissional, pois a leitura dessa coletânea é fundamental para todos aqueles que querem e precisam aprimorar seus conhecimentos.

RESENHA

POSSENTI, Sírio. *Gramática e Política*. In: GERALDI, João Wanderley. O texto na sala de aula. 1ª. Edição. São Paulo: Editora Ática, 2011, p. 47-56.

Paola Vitória²²

Apresentação do autor da obra

Sírio Possenti é pesquisador, escritor e professor titular no departamento de linguística da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). Graduado em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, mestre e doutor em Linguística pela UNICAMP, atua em diferentes áreas da Linguística, principalmente na subárea da Análise do Discurso, em específico nos campos do humor e da mídia.

Breve síntese da obra

O trabalho *Gramática e Política*, de Sírio Possenti, faz parte do livro *O texto na sala de aula*, organizado por João Wanderley Geraldi, e é dividido em quatro subtítulos: Conceituando gramática; Conceituando Língua; Fatos Linguísticos e Fatos Sociais; O “político” nas gramáticas.

No primeiro subtítulo, o autor analisa e conceitua o que seria a gramática. Inicia abordando o fato do termo gramática designar um conjunto de regras a serem seguidas por aqueles que pretendem falar e escrever de “maneira correta”, ou seja, a gramática por esse viés seria um conjunto de regras prescritas. Logo em seguida, aborda uma segunda concepção, na qual a gramática é entendida como um conjunto de regras que um cientista da língua encontra nos dados que analisa. A partir desse conceito, se entenderia gramática pelo conjunto de leis utilizadas por um falante para estruturar seus enunciados.

Após essas conceptualizações, Possenti passa a explicar a diferença entre as gramáticas do tipo 1, do tipo 2 e do tipo 3. A primeira preocupa-se com o que se deve dizer; a segunda se ocupa de como se diz; e a terceira comporta o conjunto de regras que o falante de fato aprendeu e utiliza para se comunicar.

O segundo subtítulo trata da conceptualização da língua. Sendo assim, a primeira ideia apresentada é de que o termo *língua* refere-se apenas à variedade utilizada pelas pessoas cultas; pois as outras formas de falar e escrever são consideradas erradas e não pertencentes à língua. Em contínuo, há a apresentação de um segundo conceito de língua: a língua como um construto teórico, necessariamente abstrato que prevê sistemas coexistentes, mas não os incorpora. No fim deste subtítulo, há uma pequena discussão sobre os conceitos até então apresentados serem excludentes ou não, e, após isso, há uma terceira e última conceptualização. Nela, a língua é considerada um conjunto de variedades utilizadas por uma determinada comunidade.

²²Graduanda em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.
Orientação: Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

No terceiro subtítulo, *Fatos linguísticos e fatos sociais*, o autor traz diferentes fatos linguísticos que estão conectados ao campo do social, como, por exemplo: o fato das línguas variarem e se modificarem, e, mesmo assim, as gramáticas do tipo 1 ignorarem essa realidade, pois, são escritas a partir da ideia de levar a língua a um aperfeiçoamento; o fato de existir uma variedade linguística considerada como a correta— a variante utilizada pelas pessoas de prestígio da sociedade; e o fato de que, na verdade, cada variação é útil para um contexto social e possui regras bem definidas e complexas.

No quarto e último subtítulo, é abordado o que há de político em cada um dos tipos de gramática. A gramática tipo 1 é política por ser excludente, desconsiderar a fala e excluir a variação escrita e oral; A gramática tipo 2 é política por ser construída a partir da oralidade e ao delimitar seu objeto de estudo e sua base teórica, desqualificar os demais. Também, pelo fato de excluir as razões sociais da mudança do aspecto histórico da língua. Já a gramática do tipo 3 é política por ser construída pelos próprios falantes e por eles ter suas normas formadas.

Para finalizar o subtítulo supracitado e o texto em si, o autor reflete por último sobre o pensamento de Fischman que menciona quatro atitudes básicas adotadas em relação à variedade privilegiada: a padronização, a autonomia, a historicidade e a vitalidade. Ademais, pensa sobre o fato de que as escolas adotam as gramáticas do tipo 1, e isso leva a um silenciamento dos alunos que passam a se sentir incompetentes por não conseguirem aprender a variedade ensinada, que tanto difere da por eles utilizada no dia a dia.

Principais teses desenvolvidas na obra

No geral, o autor discute as suas próprias ideias sobre o tema. Entretanto, poucas vezes cita outros autores ou teorias. Além de Fischman, o qual Possenti aborda com maior profundidade para discutir as atitudes básicas adotadas em relação à variedade privilegiada, também são citados Chomsky, para definir o papel do linguista, Maurizio Gnerre, para abordar a discriminação linguística, Saussure, ao abordar a concepção de signo, e Nietzsche na epígrafe do trabalho. Além disso, há um desencadeamento feito pelo autor que associa o estruturalismo americano com o behaviorismo e a gramática gerativa com o inatismo.

Entretanto, a maior parte do texto comporta o pensamento do próprio autor sobre como a escolha de uma variante em detrimento das outras leva ao preconceito linguístico e a incapacidade de aprendizado na escola. Ademais, ele reflete sobre como cada tipo de gramática tem um intuito político e como elas exercem seu papel de conservar as estruturas sociais, as divisões entre o prestigioso e o não prestigioso e entre o elitista e o popular.

Reflexão crítica sobre a obra

A obra cumpre seu papel de abordar e fazer refletir como a língua pode ser usada para conservar o *status quo*. Ao diferenciar os tipos de gramática e suas diferentes funções político-sociais, o estudo dá subsídio para que percebamos as estruturas e mecanismos que envolvem a manutenção da divisão social a partir da língua. Todas as reflexões feitas pelo autor são realizadas com uma linguagem clara e facilmente acompanhável, o que faz com que a construção da obra seja coerente com o seu conteúdo.

Ao pensar como uma futura docente, o texto esclarece como as escolhas da escola e do professor podem ser benéficas ou maléficas para o aluno e para a sociedade. A preferência das escolas por adotar as gramáticas prescritivas, que possuem a ambição de ditar como se deve falar e escrever a partir de conceitos puristas, parte de uma necessidade de levar o aluno a acreditar que a variante culta é a mais correta e a mais complexa. Isso pode levar a dois lugares: ao aluno que já está dentro da classe social dominante acreditar que o seu modo de falar, que inclui componentes da linguagem culta, é o único com valor positivo; e ao aluno que está em classes sociais mais baixas a se sentir incompetente e incapaz. E, isso, por si, leva a manutenção da divisão de classes a certo contentamento com o seu *locus* social e ao desestímulo do aluno não pertencente à classe dominante de ocupar e estar presente em lugares “elevados” da sociedade.

Indicações da obra pelo resenhista

A obra possui como intuito conceptualizar o termo gramática e a língua, demonstrar o papel político de cada tipo de gramática, associar fatos linguísticos a fatos sociais, refletir sobre o preconceito linguístico e as diferentes variantes existente, e falar sobre o fracasso da gramática tipo 1 nas escolas.

O trabalho também ajuda a perceber que a língua pode possuir um viés de “organizador” e opressor social ao ser utilizada para fins de manutenção da ordem vigente. Sendo assim, *Gramática e Política* é para aqueles que procuram ver o papel social da língua e pode ser muito útil para que os docentes e futuros docentes pensem e/ou repensem sua prática em sala de aula.

RESENHA

DUARTE, Denise Aparecida Schirlo. O Ensino de Língua Portuguesa: Perspectivas e contradições. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE 2007 Universidade Federal do Paraná. Paraná, 2008.

Vanessa Dellaperuta²³

Apresentação dos autores da obra

Denise Aparecida Schirlo Duarte é orientanda do Professor Doutor Altair Pivovar e cursa a disciplina de Língua Portuguesa na Universidade Federal do Paraná, desenvolvendo uma pesquisa centrada na prática textual sobre o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental Anos Finais.

Altair Pivovar é doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente é professor adjunto desta Universidade, atuando principalmente nos temas sobre metodologia de ensino, leitura, ensino de língua materna, interpretação e escrita. Leciona as disciplinas de Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa, Prática de Ensino e Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa e Polônês no curso de Graduação desde 1998. Outras publicações e artigos:

PIVOVAR, Altair. **O Parlamento das Galhas**. Educar em Revista, Curitiba, v. 20, p. 87-105, 2002.

KLEIN, R.; PIVOVAR, Altair; CHAVES, E. ; BORNATTO, S. P.; OSINSKI, D. R. B.; WALKER, S. D.; PICANCO, D. C. L.; BONA JUNIOR, A.; CAMPOS, N.; CARNEIRO, C. R.; CASTRO, G.; RODRIGUEZ, E. ; LEAO, S.; LIMA, S. C.; ELI, L. A.. **Balão de Ensaio**. In: Deise Cristina de Lima Picanço; Gilberto de Castro. (Org.). Educação, mídia, sociedade: alguns ensaios discursivos. 1º. ed. Londrina: Eduel, 2011, v. , p. 47-79.

FERREIRA, L.; SANGENIS, A. L. C. C.; MARINHO, M.; ZACCUR, E.; PIVOVAR, Altair; NUNES, M. F. R.; KRAMER, S.; WINKELER, M. S. B.; ROIPHE, A.; BELTRAO, L. M. F.; AMARILHA, M. **Faço o que você faz, não o que você diz**. In: Lucelena Ferreira; Anabelle Loivos Considera Conde Sangenis. (Org.). Didática e prática de ensino de língua portuguesa e literatura: desafios para o século XXI. 1º. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, v. , p. 59-76.

Breve síntese da obra

O artigo é composto por resumo, introdução, mais quatro blocos com análises sobre o tema, uma conclusão e referências bibliográficas.

No resumo, DUARTE inicia suas reflexões com um pensamento de Paulo Freire sobre a idealização do ensino de língua materna, sua relação dialética com o dinamismo da língua que percorre o tempo. A autora aborda a proposta que será discutida ao longo do artigo apresentando um discurso sobre o ensino da Língua Portuguesa na perspectiva da prática textual pautado no contexto social, abordando as características comunicativa, dialógica, interativa, social e cognitiva da língua.

²³Graduanda em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense. Orientação: Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

Na introdução, DUARTE apresenta o objetivo do artigo, que é discutir aspectos centrais sobre o ensino de língua materna. A autora direciona seu discurso para a problematização deste ensino. Descreve que sua pesquisa será embasada em algumas teorias sobre o ensino e sobre a seleção de conteúdos gramaticais tradicionais que se mostram pouco eficazes para a proficiência do estudante em leitura e escrita.

No primeiro bloco, intitulado *Problematização*, as considerações sobre o ensino de língua materna são feitas por dados históricos, relacionando-os aos conceitos de pragmática e uso da língua. A autora apresenta estudos da Professora Pesquisadora Magda Soares sobre o desenvolvimento da capacidade linguística do aluno em situações comunicativas. Deste modo, a autora problematiza o ensino de língua manifestando uma dualidade entre prática pedagógica e o uso social da língua, uma vez que a língua ensinada na escola surge como uma estrutura engessada com grande valor autoritário na sua construção gramatical e, em contrapartida, a língua social possui uma construção de discurso lógico, espontâneo, vívido e rico. Assim, a problematização do ensino da língua inicia seu processo de reflexão e diálogo quando a autora introduz neste cenário os estudos sobre gênero textual do Professor Pesquisador Marcuschie em que fundamenta que a prática pedagógica poderia exercer uma ação linguística sobre a realidade social do aluno através de textos significativos para que esses alunos pudessem, num primeiro momento, reconhecer a língua como identidade cultural e social e, num segundo momento, ampliar seu repertório linguístico, incorporando outros modos de falar, ler, escrever e compreender, que são possíveis e previstos na língua.

Deste modo, a sala de aula incorpora elementos comunicativos e interacionais da língua, transformando-se num espaço significativo, onde ocorreria a aprendizagem através de uma situação autêntica de comunicação. Assim, a ação linguística aplicada à realidade do aluno seria ampliada e, com isso, a sua capacidade individual de escuta, de escrita e de fala.

No segundo bloco, *A escola e o conhecimento: a necessidade de novas perspectivas pedagógicas* discute o texto como um evento de comunicação, composto por elementos externos a ele como parâmetros para atingir seus objetivos. Esses parâmetros apresentam-se sob determinadas circunstâncias, tais como, experiências pessoais e linguísticas dos educandos, contexto social, competências e habilidades dos alunos. Deste modo, a autora fundamenta que é preciso recuperar o papel de construção de conhecimento através de o próprio olhar e sob o do outro, para que o processo educacional tenha o caráter social, histórico, dinâmico e temporal do conhecimento e da sua produção, diminuindo assim as barreiras dos conceitos autoritários da língua e, assim, motivando o aluno para a aprendizagem.

No terceiro bloco, *Construir um sentido pessoal para o texto* há a dicotomia entre o ensino tradicional de gramática e o ensino inovador. No texto referenciado, *O parlamento das gralhas*, de PIVOVAR (2002) defende que deve haver uma interlocução entre professor e aluno para que a experiência de leitura e interpretação de texto seja vivenciada por estes protagonistas do conhecimento. Portanto, a interlocução deste bloco ocorre entre a necessidade de ampliar a competência do aluno para o exercício cada vez mais pleno, mais fluente e mais interessante da oralidade, da leitura e da escrita, em contrapartida, as escolas ainda tendem a ensinar a língua de modo fragmentado e mecânico, pautado na classificação dos elementos linguísticos e o ensino de nomenclatura.

No quarto bloco, *Articulando a teoria à prática: uma proposta de intervenção*, a autora apresenta uma sugestão de conteúdos e pressupostos teóricos com a pretensão de aplicação prática. Ainda aconselha o encaminhamento e aprofundamento teórico desta questão. Pautada na linguagem discursiva, a autora expõe uma proposta curricular para o Ensino Fundamental Anos Finais desenhada da seguinte forma: conteúdos e procedimentos/estratégias de aprendizagem para leitura, oralidade e escrita. Esta proposta embasa o ensino de língua nas práticas discursivas, entretanto no

que diz respeito ao ensino gramatical, a autora sugere que este seja realizado de forma funcional e contextualizada, para que ocorra uma dimensão pragmática e reflexiva da língua. Por fim, a autora sinaliza que poderá haver lacunas nesta proposta e sugere que novas pesquisas e estudos sejam realizados, para que possíveis acertos sejam feitos.

No bloco *Finalizando*, a autora pressupõe que o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa precisa acontecer de forma dialógica e significativa. A relação professor-aluno-professor deve pautar-se na comunicação e na troca de experiências, a fim de que este processo seja dinâmico e transformador. O professor toma o papel de mediador do ensino e o aluno é, então, agente de sua própria aprendizagem.

No último bloco, *Referências Bibliográficas*, a autora lista a bibliografia utilizada no artigo e acrescenta outros títulos que possivelmente fundamentaram esta pesquisa.

Principais teses desenvolvidas na obra

De modo geral, a autora apoia-se em diversos estudiosos para emitir suas conclusões. Porém, quando declara suas próprias ideias, DUARTE nos lembra de que a decisão de adotar uma postura crítica e valorizar o ensino da língua materna é uma decisão necessária para a prática pedagógica de cada professor. Alerta-nos que determinadas escolhas geram consequências que poderão ser pejorativas na construção do pensamento crítico dos alunos quando se trata da compreensão, da produção e da prática ora da Língua Portuguesa. Supondo que se decida pensar somente no modelo tradicional de ensino de língua nas escolas, haveria a impossibilidade de transformar a consciência discente com o uso de argumentos e a possibilidade de corrigirem-se os próprios desacordos com a experiência sócio-histórica deles, não mais distinguiríamos opiniões consistentes, consequências de ponderações, críticas e discussões sobre a língua.

Com este discurso, a autora incentiva-nos a reagir à acomodação e à falsa neutralidade, mostrando nossa responsabilidade em tudo o que fazemos e criamos, pois através dos estudos da Pragmática e da Descrição da língua a análise das consequências textuais posiciona uma determinada decisão quanto à postura do professor frente ao ensino sócio-demográfico, sócio-histórico e psicossocial. Assim, o professor privilegia a vivência do aluno no seu grupo e valoriza o que o falante fala e produz.

Respalhando, ainda, suas opiniões em autores de peso, ANTUNES (2003), ARROYO (2004), KRAMER (2006), MARCUSCHI (2004), PAZINI (1998), PIVOVAR (2002), POSSENTI (1997) e SOARES (2002), destaca que o ensino de língua materna necessita de pautar-se na reflexão, na construção do conhecimento, no seu valor significativo, na crítica e na experiência pessoal, pois a língua é a interação do homem com o mundo, reflete o próprio mundo na mente humana e a forma pela qual o homem pode entender a realidade. Portanto, o protagonismo deste modelo de ensino possui seu foco no aluno e apresenta uma relação social com base nas escolhas motivadas por ele com sua colocação como um cidadão crítico.

Enfatiza que ao encaminhar o ensino de Língua Portuguesa para uma visão mais descritiva e social da língua, o professor precisa atentar para os aspectos relacionados aos conhecimentos anteriores dos alunos, ao nível de aprofundamento de cada conteúdo e à ampliação do nível de complexidade dos diferentes conteúdos para a realização das práticas discursivas. O propósito educacional deve percorrer paralelamente entre o conhecimento da língua de prestígio no país e entre outras formas de se expressar a mesma construção linguística.

Deste modo, sabemos que cada aluno adquire e internaliza a língua em uma das variedades que é predominante em seu meio, deste modo propomos que o professor de Português tenha o objetivo de ampliar a capacidade do uso dessa língua em seus alunos, desenvolvendo sua competência comunicativa por meio de atividades com texto em diferentes situações de interação comunicativa. Assim, o professor de Português poderia propor atividades que forneçam textos adequados aos diferentes tipos de interação e relacioná-los com as variedades linguísticas utilizadas em cada caso.

Coerente com essas preocupações, a abordagem crítica deste artigo é essencialmente relacional: busca investigar o que ocorre na prática pedagógica do ensino de língua materna, como prática discursiva, em que o professor apresenta-se como o mediador do ensino e o aluno como o protagonista da prática da língua com relevância cognitivo-comunicativa para a construção de significado no decorrer de interações linguísticas.

Finalmente, a autora esclarece que o estudo necessita de aprofundamento teórico e que não se limita apenas na apresentação da sua proposta de conteúdos e avaliação. Ela considera que a língua é dinâmica e em seus aspectos sócio-históricos e que assume a “inter-ação” entre os sujeitos. Deste modo, para cada Ano do Ensino Fundamental, a prática pedagógica e, conseqüentemente, o modelo de avaliação deve seguir orientações específicas que foram apresentadas por ela.

Reflexão crítica sobre a obra

A obra fornece subsídios à pesquisa científica, à medida que trata dos principais fundamentos teóricos sobre produção textual. A autora fundamenta os estudos na pragmática, linguística e processos descritivos da língua. Com sólidos conhecimentos acerca do desenrolar teórico. DUARTE empenha-se em apresentar clara e detalhadamente as circunstâncias e características sobre o ensino de língua materna, levando-nos a compreender as ideias básicas desta linha de pesquisa, bem como descobrir uma nova maneira de analisar as práticas pedagógicas do ensino de Língua Portuguesa.

É uma leitura que exige conhecimento prévio sobre o assunto para ser entendida, além de diversas releituras e pesquisas quanto aos conceitos apresentados, uma vez que as considerações emergem a partir de esclarecimentos e posições de diversos estudiosos desta área.

Com estilo claro e objetivo, a autora fornece esclarecimentos sobre o assunto, exemplificando e impulsionando uma reflexão crítica e uma discussão teórica sobre os fundamentos apresentados. A autora questiona claramente a prática docente, quando no ensino de língua na escola, há o esquecimento desta interação entre o homem e a língua. Essa diferença de olhares se percebe, sobretudo, pelo ângulo da redução, da simplificação que os elementos linguísticos sofrem na escola no momento em que são submetidos às atividades escolares. Assim, dessa redução, o ensino de gramática limita-se, na prática, ao ensino da nomenclatura nas atividades de falar, de ler e de escrever. Dessa forma, a língua não pode ser vista tão simplistamente como uma questão, apenas, de ‘certo’ e ‘errado’, ou como um conjunto de palavras que pertencem à determinada classe e que se juntam para se formar, à volta de sintagmas.

Não se está defendendo, no texto de DUARTE, “o vale tudo na língua”, ou o caos linguístico, e também não se está apregoando que no trabalho de ensino e de aprendizagem da língua materna não haja princípios normatizadores a serem estudados e aprendidos. Os conceitos de ‘certo’ e ‘errado’ estão no imaginário social, sobretudo quando se parte da adequação da linguagem aos contextos de uso.

Para desenvolver a competência comunicativa dos usuários de Língua Portuguesa é preciso que se abra a escola à diversidade de discursos. Nessa dimensão de diversidade estão as variações linguísticas. É sabido que há um grande número de variedades linguísticas, mas ao mesmo tempo em que se trata essa variação como um fato de língua, observa-se, também uma escala valorativa no que diz respeito aos usos característicos de cada variedade, é o juízo de valor dado ao idioma.

É esperado que o professor se depare com variações linguísticas dentro da sala de aula, quer elas sejam sociais, quer regionais, afinal, a variação de dialetos, de sotaques e de diferentes gírias aparece na Língua Portuguesa falada no Brasil. Pode-se considerar, então, que a variedade linguística é um ponto indispensável a se refletir e se desenvolver nas aulas do Ensino Fundamental. E assim, despertando o interesse de o aluno estudar a realidade linguística do nosso idioma, ou seja, o fato de que a língua compõe-se de um conjunto de variedades, usos e costumes.

Numa linha mais didática, DUARTE afirma que a interação entre o clássico e o pragmático resultaria em um modelo de ensino-aprendizagem mais atraente e motivador para os alunos, a fim de que eles sejam capazes de refletir permanentemente sobre a linguagem em nível fonológico, semântico, sintático e ortográfico. Entretanto, DUARTE também deixa claro que a gramática reflexiva não é só um trabalho de reflexão sobre o que o aluno já domina, mas também um trabalho com recursos linguísticos sobre o que ele ainda não domina e assim levá-lo à aquisição de novas habilidades linguísticas com um ensino produtivo e não apenas prescritivo da língua.

Acrescido a esta reflexão, a autora sugere orientações para práticas avaliativas. A abordagem apresenta três práticas: oralidade, leitura e escrita. Estas práticas dialogam entre si e interagem abrangendo campos linguísticos de adequação comunicativa, estratégias e inferências textuais, unidade temática com coesão e coerência textuais.

A proposta de conteúdo citada nos auxilia na compreensão da atividade pedagógica docente e nos possibilita analisar e confrontar posições em nossa própria prática. Mostra-nos a imensa possibilidade de trabalho que existem nesta área de pesquisa, além de nos encaminhar para exposições mais detalhadas a respeito de determinados tópicos abordados, relacionando autores e bibliografia específica.

Deste modo, para que mudanças no ensino de gramática sejam possíveis, é necessário o engajamento com a conscientização crítica da linguagem e do mundo onde sujeitos sociais interajam e encontrem a possibilidade de mudar. Cabe à escola formar esses sujeitos, e para isso esta não se sustenta apenas na instrução que o professor passa no conteúdo, mas na construção do conhecimento pelo aluno e no desenvolvimento de novas competências e habilidades, como: capacidade de inovar, criar a partir do conhecido, adaptabilidade ao novo e comunicar-se com o mundo. Assim, os processos de aquisição do conhecimento assumem um papel de destaque e passam a exigir um educando crítico, criativo, com capacidade de pensar, de aprender, de trabalhar em grupo e de conhecer-se como indivíduo.

É função da escola, hoje, preparar os alunos para pensar, resolver problemas e responder rapidamente às mudanças contínuas. A educação, para isso, tem de ser surpreendente e não a simples ação de repetir palavras. Segundo a autora, ela precisa criar novas ideias. Portanto, o artigo *O ensino de Língua Portuguesa: perspectivas e contradições* reflete sobre a importância da educação e reconhece a necessidade de ressignificar a vigente concepção de educação e ir além das práticas educativas, sem modelos definidos e rígidos, através do incentivo à leitura, escrita e oralidade.

Por fim, com o estudo desta obra, podemos amadurecer mais, inclusive para aceitar e até solicitar crítica rigorosa em nossa prática pedagógica.

Indicação da obra pelo resenhista

A obra tem por objetivo discutir a relação do ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental Anos Finais. Esta obra oferece sugestão para os docentes quanto a suas práticas pedagógicas em sala de aula ao apresentar uma proposta de conteúdo curricular pautado na leitura, na oralidade e na escrita com respaldo teórico de grandes autores deste tema. Assim, o texto de DUARTE é de grande auxílio, principalmente, àqueles que desenvolvem um trabalho neste segmento educacional e se preocupam com a formação intelectual, social, cultural, histórica e comportamental de seus alunos.

Muitos estudos dedicados a este tema foram realizados nesta área, entretanto o artigo de DUARTE apresenta uma boa qualidade de leitura e pontos de originalidade exemplificados pela proposta de conteúdos apresentada ao longo do texto e os aspectos avaliativos sobre oralidade, leitura e escrita.

Após a leitura subjetiva e atenta do texto, observa-se que a autora propõe algumas reflexões que beneficiam a prática docente e incentivam o leitor a realizar mais pesquisas e novos estudos sobre o assunto e sobre as referências bibliográficas.

Acrescento ainda que o acesso à obra é fácil e encontra-se disponível nos sites de pesquisa, auxiliando a Educação Ead e Remota nos tempos atuais de ensino.

Portanto, para o desenvolvimento de uma atitude crítica necessária ao progresso do desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de educação, a proposta apresentada por DUARTE voltada ao estudo da língua defende que o ensino desta língua materna seja mais eficaz, interessante e significativo se pautado numa reflexão sobre as variedades sem preconceitos, objetivando que o aluno perceba esse trabalho como estudo de uma língua funcional e não meramente artificial.

RESENHA

POSSENTI, Sírio. Gramática e Política. In: GERALDI, João (org). O Texto na Sala de Aula. São Paulo: Ática, 2011.p.47- 56.

Wagner dos Santos Dornelles²⁴

Gramática e Política é um capítulo presente na obra *O Texto na sala de aula*, escrito pelo professor Sírio Possenti, licenciado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1969), licenciado em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (1974), mestre e doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Atua como professor titular no Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp.

No texto, o autor debate as diferentes visões em torno da gramática, que de maneira sintética, podem ser subdivididas em três eixos: 1) como um conjunto de regras que devem ser seguidas para se falar e se escrever corretamente, a partir de uma abordagem prescritiva; 2) como um conjunto de regras encontrado nos dados analisados por um estudioso da língua, ou seja, descritiva e 3) como um conjunto de regras que um falante aprendeu e o qual é utilizado de fato. Estas concepções desencadeiam em diferentes definições do que seria “língua” e suas possíveis vulnerabilidades conceituais. Inicialmente o autor argumenta que o conceito de língua padrão se distancia do uso orgânico e vivo da língua. A argumentação se desenvolve a partir de uma ideia de abstração da língua, ou seja, da análise a partir de fatores externos às dinâmicas sociais e, por fim, a conceituação e apresentação da heterogeneidade linguística a partir das possibilidades no campo social. O autor argumenta, ainda, que a despeito de correntes teóricas que buscam o isolamento científico da língua, como o Estruturalismo e o Gerativismo, por exemplo, tal abordagem se apresenta como infrutífera, já que a estabilidade da língua é relativa.

Durante o texto é possível apreender o percurso metodológico dos estudos dos fenômenos da língua e seu potencial político, apresentado por seu aspecto ideológico, na valoração social de indivíduos pela sua aderência maior ou menor às normas linguísticas estipuladas. A crítica ao sistema estudantil se mostra potente principalmente ao destacar que apesar das diversas concepções, as escolas adotam aquela definida como superior a partir de uma classe dominante.

Um argumento potente do autor se configura na crítica à gramática tipo 2, classificada nesta resenha como descritiva, já que apesar do potencial inclusivo, apresenta, ainda, um caráter valorativo entre variantes. Além disso, apresentam uso político ao analisarmos os processos de inclusão e exclusão de variantes. Um poder associado ao potencial de registro.

Outro ponto desmistificado pelo autor é a associação entre fenômenos linguísticos positivos ou negativos. Algo que ele destaca como “línguas e linguagens que mereceram maior atenção que outras, segundo necessidades e eleições historicamente explicáveis” (p.44). O autor finaliza com 4 conceitos apresentados por Fichman: 1) Padronização: que consiste na criação do entendimento do modo correto de uso da língua; 2) Autonomia: definida aqui pelo amplo sistema normativo que atende à padronização da língua; 3) Historicidade: que atende à necessidade de recomposição do passado da língua e 4) Vitalidade: que atende a longevidade de uma língua e seu processo de difusão.

²⁴Graduando em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.
Orientação: Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

Neste sentido, a partir da argumentação de Possenti, é possível compreender o uso histórico de dominação social e manutenção do status quo mediante a uma organização social que condiciona a relevância de um dado ante a possibilidade de adequação às normas linguísticas ditadas e aceitas por uma determinada classe dominante. Algo que mesmo em meio a propostas inclusivas nos estudos da linguagem, ainda se mantém latente pela manutenção de estruturas prescritivas. Entretanto, há outro fator digno de menção que pode ser notado por meio das últimas incursões de grandes estruturas de poder que seria o uso das diversas variantes como potentes mecanismos de aproximação ideológica. Atualmente valores burgueses como “meritocracia”, por exemplo, ganham circularidade em esferas e comunidades por meio de influenciadores locais. A introdução dessas ideologias, que a priori, seriam refutadas ganham peso e adesão a partir de uma roupagem mais local. Nesse sentido, variantes linguísticas fazem o papel de tradução, não só por meio do uso do léxico, mas também por dadas práticas de inteligibilidade em uma dada comunidade.

Por fim destaco que para além da compreensão da língua padrão como uma variante socialmente construída como elemento de padronização e dominação, há o uso estratégico de fatores locais, variantes e linguagens como elementos potentes de persuasão e, conseqüentemente, imposição de valores.

RESENHA

BRITTO, L. P. L. Sujeito da linguagem, Sujeito de ensino, In: A sombra do caos. São Paulo: ALB/Mercado de Letras, 1997. P.153-166

Beatriz Pereira Caldas²⁵
Jhuliellen da Costa Antunes²⁶

O texto apresentado pretende aclarar uma nova visão acerca do ensino de língua com base no que se entende por língua/linguagem, aluno e professor; a ideia de que um ensino efetivo exige a renovação desses conceitos resulta em uma visão mais social dos envolvidos; o texto utiliza as imagens de locutor e interlocutor num caminho de descobertas e usos da língua em tempo real, ou seja, considerando-a hoje; o objetivo não é, entretanto, desenvolver um novo método fechado de ensino, mas promover uma visão que permita haver manutenção dos métodos existentes ou criação de outros; destaca-se, portanto, este primeiro ponto como importante: o foco em renovação dos conceitos para além da simples construção de um novo método fechado; a construção – ou desconstrução – de conceitos possibilita, como já citado, a revisão de métodos já existentes, a criação de novos e, também, o “casamento” entre conhecimentos de métodos diversos, uma vez que conceitos podem estar presentes de formas diversas em cada instância de ensino, o que permite uma diversidade de maneiras de educar conforme o que se crê ser o melhor.

Sobre o conceito de língua e como ele é relacionado ao seu ensino, pode-se dizer que uma ideia de língua não fragmentada traz o sentido de um ensino contextual, que considera a diversidade expressiva; tomando como característica da língua o seu poder expressivo que se molda ao longo do tempo e conforme as construções semânticas e lexicais que surgem por diversos motivos, a ideia de um ensino que abrange o contexto social se encaixa perfeitamente; o aluno, como transparece o texto, é levado a aprender que a língua dele permite a expressão de uma mesma oração ou construção lógica de formas diversas e distintas, bem como também aprender que, por meio dela, pode expressar diversas construções lógicas apenas escolhendo quais palavras usar em suas construções além de considerar o contexto de uso e os envolvidos no círculo comunicativo; a ideia aqui não é de uma língua puramente subjetiva, como também aponta o texto, mas uma língua interativa, que se adapta, se molda e deve ser trabalhada no seu meio mais importante de atuação: a sociedade e o que o aluno conhece como meio social particular.

Ao ensinar a língua sob essa perspectiva, o aluno é impulsionado a perceber seu uso, como o ato de pensar e expressar-se, ou seja, por meio dela ele constrói e expressa sua cosmovisão; portanto, o ensino da língua como campo criador e expressivo fora de uma ideia social não faz sentido, pois ela não teria combustível criativo para fazer-se real; para além da comunicação, a língua é a construção antes desta; é necessário perguntar-se: “O–que estou comunicando? Por quê?”; esse questionamento revela que a língua vem a ser o resultado e, simultaneamente, a fonte do pensamento, portanto, tudo o que o influencia e não somente parte dela, mas que é criado por ela; é semelhante a uma retroalimentação; seria ingenuidade de nossa parte pensar que o seu ensino está limitado a métodos despidos e conceituação coerente às realidades descritas aqui.

²⁵Graduanda em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.

²⁶Graduanda em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.
Orientação: Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

Pensando as questões seguintes, pode-se dizer que a visão de mútua participação de aluno e professor compreende de forma satisfatória os argumentos que a sustentam: uma vez que o texto afirma que a significação se constitui no discurso, a ideia de rejeitar exercícios mecânicos e de repetição é cabível e exige que se pense em atividades que explorem a capacidade de interpretação e de formulação de simbologia linguística no texto.

Compreendidas essas coisas, pode-se pensar que, como diz o texto, a capacidade de percepção e definição dos objetos torna, segundo Paulo, o aluno e o professor igualmente dotados da responsabilidade e poder criativo frente à sua educação e ao ensino da língua; atendo-se aos principais pontos de ensino de construção e de seu significado, aponta-se a alfabetização textual e sua prioridade na escola, o lugar da subjetividade no texto e a leitura como a outra face da escrita.

Pensar esses pontos leva ao que o texto pontua quando expressa a importância da construção de conhecimento, não o reconhecimento de estruturas; a relação com o texto deve ter o caráter de produção, de uso, de reconhecimento mediante um comprometimento como os ideais expressos naquele texto; o puro saber, o *puro reconhecimento estrutural* ensinado ainda nas escolas tem “mortificado” a ideia de um compromisso com a mensagem do texto; junto à essas considerações, lembremo-nos da leitura, sugerida pelo texto como a outra face da escrita; ela é o que permite a “escuta” por parte do leitor; o aluno que não lê, não escreve; isso não significa que ele não produza textos ou que apenas os produza mal, mas que, seja qual for sua fala textual, ela não apresenta comprometimento intertextual.

Não falamos aqui de erros gramaticais facilmente corrigidos e ensinados em seu devido tempo e em devida forma, mas falamos de uma produção que, ainda que tenha o sentido coesivo – coerência – intactos no texto, ele pode não ter conteúdo algum que o torne realmente uma expressão da língua em sua completude, para além da ideia de comunicação e de reconhecimento estrutural; o exemplo dado pelo texto mostra como um texto escrito corretamente não expressa a totalidade de sentido, mediante o conceito de língua, que um texto ainda incorreto mostra, pois há comprometimento do aluno com o que é expresso no seu texto; enquanto o primeiro está apenas exercitando o ato de estruturar e articular a língua, o segundo está exercitando o ato de pensar com a língua: pensar com a língua é pensar no papel com objetivos para além dele.

RESENHA

GERALDI, João Wanderley. Construção de um novo modo de ensinar/aprender a língua portuguesa. In: GERALDI, J. W. Linguagem e Ensino: exercícios de militância e divulgação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002, p.65-77.

Andressa Cejara Carvalho da Costa²⁷
Kamilla Ferreira Gatto da Silva²⁸

João Wanderley Geraldi é graduado em letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí. Também possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria; mestrado em Linguística; doutorado em Linguística; livre-docência em Análise do Discurso. É professor aposentado da Universidade Estadual de Campinas e professor visitante na Universidade do Porto. Faz parte do Conselho Editorial de várias revistas. Outras publicações:

GERALDI, João Wanderley. **A formação de jovens diante das exigências do mercado de trabalho....** In: Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. (Org.). Perspectivas e Propostas na Formação para o Mundo do Trabalho. 1a. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008, v., p. 50-55.

_____. **Texto e discurso: questões epistemológicas para a Linguística.** In: Maria Flávia Figueiredo; Marina Célia Mendonça; Vera Lúcia Rodella Abriata. (Org.). Sentidos em Movimento: Identidade e argumentação. 1ª ed. Franca: Editora da Unifran, 2008, v. 3, p. 149-158.

O capítulo “Construção de um novo modo de ensinar/aprender a língua portuguesa” inicia sua explanação com a apresentação de três grandes contribuições da pesquisa linguística para o ensino de língua materna: “a forma de conceber a linguagem e, em consequência, a forma como define seu objeto específico, a língua; o enfoque diferenciado da questão das variedades linguísticas e a questão do discurso, materializado em diferentes configurações textuais.” (GERALDI, 2002, p.65). Levando em consideração essas três contribuições, é sugerido pelas *Diretrizes para o Aperfeiçoamento do Ensino/Aprendizagem da Língua Portuguesa* que o ensino seja centrado na prática da leitura de textos, na prática da produção textual e na prática da análise linguística.

Todas essas práticas conectam-se no texto quando este ocupa tanto o lugar de objeto de leitura quanto o de produção de cada estudante. A reflexão linguística ocorre em ambos os momentos citados anteriormente: na leitura, ao se estimular uma verdadeira compreensão dos possíveis sentidos contidos no texto; e na produção, quando esta atua como expressão da subjetividade do aluno.

O capítulo também enfatiza a importância de nunca se esquecer dessas três grandes contribuições para que as novas práticas não se transformem em apenas um nome diferente para as práticas tradicionais. O ensino é construído na relação que se estabelece através da interação em sala de aula, entre professor e aluno, não sendo um mero processo de transmissão, como nos mostram as contribuições da linguística.

²⁷Graduanda em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.

²⁸Graduanda em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.
Orientação: Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

A seguir, o autor apresenta-nos alguns conceitos, como a concepção de linguagem, que é concebida como “uma atividade constitutiva, cujo lócus de realização é a interação verbal. Nesta relacionam-se um *eu* e um *tu* e na relação constroem os próprios instrumentos (a língua) que lhes permitem a intercompreensão.” (GERALDI, 2002, p.67) Geraldi cita Bakhtin ao dizer que a aquisição de linguagem acontece através da internalização da palavra alheia e portanto através da internalização de uma visão de mundo. E assim, o processo de aquisição acaba por ser também um processo de construção e não de apropriação, pois ao nos comunicarmos com outros, contribuimos para a elaboração da língua.

Os próximos assuntos abordados são o conceito de *palavra* e as *variedades linguísticas*. O autor entende que o termo *palavra* vai além da definição de item lexical. A palavra é um recurso expressivo, que em conjunto com outras, forma uma língua. Esse conjunto não é fechado e está sempre em construção, passando por constantes mudanças.

Já a variação linguística acontece porque, como explicado anteriormente, o aprendizado da língua dá-se a partir do convívio com outras pessoas, e essas pessoas pertencem a grupos sociais diferentes, falando assim, de formas diferentes. A linguística já nos mostrou que a noção de erro não lhe pertence estritamente, mas provém da escolha de uma das variedades, a falada pelo grupo social que detém o poder, como a certa. Tendo isso em mente, o processo de aprendizagem da variedade padrão não deve constituir uma substituição de uma variedade pela outra, mas a apresentação da variedade que possibilitará ao aluno ter novas interações e uma diferente compreensão do mundo.

A seguir, o autor volta a trabalhar a questão do texto em seus diferentes formatos e diz em sua argumentação que, “[c]entrar o ensino no texto é ocupar-se e preocupar-se com *o uso da língua*.” (GERALDI, 2002, p. 71). Um dos grandes erros do ensino tradicional foi dar foco à descrição da língua, achando que dessa maneira haveria uma melhora do desempenho em seu uso.

Retomando a ideia de ensino como processo de interação, Geraldi discorre sobre os desafios dos telecursores que querem fugir do ensino como transmissão de saberes. Ele exemplifica esse assunto com o caso do *Projeto Teleducação para o Trabalho* da Fundação Roberto Marinho, listando e explicando um programa de ensino dividido em dois grandes campos: “o dos fenômenos interacionais e o dos suportes linguísticos postos a trabalhar no interior desses fenômenos.” (GERALDI, 2002, p. 74).

Por fim, esclarece que as sequências de aulas propostas devem tanto considerar o conhecimento prévio do aluno, quanto proporcionar condições para o exercício da língua, porque a listagem apresentada por ele, por si só, não garante a criação das relações defendidas pelo autor. Menciona a necessidade do processo de reescrita dos textos produzidos e salienta que por melhor que seja o material didático, o professor é fundamental para o processo de aprendizagem, sendo preciso, assim, investir fortemente na sua formação.

O autor traz pontos muito importantes a serem levados em consideração. Cada vez mais, as contribuições da visão científica do estudo da língua mostram-nos um caminho para a mudança das antigas práticas pedagógicas adotadas em sala de aula com o intuito de melhorar a qualidade do ensino de língua materna.

O texto como elemento central do ensino de português proporciona uma real compreensão das práticas de linguagem, em oposição ao costume de apenas se decorar regras e nomenclaturas, que por si próprias, não auxiliam o entendimento da língua e não demonstram as diferentes possibilidades de uso desta. Interação é uma palavra-chave nesta nova perspectiva, e Geraldi é preciso ao evidenciar que, enquanto a consonância dos materiais didáticos a esse novo

posicionamento é mais do que necessária, o investimento na formação do professor é indispensável para que as mudanças propostas realmente aconteçam.

RESENHA

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipos de ensino de língua – A variação lingüística e o ensino de língua materna. In: TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática. São Paulo: Cortez, 2009, p. 38-66.

Davi Lucas Soares Lopes²⁹

Luiz Carlos Travaglia graduou-se em Licenciatura Plena em Letras: Português-Inglês pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Minas Gerais. Mestre em Letras (Língua Portuguesa) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Pós-Doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Hoje é professor de Língua Portuguesa e Linguística e pesquisador do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Entre suas obras estão:

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Na trilha da gramática: conhecimento linguístico na alfabetização e letramento*. São Paulo: Cortez, 2013. (Coleção biblioteca básica de alfabetização e letramento).

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação - Uma proposta para o ensino de gramática*. 1a. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

O texto de Travaglia traz um debate e reflexão sobre a Língua e seu ensino. No início (Cap. 4), o autor cita os diferentes modos de ensino de língua materna: o Prescritivo, o Descritivo e o Produtivo. Em seguida (Cap. 5), ele desenvolve um estudo sobre as manifestações variadas da Língua: as variações dialetais (territorial, social, idade, etc.), e as variações de registro (grau de formalidade, modo e sintonia). Tudo isso ocasionaria uma orientação linguística entre o falante e o ouvinte (Locutor – Interlocutor), logo haveria um erro quanto à manutenção de um ensino monopolista de uma variedade padrão, desprezando outras, classificadas como “marginais, cômicas, erradas”, por divergirem da norma. Como proposta alternativa, Travaglia apresenta um ensino e aprendizado que permite a reflexão e adequação linguística.

Seguindo os conceitos de Halliday, McIntosh e Strevens (Dialeto), Biden (Variação de Registro) e Castilho (Ensino), o autor, no decorrer do texto, convida o leitor a refletir as diferentes manifestações da Língua falada em suas diferentes esferas, que, por exceder a norma padrão, acabam por adquirir uma desvalorização social, fato que reflete no ensino (de orientação normativa). O ensino normativo é apresentado como um ensino autoritário, pois despreza as variedades adquiridas pelos alunos em favor de uma só, a norma; Os ensinamentos Descritivo e Produtivo, porém, buscam desenvolver no aluno uma reflexão sobre a diversidade no universo linguístico, ensinando não apenas a norma, mas a Língua em suas diferentes manifestações e contextos de uso.

As variações dialetais analisadas pelo autor (segundo a metodologia de Holliday, McIntosh e Strevens) apresentam variantes fonéticas, fonológicas, morfológicas, semânticas, sintáticas, entre outras, relacionadas às pessoas, ou ao grupo que as usam. Podem estar relacionados à Geografia (quando uma mesma língua apresenta diferentes manifestações, conforme a região dos falantes), como o “carioquês”, o dialeto nordestino, o dialeto caipira, entre outros; ao Social (quando as

²⁹Graduando em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.
Orientação: Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

diferenças socio-culturais e econômicas resultam em divergências linguísticas); à Idade (Quando as diferenças etárias causam divergência comunicativa, geralmente está relacionado às gírias); ao Sexo (As diferenças de gênero implicam em diferentes usos lexicais); à Geração (mais conhecido como Variação Histórica, é a modificação lexico-morfológica que uma língua passa no decorrer da História); e de Função (Relacionada às funções. Pouco presente no Brasil, porém é comum no uso político, o Majestático: O indivíduo fala pelo coletivo).

As variações de registro analisadas pelo autor (seguindo a metodologia de Bowen), apresentam-se em três tipos. Essas variações estão relacionadas de forma mais estreita ao uso da Língua, ou seja, suas manifestações: Quanto ao grau de formalidade (Ou seja, sua relação com a norma padrão); o Modo (A forma em que acontece tal manifestação de forma culta, de forma coloquial, entre outras); e Sintonia (A harmonização comunicativa entre falantes, que variará conforme o status, a tenacidade, a cortesia e a norma, tudo em relação ao ouvinte.

No final, o autor (seguindo a metodologia de Castilho) apresenta modos alternativos para o ensino de Língua Materna, modos que harmonizam as manifestações da língua, buscando não um ensino monopolizador de uma variedade, como propõe o Prescritivismo (“Certo e errado” em relação à Norma Padrão, mas um ensino sobre o uso das diferentes variedades, como propõem o Descritivismo e o ensino Produtivo (“Adequado e não adequado” em relação à um determinado contexto linguístico).

Portanto, o texto nos permite uma reflexão de dois fatores importantíssimos, principalmente para aqueles que se preparam para o magistério:

O quê é Língua?

Como se ensina ou deve-se ensinar Língua?

Parecem perguntas de respostas rápidas. Porém, são perguntas de um debate mais profundo e amplo. O desenvolvimento do autor apresenta uma parcela de resposta tão complexa quanto elaborada. Não se pode ver a língua como um elemento imutável, muito pelo contrário, a língua é um elemento volátil e variável, apresenta diferenças, conforme os envolvidos no discurso. Levar em conta tal fator no ensino da língua não é “compactuar com o erro”, mas o mínimo para um bom entendimento e aprendizado.

O texto apresenta uma grande importância na formação do professor. Os conceitos e estudos permitem refletir o atual modelo de ensino. A linguagem utilizada pelo autor é acessível e os exemplos permitem viver as situações e entender na prática conceitos de uma profundidade técnica e teórica. Exemplos do cotidiano induzem o leitor a refletir e contemplar o emprego da língua em uso/utilizada no seu ensino, não a língua idealizada por uma classe dominante em detrimento das outras.

RESENHA

MARTINS, Fernando José. *Educação e lutas de classes. Formação de professores e luta de classes*. São Paulo: Expressão Popular. 2008, p. 111-123.

Deise Aparecida Domingues Macedo³⁰
Sthefany Borges Passos³¹

Fernando Jose Martins é bacharel em Pedagogia, mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009). É professor associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Membro de corpo editorial do Ideação (Cascavel), Comissão Pedagógica Nacional do PRONERA do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Membro de corpo editorial do Encuentro de Saberes: luchas populares, resistencias y educación, Visitante da Universidade Pedagógica - Moçambique, Membro do corpo editorial da Boletim GEPEP, Membro do corpo editorial da Revista Brasileira de Educação do Campo, da Universidade Federal da Fronteira Sul, Membro do corpo editorial da Debates Insubmissos, Membro do corpo editorial do Conselho Editorial da EDUNILA e Coordenador de GT do Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais. Possui diversos artigos publicados relacionados, principalmente, aos seguintes temas: Ocupação da Escola, MST, Participação Popular.

Neste capítulo, o autor expõe, através de 25 parágrafos, a tese desenvolvida por Smith. O subtítulo dado a esse tema é *“Deformação de professores no quadro atual: a tese de Smith”*.

O primeiro parágrafo apresenta a discussão sobre educação, apontando que não há como falar desse assunto sem levar em consideração o fenômeno social. Apresenta Adam Smith, que não é um educador, mas sim um economista liberal que tem como hipótese a ideia de que a educação destinada às camadas populares, em consequência de um projeto societal para países pobres, segue a logística homeopática liberal.

O segundo e terceiro parágrafos discorrem sobre a precariedade da formação do professor, que de acordo com o artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394 de 1994 – LDB, que admite como formação mínima egressos do curso normal de nível médio. De acordo com os dados apresentados, esses dados no Brasil mostram um cenário precário nesse quesito.

Nos parágrafos quatro e cinco são apresentadas mudanças na lei citada acima, em que todos os professores deverão ter formação em ensino superior. Já no sexto, essa mudança é questionada.

Neste capítulo, para embasar sua tese, o autor se apóia em alguns estudiosos. De início já se encontra uma crítica à formação de professores no Brasil, apresentada logo no título, seguido do “subtítulo” a tese de Smith (Economista liberal Adam Smith).

³⁰Graduanda em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.

³¹Graduanda em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.
Orientação: Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

Fernando José Martins chama-nos a atenção já no primeiro parágrafo para o fato da educação também ser um fenômeno social, o que muitas das vezes se é esquecido, e segue dizendo que ela está inserida em esferas mais amplas, que dizem respeito à organização da sociedade como um todo. E de fato, não podemos iniciar qualquer debate a respeito da educação sem lembrarmos disso, uma vez que para existir educação, também há de existir sociedade.

O capítulo por extenso é repleto de opinião e críticas do autor a respeito da formação de professores ou da falta dela, fazendo-nos pensar e lembrar o número significativo de professores do ensino básico (fundamental I), últimos anos do ensino fundamental e ensino médio que não possuem formação para lecionar, o que de fato é extremamente prejudicial para o desempenho dos alunos, pois segundo as estatísticas evidenciadas pelo próprio Fernando José, há um montante de 40% de crianças que chegam ao segundo ciclo do ensino fundamental sem saber ler e escrever.

Também aqui sua conclusão apoia-se em dois autores: “É necessário repensar radicalmente quais ações, instrumentos e instituições contribuem com a disputa contra-hegemônica a se travar pela classe trabalhadora. Esse é o sentido amplo que pode ser atribuído à tese de Marx sobre Feuerbach em que afirma que: “o educador também precisa ser educado”.

“Em relação à necessidade de ser educado tomam-se como pontos de partidas as anotações feitas por István Mészáros:

“Necessitamos, então, urgentemente, de uma atividade de contra internalização, coerente e sustentada, que “não se esgote na negação”- não importando quão necessário isso seja como uma fase nesse empreendimento - e que defina seus objetivos fundamentais, como a criação de uma alternativa abrangente concretamente sustentável ao que já existe. “(pág. 118)

Com esse discurso, Martins incentiva-nos a buscar alternativas para a educação já existente, alternativa essa que seja sustentável e que possa abranger a sociedade por completo contribuindo para a disputa contra-hegemônica, como a mesma em proveitos oriundos da atividade universitária. Para isso é necessário que o educador também seja educado, pois apesar de haver uma grande quantidade de profissionais educadores, as instituições de ensino básico brasileiras ainda carecem de qualidade.

Segundo o autor, isso se dá através da quantidade de professores que se formam em licenciaturas curtas ou ministradas à distância, onde os estudos possuem caráter duvidoso sendo reduzidos a lógicas mercantis.

Na instituição de ensino público superior por sua vez, há a presença da segregação. Não apenas no âmbito financeiro, mas também científico, onde o profissional e/ou estudante de cursos em que a presença do bacharelado é rara ou inexistente como é o caso de Letras, História, Pedagogia e etc, são vistos como não cientistas, diferentemente de estudantes de medicina ou engenharia.

Respalhando, ainda, sua opinião em outros autores, Fernando exemplifica o que foi dito acima com o pensamento de Luiz Carlos de Menezes: “Vou usar um jogo de palavras: A universidade tem aceitado formar professores como uma espécie de tarifa que ela paga para poder “fazer ciência em paz”.

Enfatiza que existe uma enorme diferença entre universidade e educação, ou seja, nem toda universidade de fato irá te preparar para ser um bom educador. Se você não recebe uma boa educação, dificilmente estará apto a educar outros indivíduos.

Fernando aborda as possibilidades da formação continuada de professores e esclarece que essa formação tem um aspecto mais específico. Segundo ele, não há atividade individual desvinculada do processo social, pois para pensar a formação de professores na perspectiva da classe trabalhadora, o processo formativo, visando à transformação social, não se restringe à escola, afinal, “A grande mudança só pode ser provocada na sociedade e, portanto, o essencial é sair da escola, ir para a sociedade e ali travar a grande batalha no campo da revolução política”.

Dessa maneira, não há como a educação ser uma prática social neutra desvinculada de processos sociais mais amplos. Não é possível falar de trabalho educativo sem considerar os condicionantes sociais.

O autor conclui que para um conteúdo dentro da educação de fato ser considerado revolucionário, tem que haver condições concretas de aplicabilidade. Ele faz uso da fala de Florestan- “Mudança requer luta e luta social entre classes. Um professor deve aprender em termos de luta de classe, mesmo que não seja marxista”- para ressaltar que no momento de gritantes desigualdades, o professor deve visualizar através do âmbito escolar qual é a sua condição na divisão de classes e posicionar-se, uma vez que a chamada “neutralidade” é uma opção pela manutenção das desigualdades.

Finalmente, esclarece que a formação de professores, além de partir da compreensão da divisão de classes causada pelo sistema capitalista, tem de fazer da educação um mecanismo de superação da situação limite na qual estamos submergidos.

Com vasto conhecimento acerca do tema tratado (Educação e lutas de classes) o autor aborda as questões da formação de professores, ou melhor, a deformação de professores no Brasil de forma clara e coesa, tendo todos os seus questionamentos e posicionamentos pautados em grandes estudiosos.

Sua forma instrutiva e agradável de escrita permite compreendermos de forma objetiva, assuntos que nunca havíamos pensado anteriormente e nos convida a questionarmos o tipo de ensino que nos foi repassado e a forma na qual iremos ensinar aos nossos futuros alunos.

É uma leitura leve e instigante, porém é necessário algum conhecimento prévio sobre política para compreender melhor alguns termos utilizados e se inteirar sobre qual partido político estava governando o país na época da produção do livro.

Com riqueza de detalhes, Fernando José Martins, utiliza de exemplos frases e pensamentos de estudiosos para auxiliar na compreensão do leitor, fazendo-o criar suas próprias conclusões a partir de seus questionamentos.

RESENHA

FREITAS, L. C. Reflexões sobre a luta de classes no interior da escola pública. In: ORSO, J. P.; GONÇALVES, S. R.; MATTOS, V. M. (Orgs.). Educação e lutas de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 95-109.

Dirce Rosangela Pereira da Silva³²

O texto inicialmente propõe uma reflexão acerca do papel de um educador marxista que está inserido em um sistema educacional controlado pela burguesia e se há a possibilidade de transformar as contradições situadas no contexto escolar em uma luta em defesa do socialismo. A partir disso, o autor realiza uma retomada histórica que visa a apresentar desde a educação ofertada pela Igreja Católica na sociedade feudal até os primórdios da escola pública moderna marcada pelo movimento intelectual do Iluminismo. Como também, há a abordagem da linha temporal que demonstra as conjunturas nas quais a sociedade se encontrou ao longo do processo de democratização da educação, tratando do processo de mudança de concepção de “trabalho” e da ascensão do modelo econômico capitalista.

Atualmente vivemos no sistema capitalista neoliberal, que prega valores como o individualismo e a competitividade, onde cada um deve focar apenas em si e em ser o melhor dentre os outros. Logo, essa lógica se reflete na educação, estimulando a privatização do ensino, pois de acordo com esse modelo apenas alguns indivíduos teriam o direito de frequentar a escola.

Portanto, o autor convida o leitor a pensar em todos os paradoxos que permeiam o modelo econômico capitalista, onde, por exemplo, se produz comida o suficiente para toda a população, no entanto, milhões de pessoas ainda morrem de fome. Desse modo, os professores da escola pública teriam como obrigação ética, garantir à classe dos estudantes o fornecimento de conhecimentos que lhes permite enxergar o mundo de uma forma crítica e criar espaços que possibilitem a participação na luta por um mundo mais econômica e socialmente igualitário. Pode-se inferir que tais questionamentos são de extrema importância, visto que, é somente por meio da educação pública que se tem chance de atingir uma massa, que irá futuramente formar a classe trabalhadora e por vezes mão de obra barata, ou seja, serão apenas ferramentas que servirão para produzir o lucro que beneficiará sempre a elite acumuladora de capital.

Em seguida, o autor convida o leitor a pensar em como se deve conduzir este assunto dentro da escola e se utiliza do embasamento teórico de quatro autores que se aproximam do modelo educacional que é defendido no texto. Primeiramente, abordam-se Marx e Engels, os quais foram responsáveis por textos que fazem abordar a temática da educação no que diz respeito à classe trabalhadora. Marx compreendia a educação de forma bastante ampla, não apenas centrada no âmbito escolar, mas como uma formação plena do ser humano, conceituando-a como omnilateralidade. Ele propunha que houvesse leis que limitassem a duração da jornada de trabalho infantil, devido à grande exploração do trabalho nas fábricas, principalmente o trabalho de mulheres e crianças.

Segundo Mazotti (2001), “para a realização da educação necessária à classe dos trabalhadores assalariados é imperativo que se regulamente o tempo de trabalho e as atividades

³²Graduanda em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.
Orientação: Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

escolares. As escolas fundamentais requeridas pela classe proletária não deveriam ser dirigidas pelos governos, nem pelas igrejas, mas pelos próprios trabalhadores”.

Em virtude disso, Marx acredita que seja inaceitável uma educação que sofre intervenção do Estado e da igreja, pois o poder ideológico dessas instituições deslegitima a luta da classe trabalhadora. Dessa forma, as escolas deveriam ser financiadas por meio de impostos, nota-se o germen da escola pública, que traria muitos benefícios para o proletariado.

Após isso, o filósofo Antonio Gramsci, por meio de bases marxistas objetiva formular uma teoria pedagógica, que visa a educar o proletariado para o modelo que estaria por vir, essa teoria aparenta ser um modelo educacional de transição capitalismo-socialismo. Portanto, a escola que ele propõe é denominada Escola Unitária, onde o trabalho é considerado princípio educativo e possui duas funções, a intelectual e a física, desse modo, exaltando inclusive o trabalho mais mecânico que exista, já que para um indivíduo exercer qualquer função, é necessário técnica, logo há atividade intelectual. Assim, todo tipo de trabalho se torna importante à luz do capitalismo, a elite pouco se sustenta sem a mais-valia gerada pelo trabalhador, contudo, o proletariado, devido às pressões dos donos dos meios de produção, segue sendo pouco valorizado e servindo de mão de obra barata. Ademais, a qualificação educacional exigida está cada vez mais permeada de conhecimentos abstratos, tecnológicos e criativos, aspectos seletivos que deixam boa parte da população à margem da sociedade.

Por conseguinte, Dermeval Saviani, a partir de estudos baseados nas produções de Gramsci, formula a Pedagogia Histórico-Crítica, que pretende superar a sociedade de mercado e construir o pensamento proletário hegemônico. De acordo com isso, destaca a importância da classe trabalhadora dominar conhecimentos científicos clássicos, elevando assim o grau de qualificação desses indivíduos e se aproximando do que é requerido pelo mercado de trabalho, também devem ser ensinados de forma contextualizada, inseridos no dia a dia do indivíduo, para um maior aproveitamento dos conteúdos ministrados.

Porém, um entrave que deve ser destacado é a crença na capacidade individual. Pois essa crença, a meritocracia, ou seja, o princípio que determina que a ascensão social ou o aproveitamento escolar dependem exclusivamente da dedicação pessoal descarta qualquer outro fator que influencie a produtividade, como por exemplo, as distintas classes sociais. É evidente que, o educador deve ter consciência desses mecanismos de dominação capitalista para posicionar-se em defesa da classe trabalhadora, da qual o próprio educador faz parte. Portanto, é inviável que se tenha um compromisso com a educação da classe trabalhadora sem a luta pela transformação da realidade das escolas.

Em suma, o autor nos faz refletir sobre todo o processo ao que a educação que foi submetida, de forma esclarecedora destacou os motivos aos quais se deve resistir para um modelo educacional igualitário. Tendo em vista que, é direito do trabalhador ter conhecimento de saberes que o conscientizem de suas potencialidades históricas e que anteriormente só cabiam à elite, impossibilitando o proletariado de construir um pensamento crítico e dessa forma perpetuando a dominação dos detentores dos meios de produção sobre as classes menos instruídas. Por fim, faz-se necessária a luta pela escola pública dentro dos padrões da luta de classes, pois uma educação democrática de qualidade não se sustenta sem a luta de classes e tendo o educador como o principal agente deste processo.

Referências

FERREIRA JR., Amarilio; BITTAR, Marisa. A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 12, n. 26, p. 635-646, Sept. 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832008000300014&lng=en&nrm=iso>. access on 04 May 2021.

MAZZOTTI, Tarso Bonilha. Educação da classe trabalhadora: Marx contra os pedagogos marxistas. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 5, n. 9, p. 51-64, Aug. 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832001000200004&lng=en&nrm=iso>. access on 04 May 2021.

RESENHA

MARTINS, Fernando José. *Educação e lutas de classes. Formação de professores e luta de classes*. São Paulo: Expressão Popular. 2008, p. 111-123.

Júlia Capuano³³
Pedro Camacho³⁴

Fernando José Martins é Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná do curso de Pedagogia. Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (2000); especialização em Supervisão, Orientação e Gestão Escolar pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (2001); mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2004); e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009). Além disso, Martins é autor de obras como *Educação do Campo e formação continuada de professores* e *Gestão Democrática e Ocupação da Escola*.

Em seu ensaio *Deformação de professores no quadro atual: a tese de Smith*, o autor critica a ideia de Adam Smith sobre educação que deve ser aplicada em doses homeopáticas. Sendo assim, países considerados em desenvolvimento, como o Brasil, adotam tal política, em que a formação de professores, por exemplo, se dá de forma muito precária devido às dificuldades encontradas nesses países e por conta da não obrigatoriedade de se obter algum curso de graduação para lecionar; em alguns casos, pois, a formação se dá de forma incompleta. Além disso, há cursos ministrados à distância e formações mais curtas que apresentam caráter duvidoso. No entanto, foi aprovada a lei que obriga os professores a apresentarem formação universitária para que exerçam a profissão.

Tal política de educação em doses homeopáticas se manifesta de forma muito prejudicial, pois o aluno se especializa cada vez menos e apresenta uma formação também mais precária. Isso se explica por conta das várias formas possíveis de ser professor: por meio de cursos pequenos, de formação em escolas etc; o que está fora do domínio universitário e, por isso, pode ser problemático, uma vez que os sistemas de ensino devem ser cada vez mais integrados e homogêneos para que garantam certo padrão de qualidade.

Dessa forma, mostra-se alarmante o número de crianças, por exemplo, que chegam ao segundo ciclo do ensino fundamental sem saber ler e escrever. Tal fato se justifica devido a esta política de ensino que visa justamente a uma formação mais técnica em detrimento de uma formação mais voltada para o crescimento intelectual do aluno, já que os institutos não incentivam, em sua maioria, a busca por outros títulos e conhecimentos dos profissionais. Tendo em vista que, sobretudo as instituições privadas e técnicas, almejam uma educação que foque no mercado e não nos conhecimentos que edifiquem de fato os estudantes.

Entretanto, há a possibilidade de reverter, pelo menos minimamente, este quadro. Um exemplo dado pelo autor é a existência do curso de graduação especializado em educação no campo, cuja importância se mostra em vários níveis, uma vez que há o cuidado de se pensar em um modelo de educação que busque atender às necessidades dos habitantes da zona rural. Muitas vezes estes estão em situação de maior vulnerabilidade por conta das políticas públicas que não os

³³Graduanda em Letras- Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.

³⁴Graduando em Letras- Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.
Orientação: Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

beneficiam e, segundo dados presentes no texto, geralmente seus professores não estão devidamente preparados para lecionar. Sendo assim, o curso de graduação busca capacitar os profissionais para que atuem de forma correta depois de concluída essa etapa de formação.

Isto pode igualmente proporcionar mais coesão entre sociedade e universidade, o que garante muitos benefícios à população no geral. Tal fato se torna evidente quando há políticas públicas que pretendem dar assistência à população rural, assim como desenvolver pesquisa e extensão. Uma educação libertadora, por sua vez, possui papel fundamental na formação dos alunos de ensino médio e de graduação. É imprescindível que alguém que se forme professor entenda o papel da educação na vida de seus alunos e busque integrar cada vez mais a escola (assim como a universidade) e a sociedade, fazendo com que mudanças e transformações no método e no conteúdo de fato ocorram. Já que “não há atividade individual desvinculada do processo social”.

Torna-se evidente, portanto, que o professor Fernando José Martins entende a necessidade de se mudar a estrutura de ensino proposta no Brasil. Já que a proposta vigente é de cunho fortemente liberal e, por tal motivo, visa a mercantilização da educação, estando esta voltada para o mercado quase que unicamente. Dessa forma, urge encontrar métodos revolucionários para que haja a libertação e a maior capacitação dos professores que atuam e moldam diretamente a sociedade. Outrossim, apenas por meio de sua compreensão do que é a luta de classes e como esta afeta diretamente seu trabalho, além da compreensão da indissociabilidade de política e educação, é que os profissionais podem dispor de meios para que haja transformações tão necessárias no espaço escolar e universitário.

RESENHA

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipos de ensino de língua – A variação lingüística e o ensino de língua materna. In: TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática. São Paulo: Cortez, 2009, p. 38-66.

Kethelen da Silva Dornel³⁵

Luiz Carlos Travaglia é professor de Língua Portuguesa, Linguística e pesquisador do Instituto de Letras em Linguística da Universidade Federal de Uberlândia. Foi professor do ensino fundamental e médio por quase duas décadas. É Mestre em Letras (Língua Portuguesa) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com Pós-Doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Outras obras publicadas pelo autor:

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A complexidade da língua, as muitas teorias linguísticas e o ensino*. In: BASTOS, Neuza Barbosa (org.). **Língua Portuguesa: história, memória e intersecções lusófonas**. São Paulo: EDUC: IP-PUC-SP, 2018.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Linguística textual: da teoria à prática de ensino - Contribuições de Ingedore Koch*. In SOUZA, Edson Rosa Francisco; PENHAVEL, Eduardo e CINTRA, Marcos Rogério (orgs.). **Linguística textual: interfaces e delimitações**. São Paulo: Cortez, 2017.

A parte da obra analisada constitui-se em dois capítulos; 4. Tipos de ensino de língua; 5. A variação linguística e o ensino de língua materna, no qual o autor apresenta subtópicos para abordar as distintas variações existentes.

No capítulo inicial, o autor aborda os três tipos de ensino que podem ser realizados, segundo Halliday, McIntosh e Stevens. Sendo esses: o prescritivo, o descritivo e o produtivo. Portanto, neste capítulo, o autor busca elucidar o leitor sobre a distinção entre cada tipo de ensino e o efeito que cada um tem no aprendizado dos alunos e, além disso, traz críticas, sejam positivas ou negativas sobre cada um.

Após a abordagem sobre os tipos de ensino, o autor inicia o capítulo cinco abordando o tema variação linguística e o ensino de língua materna. Luiz Carlos inicia trazendo uma breve crítica sobre as escolas usarem apenas a variação normativa no ensino de língua materna e explica o porquê das escolas deverem trazer para o aluno as demais variações. Para defender o seu ponto de vista e a fim de elucidar o leitor, Travaglia traz um quadro de variações linguísticas tomadas por Halliday, McIntosh e Stevens (1974). Através disso, o autor traz subtópicos para apresentar algumas variações linguísticas existentes.

O primeiro subtópico trata sobre a variação dialetal, onde o autor explica como essa variação acontece e o porquê de sua existência através de exemplos simples e esclarecedores. O autor deixa claro que não existe um limite claro sobre as distinções entre os diversos dialetos, pois não é possível saber onde termina, por exemplo, o dialeto nordestino e onde começa o caipira.

³⁵Graduanda em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.
Orientação: Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

A seguir, Travaglia apresenta os dialetos na dimensão social onde o autor aborda sobre a variação por tal dimensão ser quase sempre interligada com o nível de escolaridade de cada pessoa. Além disso, o autor elucida que os dialetos sociais acabam por trazer um papel de identificação grupal, ou seja, a partir do dialeto utilizado é possível reconhecer a qual grupo social a pessoa é pertencente.

Ao longo do capítulo cinco, o autor traz algumas variações linguísticas como variação na dimensão da idade, do sexo, da geração (histórica), da função, de registro com subtópicos para elucidar o leitor sobre as minúcias de cada tipo de variação existente na língua. Isto para que consiga mostrar ao leitor a importância de o professor trabalhar a língua materna apresentando não somente a variação culta, mas sim as demais existentes, pois, de acordo com Travaglia, ao apresentar somente aquela como certa faz com que as demais pareçam erradas, sendo que isso acarretaria em preconceito linguístico.

Portanto, é evidente que o autor busca elucidar o leitor sobre a importância de serem trabalhadas, durante o ensino da língua materna, as variações linguísticas existentes para que os alunos possam compreender que a sua variação é importante assim como as demais. Além disso, o autor alerta sobre ser de suma importância ter conhecimento sobre as variações e adequações para cada uma, pois assim o aluno poderá desenvolver a capacidade de saber utilizar as variações sem preconceito linguístico. Outro ponto importante, é o que o autor, para defender sua tese, aborda sobre o professor, que ao utilizar apenas a variação culta passa um saber limitado, pois ao trabalhar textos antigos, precisará apresentar aos alunos a existência daquela variante para que possam compreender o texto. Entre outros argumentos, o autor é claro e objetivo ao apresentar as variações linguísticas e mostrar ao público leitor a importância do uso de cada uma e como podem ser utilizadas na sociedade.

A obra tem por objetivo discutir a importância das variações linguísticas e apontar os motivos dessa importância para professores e futuros professores, a fim de que possam refletir sobre e desenvolver métodos para alcançar o ensinamento das variações fazendo com que os alunos tenham conhecimento e com isso saibam utilizar a variação correspondente ao âmbito, sem precisar apagar sua própria variação. A obra é de suma importância, pois é de grande auxílio para aqueles que buscam um ensino de qualidade. Além disso, o autor tem uma visão que busca romper os preconceitos linguísticos existentes na sociedade.

RESENHA

MARTINS, Fernando José. Formação de professores e luta de classes. *In*: ORSO, Paulino José; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria. Educação e luta de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.111-123.

Larissa Galaxe Pereira³⁶
Marcos Frederico Lima Sedano³⁷

Credenciais do autor

Fernando José Martins é professor do curso de Pedagogia da Unioeste - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Foz do Iguaçu. Graduado em Pedagogia pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (2000), especializado em Supervisão, Orientação e Gestão Escolar pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (2001), mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2004) e doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009). Possui experiência na área da Educação, atuando principalmente em temáticas como Ocupação da Escola, Participação Popular e MST.

Outras obras

SILVA, J. Z.; MARTINS, F. J. As pesquisas em fronteira: mapeamento dos grupos vinculados ao diretório dos grupos de pesquisa do Brasil. *Interdisciplina*, v. 8, p. 161-177, 2020.

CABI, S. S.; MARTINS, F. J. Processo de constituição da fronteira e cultura étnica entre a comunidade Fula e Mandinga em Guiné-Bissau. *Revista Alamedas (Unioeste Toledo)*, v. 08, p. 212-227, 2020. MARTINS, Fernando José; SILVA, Janaine Zdebski Da. Intencionalidades formativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): o movimento social como sujeito educativo na escola de acampamento. *Revista do NUPEM*, v. 11, p. 92-102, 2019.

_____; MARTINS, Maridelma Laperuta; PEREIRA, Noemi Ferreira Felisberto. Escola sem partido e educação crítica. *Nuances*, v. 30, p. 143-156, 2019.

Resumo da obra

O capítulo *Deformação de professores no quadro atual: a tese de Smith* de Fernando José Martins faz parte do livro *Educação e lutas de classes* de Paulino José Orso e colaboradores. A obra tem como objetivo ressaltar o caráter social da educação e como essa não deve ser tratada como um objeto isolado ao analisarmos a organização da sociedade e seu panorama histórico. Para tal análise, investigou-se, dentre outros aspectos, questões como a qualidade de ensino e a formação de professores.

³⁶Graduanda em Letras - Instituto de Letras - Universidade Federal Fluminense.

³⁷Graduando em Letras – Instituto de Letras - Universidade Federal Fluminense.
Orientação: Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

Martins discorre em seu capítulo acerca de fatores importantíssimos sobre a formação de professores, sobretudo a má qualidade da mesma. A fim de refletir sobre o tópico em questão, o educador recorre à máxima do economista Adam Smith, a qual afirma que a educação para o povo deve ser ministrada em doses homeopáticas. Nesse sentido, a educação voltada para as camadas populares será de menor proporção, devido a um projeto societal presente principalmente em países pobres.

Um dos principais pontos abordados pelo autor é o que trata sobre a precária formação universitária dos professores. Martins questiona a capacidade de excelência das denominadas licenciaturas curtas e cursos à distância e até mesmo das universidades, posto que o que difere os cursos de licenciatura e bacharelado é apenas o acréscimo de disciplinas pedagógicas. Ademais, com a permutação dos cursos normais superiores em cursos de Pedagogia, o Estado isenta-se cada vez mais da responsabilidade acerca da qualidade da formação docente. Outro fator relevante é a segregação presente nas universidades públicas, que no caso do Brasil são extremamente avançadas em qualidade e produção científica, mas elitizadas, o oposto do que ocorre na educação básica pública. Para mais, essa segregação não se restringe somente ao ingresso nas mesmas, os cursos de licenciaturas são compostos sobretudo pelas camadas populares e são considerados instrumentais e não-científicos enquanto os ditos como produtivos são preenchidos pela classe dominante.

O autor comenta ainda sobre a formação continuada de professores, inserida em sistemas de educação formal. Agentes externos a ela, como movimentos sociais e a mídia são cada vez mais inseridos nos espaços de educação, de maneira que o processo institucional de formação de professores torna-se progressivamente indissociável entre os campos formal e não-formal.

Nesse sentido, Martins aponta que é imprescindível considerar os condicionamentos sociais ao falar de trabalho educativo. Para um professor de Português, por exemplo, seria inviável ensinar a língua sem considerar o indivíduo que a fala e seu modo de falar. A fim de promover tais questionamentos e manter-se vinculado a sua formação específica, faz-se necessária a preservação da autonomia escolar.

Encerrando o capítulo, defende-se que no âmbito escolar a formação de professores faz parte de um projeto social que deve ser inequívoco e almejado pela comunidade. Isso deve-se ao fato de que além de auxiliar na compreensão acerca da divisão de classes acarretada pelo sistema capitalista, a educação é um instrumento de grande relevância nos processos de superação e luta social.

Conclusão dos resenhistas

A mão invisível do mercado, termo proposto por Adam Smith, foi utilizado a fim de evidenciar como o mercado influencia na economia, através de processos que a priori não se apresentavam de forma explícita, mas estavam ali presentes e se organizavam de forma que sempre favorece o mercado econômico para um bem comum entre consumidor e comerciante. Esse conceito, trabalhado por Smith, favorecia seu pensamento de que o estado deveria intervir minimamente na economia, pois o mercado sempre conseguiria se auto-organizar e encontrar soluções que no fim favorecessem a todos, porém, não é o que se vivencia na prática, onde a “mão invisível” sempre fora controlada pelo mercado em prol dos interesses da alta burguesia.

De tal forma, esse ideal assim como outros se tornaram bases do liberalismo econômico, que atualmente se transformou em neoliberalismo e vem demonstrando paulatinamente sua filosofia em prática nas últimas décadas. Através de várias medidas, dentre elas a tão discutida nos últimos anos no cenário brasileiro, a privatização.

Economia e política são duas ciências sociais que andam lado a lado, e muitas vezes se confundem como uma e se tornam indissociáveis de tão entrelaçadas que suas teorias agem. Dito isso, ambas são fundamentais no regimento de uma nação. O que se pode observar nos dias atuais em relação a essa corrente neoliberal que se estreita cada vez mais, é que – ressignificando o termo de Smith – uma “mão invisível” interfere gradativamente de forma sistemática no processo público da educação como um todo.

Em seu estudo sobre a formação de professores no Brasil, Martins aponta a disparidade funcional sobre a educação que se oferece, como uma forma de manutenção das classes sociais. É de conhecimento geral que a educação pública no cenário geral atual enfrenta grandes desafios, como a falta de recursos dentro das salas de aulas, a alta evasão de alunos, mas outro problema tão presente e que não é tão evidenciado é a lamentável qualidade da formação dos professores, em que o próprio sistema faz deliberadamente ser dessa maneira.

A formação de professores segue um modelo defasado do ponto de vista social. Os profissionais da educação têm uma formação em que não lhes é exigida uma demanda de conhecimento acadêmico suficiente para sua área de atuação, fazendo com que se formem cada vez mais profissionais “incompletos”. Essa falta de orientação se reverte em professores que atuam em salas de aula sem o preparo necessário. Esse *modus operandi* reforça cada vez mais a manutenção da educação pública com níveis de estrutura curricular teórica e prática bem abaixo de escolas particulares.

Promover qualquer mudança nesse cenário vai além do próprio esforço da comunidade educacional, a qual constantemente questiona o modelo vigente, mas deve partir também da comunidade social. Cabe à sociedade de modo geral conscientizar-se como essa deformação de professores prejudica a todos, não obstante, é um caminho que não se modifica da noite para o dia, pois deve-se ir mais a fundo e reorganizar mudanças profundas no cenário político e tal como a sociedade porta-se diante desse.

Crítica dos resenhistas

Ao analisarmos a data do artigo de Martins, publicado em 2008, e ao compará-lo com a presente data, 13 anos após a publicação, percebemos que sua análise continua muito atual, pois não houve mudanças significativas no que tange à formação dos professores, ou como o próprio autor propõe, a deformação dos mesmos.

Os cursos superiores de licenciatura continuam sendo vistos como “menos científicos” pelo meio acadêmico, com pouco investimento financeiro por parte do governo. Além disso, ainda há uma forte predominância por pessoas de classe social elevada nas faculdades públicas, sobretudo nos cursos considerados produtivos, elitizando instituições que são referência científica nacional e internacionalmente. Dessa maneira, impede-se o ingresso quantitativo de pessoas de classe baixa nesses cursos, que ocupam como maioria os cursos de licenciatura - mais um fator que explica o porquê desses serem menos prestigiados por olhares do governo.

É inegável que certas políticas engessadas no meio acadêmico dificultam ainda mais esse panorama. Mesmo havendo, na teoria, oferta de cursos distintos - bacharelado e licenciatura -, na prática essa distinção entre os cursos se restringem a apenas algumas poucas matérias, posto que grande parte da grade curricular é compartilhada. As análises de Martins mantêm-se pertinentes e impressionam o leitor que busca essa leitura nos dias atuais. Lamentavelmente, ao invés de caminharmos para um caminho que pudesse modificar essa situação e melhorar a qualidade do ensino público brasileiro, cada vez mais as pautas políticas que interferem na educação se esforçam para não só manter essas desigualdades, como também para aumentá-las progressivamente.

Nesse sentido, a educação voltada para as camadas populares deve ser ínfima se comparada ao que desfrutam as elites. Visto que existe o interesse em evitar ao máximo que a educação consiga ser um fenômeno que se expanda na sociedade e atinja seu propósito transformador na vida da maior parte da população brasileira. Em suma, não coincidentemente essa situação se mantém e crescentemente ganha mais forças para permanecer dessa maneira enquanto as práticas neoliberais, nos dias atuais, têm raízes mais fortes fincadas nas estruturas políticas ocidentais.

Indicações dos resenhistas

A obra tem por objetivo expor e questionar não só a qualidade da formação de professores, mas também a sociedade capitalista vigente. A partir do exposto, estimula a reflexão acerca do processo de elitização das universidades públicas, a precarização da educação básica pública como um projeto societal e o descaso governamental em relação à formação de docentes competentes. Dessa forma, faz-se uma leitura primordial para todos que almejam ingressar no magistério ou que de alguma forma estejam relacionados ao sistema educacional brasileiro.

RESENHA

BRITTO, L. P. L.. Sujeito da linguagem, sujeito de ensino. In: A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical. Campinas, SP: ALB: Mercado de Letras, 1997, p. 153-166.

Lorraina Almeida Serrão de Souza³⁸

O texto intitulado como *Sujeito da linguagem, sujeito de ensino*, propõe uma nova perspectiva acerca do modo como o sujeito constrói o seu conhecimento da língua, baseado nas teorias de dois estudiosos da linguagem: Franchi e Geraldí, a fim de refletir a maneira como esse pensamento pode ser inserido dentro de sala de aula, tornando o ensino de língua ao mesmo tempo operacional e reflexivo.

O autor, então, continua o seu texto explicando as diferentes perspectivas dos autores, estes que participam da chamada “escola da Unicamp”, pois possuem uma concepção de linguagem e decorrências metodológicas na análise do discurso e no ensino de língua. A partir dessa concepção, é possível explicarmos a maneira que o sujeito é visto nas correntes dos pensadores: o aluno e o professor deixam de ocupar o lugar de função social e passam a ser considerados simplesmente interlocutores, perdendo assim a noção de professor como um mero emissor de conhecimento e o aluno como mero receptor. A partir dessa perspectiva, a linguagem e a construção do conhecimento são vistas através da historicidade do sujeito e da linguagem.

No segundo tópico de seu texto, Britto exemplifica a relação do sujeito com a linguagem, primeiro à luz de Franchi, que se contrapõe ao princípio básico do estruturalismo de que a linguagem é um objeto exterior ao homem, e defende a linguagem como parte constitutiva do sujeito que a constrói e reconstrói em cada ato enunciativo, o que impossibilitaria que a mesma possa ser estruturada; em seguida, à luz de Geraldí, que insiste na noção de trabalho linguístico, ou seja, a língua é marcada, historicamente, pelo fazer e refazer contínuo e qualquer outra concepção dela entraria apenas como avaliação, valorização, disputa, etc.

No terceiro tópico intitulado *O funcionamento da linguagem e ações linguísticas*, Britto explica os três tipos de ações linguísticas defendidas por Geraldí: *as ações que se fazem com a linguagem* (i), *as ações que se fazem sobre a linguagem* (ii) e *as ações da linguagem* (iii). Abaixo especificadas:

- (i) As ações que se fazem com a linguagem referem-se à concepção de que ao enunciar, os sujeitos realizam mais do que simplesmente falar algo, ou seja, a língua está repleta de referências, e elas só são possíveis de serem acessadas a partir do compromisso estabelecido entre os interlocutores, uma vez que ambos constroem sua fala a partir da maneira que veem ou não o mundo, criando um sistema de referências que é ao mesmo tempo coletivo e particular;
- (ii) As ações que se fazem sobre a linguagem são as próprias tentativas do sujeito falante em buscar sentidos para o seu discurso, ou seja, retornar à linguagem para melhor expressá-la;
- (iii) As ações da linguagem são as suas consequências históricas, ou seja, os limites e possibilidade linguísticos inseridos na historicidade e que se tornam significativos, a busca da própria língua em padronizar a fim de fornecer os sentidos necessários quando o sujeito pronuncia enunciados.

³⁸Graduanda em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.
Orientação Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

No quarto tópico intitulado *As práticas pedagógicas em uma perspectiva sociointerativista* o autor defende de que maneira as teorias linguísticas explicadas anteriormente poderiam ser efetivamente utilizadas dentro de sala de aula. A partir da noção de professor/aluno como interlocutores perde-se a característica de hierarquia e, conseqüentemente, revela-se a artificialidade linguística presente nas interações educacionais na qual os interlocutores assumem um falso papel de interlocutores, sem efetivamente se concretizarem como um “eu” e um “tu” que realizam uma troca comunicacional intersubjetiva.

A partir dessa concepção, então, aluno e professor encontram-se ambos numa posição de aprendizagem, uma vez que a troca comunicacional (perpassada pela historicidade coletiva e individual) possibilita a abertura de sentidos e seus eventuais fechamentos, sempre mediado pela interação de todos os sujeitos da sala de aula, a fim de construir os saberes linguísticos e não-linguísticos.

Geraldi defende um ensino no qual o aluno não apenas seja exposto a textos artificiais, mas que se baseie num tripé pedagógico: *produção de textos* (i), *leitura de textos* (ii) e *análise linguística* (iii), abaixo especificados:

- (i) Através da produção de textos é possível explorar a subjetividade, uma vez que o sujeito articula o aqui e o agora em relação ao mundo, a construção de textos (sejam eles orais ou escritos) também precisa ser uma relação de interlocutores, ou seja, o aluno constrói/produz textos baseado em “o que dizer?” e “para quem dizer?”, possibilitando o professor de explorar as estratégias mais adequadas;
- (ii) A leitura de textos é o ponto contrário à produção, mas que também precisa se debruçar nas mesmas perguntas feitas anteriormente, possibilitando que o aluno faça uma leitura crítica, possibilitando o confronto de ideias e abrindo-se a novas interpretações;
- (iii) A análise linguística é o entrelugar presente na concepção de produção e leitura de textos, uma vez que ela possibilita a reflexão da própria linguagem, buscando sempre construir cada vez mais conhecimento, o reconhecimento estrutural da língua é válido a partir do momento em que participa dessa construção do conhecimento e que não acaba em si mesma, pois possibilita ao aluno um saber gramatical e social ao mesmo tempo.

Reflexão crítica sobre a obra e suas implicações

A discussão levantada pelo autor Luiz Britto é de extrema importância para os professores e estudantes do ensino de língua materna, uma vez que pensar na relação entre aluno/professor e suas eventuais funções sociais são intrínsecas.

A partir de uma perspectiva acerca do sujeito da linguagem, ou seja, a relação reflexiva do sujeito com a linguagem ao longo do tempo possibilita transferir esses saberes para as práticas pedagógicas. O ensino de língua materna é o maior desafio do estudante de letras, pois o mesmo encontra-se constantemente em amarras tradicionalistas baseadas em decoração de formas gramaticais e artificialmente trabalhadas em textos que estão completamente fora da realidade do próprio uso da língua. Pautar a aquisição do conhecimento e, conseqüentemente, uma ampliação linguística e social, através de textos em todas as suas esferas (oral e escrito) engrandece a língua ao mesmo tempo que conversa com as partes constitutivas do ensino: aluno/professor, multiplicando as possibilidades de interpretação e facilitando o acesso a sua própria língua.

RESENHA

GERALDI, J. W. Unidades básicas do ensino de português. In: _____. O texto na sala de aula: leitura & produção. 2 ed. São Paulo: Ática, 1997. p. 49-69.

Lucas de S. Bernardo³⁹

Conforme consta em seu Currículo Lattes, João Wanderley Geraldi possui graduação em LETRAS pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (1980), graduação em CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS pela Universidade Federal de Santa Maria (1970), mestrado em LINGUÍSTICA (1978); doutorado em LINGUÍSTICA (1990); livre-docência em Análise do Discurso (1995) e Professor Titular (2003), pela Universidade Estadual de Campinas.

Ao iniciar o texto, o autor afirma que sua obra é respaldada pela concepção na qual a linguagem é considerada como forma de interação e que seu objetivo é que suas sugestões possam servir como recurso a outros educadores, além de mostrar como a linguagem se relaciona com as atividades pedagógicas práticas que ele expõe no decorrer do texto.

A obra é dividida em três partes principais: **A Prática de leitura de textos**, **A prática de produção de textos** e **A prática de análise linguística**, possuindo cada parte suas respectivas divisões.

Na primeira parte, que diz respeito à leitura de textos, Geraldi aponta dois tipos diferentes de textos: os curtos, como crônicas; e os longos, como romances. Nesse primeiro momento, o autor discorre mais sobre a aplicação dos textos longos, pois os considera mais convenientes para o aprendizado de leitura; já os mais curtos, são considerados por ele como melhores ferramentas no processo de aprendizagem da escrita. O sistema proposto no texto é bem explicado e bastante detalhado, abordando a questão de tempo de aula disponível e da quantidade de livros prevista que cada aluno poderá ler, sugerindo, inclusive, diversas modificações de aplicação a depender da realidade da instituição e da condição socioeconômica dos alunos. Nessa proposta, são selecionados cerca de quarenta livros, que devem ser lidos e rotacionados entre os alunos. Vale ressaltar que Geraldi antecipa questões que podem ocorrer nesse percurso, como a reação inicial dos alunos ou o desejo de trocar de livro, demonstrando assim sua vasta experiência em sala de aula e a aplicação prática de suas propostas. Quanto à avaliação, o autor propõe que seja quantitativa, baseando-se nos livros que a criança leu, sendo desnecessária, nesse primeiro momento, a realização de fichas ou resenhas, considerando-se que o objetivo é atribuir ao aluno o gosto pela leitura.

Na segunda parte, que concerne ao ensino da prática escrita, Geraldi expõe sua insatisfação com as propostas tradicionais de redação, as quais sempre possuem temas repetitivos, como “minhas férias” e, além disso, são artificiais, pois os alunos sabem que o único leitor será o professor e que o único objetivo é o de tirar uma nota satisfatória. O resultado disso, muitas vezes, é a redação acabando na lixeira logo após a ciência da nota. Sendo assim, o autor apresenta um ótimo método que muda drasticamente esse contexto: os alunos devem produzir textos que serão armazenados e lidos pelo resto da turma, por toda a instituição de ensino, pelos familiares, pela vizinhança e até mesmo pelos leitores dos jornais da cidade, sendo que o nível de exposição dos textos deve ser proporcional à série na qual os alunos estejam, assim como os tipos de textos trabalhados e as abordagens, que também são separados por série. Na quinta série, por exemplo, a

³⁹Graduando em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.
Orientação: Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

proposta é que os alunos ouçam histórias contadas por seus responsáveis e em cada dia de aula esse aluno contaria sua história, que também seria escrita pelos demais. Também é citada a possibilidade de os alunos escreverem cartas uns para os outros, salientando-se que receber uma carta os empolgaria. Essas propostas possuem uma dinâmica que facilmente empolga os alunos, extrapolando os textos escritos da bolha aluno-professor e fazendo com que os alunos praticamente aprendam brincando uns com os outros. Conforme o avançar dos alunos pelas séries do Ensino Fundamental, os tipos de textos propostos também se intensificam, de modo que na oitava série os alunos já estejam trabalhando com textos narrativos de economia e política, com textos de argumentação dissertativa, cartas de emprego etc.

O texto do professor João Wanderley Geraldí expressa dedicação e extrema criatividade a cerca do contexto do ensino do Português no Ensino Fundamental, destacando-se, principalmente, na praticidade das propostas. Isso fica bastante evidente nos trechos em que o professor descreve as reações das crianças às abordagens, adiantando os frutos e as possíveis complicações relacionados às suas propostas, que foram testadas e aprimoradas por diversos professores e instituições de ensino.

RESENHA

FREITAS, L. C. Reflexões sobre a luta de classes no interior da escola pública. In: _____(org.). Educação e luta de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 95-109.

Lucylla Moore de Sousa⁴⁰

O texto fala da luta de classes dentro do ensino e como isso pode impactar os estudantes, assim como, o que o educador pode fazer para ajudar a desenvolver o pensamento crítico dos alunos e manifestar o espírito de igualdade, mesmo dentro da nossa sociedade tão individualista.

O autor leva em consideração a transição do ensino medieval para os tempos atuais, alegando que houve grandes mudanças com o passar do tempo. Pois todo o ensino feudal era pautado nos dogmas da igreja católica além do conhecimento ser ligado diretamente à situação econômica, uma vez que não havia escola pública. Com a chegada do iluminismo, que preza a ciência e o conhecimento, o cenário começa a mudar já que todos começam a ter acesso à educação.

Visto que a escola pública é onde está concentrada a maior parte da classe trabalhadora, é necessário sim expor as desigualdades sociais presentes em nosso sistema e ajudar o aluno a tomar consciência de tais fatos. Auxiliando-o a desenvolver o seu pensamento crítico para não ser um indivíduo alienado pelo sistema, no entanto, nosso cargo de educador não nos dá liberdade para falar abertamente de nossas escolhas políticas e ideológicas dentro de sala de aula. Neste momento é que entra a habilidade do professor de abordar assuntos de maneira neutra, sem transparecer que apoiamos um lado ou outro e sim mostrando os privilégios do sistema burguês e os problemas que podem causar à classe trabalhadora.

⁴⁰Graduanda em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.
Orientação: Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

RESENHA

FREITAS, L. C. Reflexões sobre a luta de classes no interior da escola pública. In: _____(org.). Educação e luta de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 95-109.

Rafael de Freitas Conceição⁴¹

Sobre Luiz Carlos de Freitas

Professor aposentado da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP - (SP) Brasil.

O presente capítulo lido tem a pretensão inicial de apresentar-nos um panorama de qual deveria ser a posição do professor que atua em uma escola pública, apresenta as mais diferentes nuances nesse espaço coletivo que é composto dos mais diferentes acontecimentos, no qual parcela significativa da sociedade vem sendo formada.

O capítulo faz uma viagem no tempo, mostrando de início como era a educação no feudalismo, uma educação comandada pela igreja, em que a base de tudo era o medo, que movia a população. Caso fizessem algo que fosse considerado errado pela igreja, o “inferno” era o final do percurso para eles. Visto que aos que fugiam das regras dessa instituição, teriam um lugar cativo, denominado inferno, como espécie de punição. Dessa forma, a igreja impôs um rigoroso controle em sua população, que trabalhava cada vez mais obedecendo a ordem totalitária.

O feudalismo teve fim e com isso novos ideais acabam surgindo, o Iluminismo e a Revolução Francesa. Uma grande agitação toma conta da sociedade e revoluções são realizadas. A classe trabalhadora luta e consegue um espaço, todavia, um novo aparelho de controle acaba surgindo, o Capitalismo agora é o mais “novo inferno” que a classe trabalhadora tem que enfrentar, a burguesia usando de todo o seu poder faz os Estados Nacionais surgirem, e o Estado passa a ser um grande aparelho de controle de toda a população.

A escola capitalista tem como principal função a criação de mais material humano para o “chão de produção” burguesa. A educação pública tornou-se um grande negócio, em que podemos perceber os interesses do Estado, que visa a aplicar o controle e nunca permitir a ascensão da classe trabalhadora, por isso investe pesado no desmonte de uma educação pública e de qualidade.

Do outro lado, encontramos a rede privada de ensino, tendo em vista que este se tornou um grande negócio, cada vez mais encontramos a competitividade capitalista fazendo da Educação sua porta de entrada, quanto mais cara sua escola, maiores serão suas chances de alcançar a tão sonhada vaga em um curso elitista. É sempre questionável o fato de ver a classe trabalhadora frequentando as escolas públicas e os burgueses as escolas privadas. No ensino superior isso muda, o pobre luta para pagar sua faculdade, porque não obteve uma boa base de ensino para enfrentar a competitividade capitalista e vemos o rico ocupando um lugar na universidade pública.

⁴¹Graduando em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.
Orientação: Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

Diante disso tudo que foi exposto, cabe pensarmos o papel do professor, papel esse que tem que ser a Verdade, o professor deve estar comprometido com a luta de classes, abraçar a causa trabalhista, além de fazer parte desse mesmo grupo, professores e alunos devem dar as mãos em busca de uma sociedade com mais equidade, em que a única coisa que não falte é a certeza de que é só a partir da educação que libertaremos o mundo da “doença” capitalista.

RESENHA

BRITTO, Luiz Percival Leme de. Sujeito da linguagem, sujeito de ensino. In: *À sombra do caos: Ensino de língua x tradição gramatical*. Campinas, SP: ALB: Mercado de Letras, 1997, p. 153-166.

Renata da Silveira Guimarães⁴²

Luiz Percival graduou-se em Letras pelo Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas (1983), onde também fez mestrado (1988) e doutorado (1997) em Linguística. Trabalha com leitura e formação há trinta anos. É professor da Universidade Federal do Pará, onde coordena o LELIT – Grupo de estudos, pesquisa e intervenção em leitura, escrita e literatura na escola. É membro do Movimento por um Brasil Literário e professor de referência da Olimpíada de Língua Portuguesa no Estado do Pará.

A presente resenha corresponde ao capítulo sete, intitulado *Sujeitos da linguagem, sujeito ensino*, que, por sua vez, faz parte do livro *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. Através dos estudos de Franchi e Geraldí, autores que são citados ao longo do capítulo, Luiz Britto busca analisar como o sujeito constrói conhecimento sobre a língua, avaliando tanto o ponto de vista do aluno como o do professor.

Franchi e Geraldí fizeram uso de propostas para o ensino de Português fora do campo tradicional, focando no sujeito e na linguagem - algo que o próprio autor da obra demonstra concordar com os métodos desenvolvidos por ambos os educadores. Por eles identifica concepções acerca da língua e do ensino: *a relação do sujeito com a linguagem, o funcionamento da linguagem e as ações linguísticas e as práticas pedagógicas em uma perspectiva interacionista*.

O primeiro ponto, *a relação do sujeito com a linguagem*, traz a visão de que o sujeito e a linguagem são objetos histórico-sociais. A linguagem é atividade constitutiva do pensamento e, por ela, temos a obtenção de informação das nossas ideias. Faz parte de um trabalho linguístico em que está sempre se constituindo por meio de um fazer contínuo. Sendo, portanto, caracterizada como criativa.

A segunda questão diz respeito ao *funcionamento da linguagem e das ações linguísticas*. Estas ações dividem-se em três partes: *as ações que fazem com a linguagem*, discorrendo que o enunciado está ligado a um sistema de referências tanto coletivo quanto particular, interferindo nos valores, julgamentos, opiniões, é a ação de um sobre o outro; *as ações que se fazem sobre a linguagem*, ligada à ação criativa e às formas no trabalho dos falantes e no ato linguístico; e, por último, *as ações da linguagem*, que atuam estruturando a mesma, estabilizando e limitando as formas de raciocínio e de compreensão do mundo. Porém, vale ressaltar que, as ações *com a* e *sobre a* linguagem possibilitam que esses limites sejam ultrapassados.

A terceira concepção, por fim, *as práticas pedagógicas em uma perspectiva sociointeracionista* levanta um questionamento sobre o modo mecânico de como a língua é ensinada. Nesse momento, Britto cita Paulo Freire buscando mostrar que o educador atua como um mediador entre o aluno e a construção da linguagem do mesmo. É um processo de aprendizagem recíproca.

⁴²Graduanda em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.
Orientação: Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

Dentro dessa mesma concepção, o autor cita o tripé construído por Geraldi para que seja desenvolvida uma melhor prática pedagógica, são eles: *produção de textos*, *leituras de textos* e a *análise linguística*. Após a análise destas três práticas, Luiz Britto finaliza o capítulo. Explicando, agora, cada uma delas:

- Produção de textos: é o lugar da subjetividade, em que se dá espaço para o ato criativo, que pode estar presente tanto na modalidade oral quanto na escrita;
- Leitura de textos: o sujeito lê porque quer descobrir algo, e com isso, encontrar respostas e fazer novas descobertas;
- Análise linguística: corresponde à construção do conhecimento. Como as gramáticas não são suficientes para refletir, a análise faz com que sejam percebidos recursos expressivos que são constituídos na linguagem.

A análise linguística pode ser dividida em duas atividades: epilinguística, que se refere ao *uso dos recursos expressivos em função da atividade linguística em que o que sujeito está engajado*, e deveria ser apresentada nas primeiras séries da vida escolar; e a metalinguística, que se caracteriza como *uma reflexão analítica sobre os recursos expressivos, que levam à construção de noções com os quais se torna possível categorizar tais recursos* (Geraldi, 1993, p. 190).

De modo geral, o capítulo do livro de Luiz Percival Britto apoia-se em alguns autores específicos, como: Franchi, Geraldi e Paulo Freire, todos educadores e que possuem ideias bastante comuns, e que o próprio autor demonstra-se a favor das mesmas. Além destes, o texto aparenta basear-se em estudos Chomskyanos, ou seja, gerativistas, por trazer a perspectiva da linguagem como criativa, deixando claro o modo como sempre está se renovando. E há, ainda, teorias de Vygotsky, associadas na relação entre professor e aluno, em que o primeiro atua como mediador no processo de aprendizagem.

A importância do educador fica bastante significativa na leitura, pois é através dela que se é possível compreender a mente do aluno e o seu desenvolvimento na linguagem, e, assim, poder contribuir para enriquecer esse conhecimento. Britto, concordando com esses autores e teorias, denota a necessidade de fugir de práticas educativas tradicionais e repetitivas, e dá maior ênfase para aquilo que irá estimular a criatividade e o conhecimento mais amplo do discente.

Isso fica nítido quando cita dois exemplos no subtítulo das práticas pedagógicas, e aquele que, aparentemente, é o mais coerente e coeso não possui articulações entre as sentenças; a estrutura permanece a mesma, mudando somente o predicado. De acordo com Chomsky, se a linguagem é criativa e articulada, o ideal é que a formulação do texto não seja mecânico, mas sim que mostre o quanto pode ser desenvolvido, que é o caso do aluno 2, que mesmo escrevendo sem muita coesão e coerência, articula mais que o primeiro.

Finalmente, o conteúdo desta obra permite ao professor amadurecer mais e reavaliar os seus métodos de ensino, trazendo alternativas mais interessantes e mais proveitosas de serem trabalhadas em sala de aula, pois se a linguagem é criativa, o conteúdo ministrado também pode, e deve ser.

RESENHA

MARTINS, Fernando José. Formação de professores e luta de classes. In: ORSO, Paulino José; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria. Educação e luta de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 111-123.

Rogério Motta da Silva⁴³

Apresentação do autor

Possui graduação em Pedagogia - Orientação Educacional pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão(2000), especialização em Supervisão, Orientação e Gestão Escolar pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão(2001), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná(2004) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009). Atualmente é Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Membro de corpo editorial do Ideação (Cascavel), Comissão Pedagógica Nacional do PRONERA do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Membro de corpo editorial do Encuentro de Saberes: luchas populares, resistencias y educación, Visitante da Universidade Pedagógica - Moçambique, Membro de corpo editorial da Revista Brasileira de Educação do Campo, da Universidade Federal da Fronteira Sul, Membro de corpo editorial da Debates Insubmissos, Membro de corpo editorial do Conselho Editorial da EDUNILA e Coordenador de GT do Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais. Tem experiência na área de Educação. Atuando principalmente nos seguintes temas: Ocupação da Escola, MST, Participação Popular.

Análise crítica do artigo

O parágrafo introdutório estabelece um ponto de articulação entre a *deformação* de professores e a tese do economista liberal Adam Smith. Fernando Martins entende que, para discutir qualquer assunto interligado à educação, é necessário ter uma cosmovisão da própria organização da sociedade. Segundo o autor, terminologias associadas ao modelo socioeconômico-político e às ressignificações de estruturas sociais são exaustivamente utilizadas sob o verniz de novas palavras. O neoliberalismo nada mais é que o liberalismo reinventado, a desigualdade social aparece sob a rubrica de exclusão e até mesmo o termo ressignificação passa pelo crivo da reinvenção. Nesse sentido, abre-se uma discussão colocando no centro de análise a formação dos(as) professores(as) e a premissa do pensador liberal Adam Smith de que a educação deve ser ministrada ao povo em doses homeopáticas.

Fernando Martins problematiza que para lecionar na educação básica, basta ter uma formação igualmente básica, não necessitando, portanto, de uma formação de grau superior. Esse fato sinaliza para uma importante distinção hierárquica entre os alunos que são formados por educadores das séries iniciais, em relação aos concluintes de níveis mais avançados. O artigo demonstra, ainda, que há uma parcela significativa de professores que atuam no ensino médio sem passar por qualquer licenciatura. Na zona rural o número de professores sem nível superior é ainda mais alarmante. Fatores que, segundo o autor, ressaltam a precariedade do sistema educacional brasileiro. Contudo, é notório que essa lógica, a cada ano, tende a ser desconstruída, haja vista, que muitos docentes com formação superior passam a ocupar as cadeiras da educação básica, mas a

⁴³Graduando em Letras – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense.
Orientação: Prof. Aroldo Magno de Oliveira.

realidade mostra que os professores dos anos iniciais têm, majoritariamente, uma formação básica.

Há, ainda, a questão da formação à distância para cursos de grau superior - os chamados cursos EAD - que "qualificam" profissionais segundo uma metodologia duvidosa e estrutura pedagógica deficientes. Os cursos são geralmente curtos, oferecendo menos disciplinas e, geralmente, acontecem de forma fragmentária em relação à integralização dos semestres. O debate mais recente sobre a formação de professores que se arrasta desde a promulgação da LDB de 1996, fortalece a premissa de Adam Smith. As disposições transitórias da LDB estabelecem que até 2006, todos os professores, independentemente da série de atuação, deverão ter diploma de nível superior. Ocorre que se trata de um dispositivo transitório e, portanto, não impõe a obrigatoriedade de uma graduação na modalidade licenciatura para lecionar na educação básica. É neste contexto que surgem as Instituições Superiores de Educação, cujo principal objetivo é reunir cursos de licenciaturas.

Fernando Martins constata que a realidade brasileira, no que diz respeito à inovação e ao aperfeiçoamento do sistema educacional é um verdadeiro engodo. O autor, inclusive, faz remissão ao jargão “mudar muito, para nada mudar”. Exemplo desse falseamento da realidade é a implantação das Instituições Superiores de Educação, destinadas à formação de docentes. Esses centros de formação, segundo dados estatísticos, figuram em último lugar no critério de qualidade de ensino e estão atrás das Universidades, de centros universitários e faculdades integradas. Não existe a exigência de dedicação exclusiva dos professores e, tampouco, a qualificação de mestre e doutores para ocuparem os cargos. Esse quadro, então, corrobora com o processo de formação homeopática de professores e, contraditoriamente, com respaldo legal para tanto.

À época de publicação do referido artigo, o governo federal incentivava uma política de formação de professores à distância, cuja representante maior foi a Universidade Aberta do Ministério da Educação. Segundo o autor, essa estrutura de ensino vai ao encontro das tradições capitalistas, que prevê a redução dos custos e a consequente diminuição da qualidade da educação. Trata-se, então, de isentar o Estado de responsabilidades de criar novas Instituições de Ensino Superior com formação mais sólida, de qualidade e autônomas.

Após a análise crítica de como se constitui o sistema educacional brasileiro, o autor se debruça sobre o elitismo e o prestígio que as Universidades Públicas gozam. O autor assevera que há uma segregação no ingresso nas Universidades Públicas que se verifica entre as camadas mais populares e as mais elitizadas. Contudo, o funcionamento acadêmico revela outro tipo de segregação no interior das Universidades: a existência de cursos produtivos, como os de medicina e os de engenharia e os cursos de licenciaturas. É justamente nessa segunda tensão que o processo de elitização se forma. Fernando Martins argumenta que os cursos de formação de professores são considerados como instrumentais, não científicos, logo, são suscetíveis de serem desqualificados.

Esse elitismo que se forma no âmbito do ensino superior sistematiza duas práticas que são endêmicas na formação de grau superior: a primeira que investe nos mecanismos institucionais, cuja finalidade é perpetuar uma determinada categoria da população para assumir determinados cargos e funções mais elitizadas; e uma segunda prática que está relacionada ao sucateamento da educação básica que pode se traduzida na metáfora das doses homeopáticas tal qual assevera Adam Smith. Importante assinalar que essas duas práticas não são obras do acaso, ou resultam de um infortúnio ao qual os pobres estão destinados. A cronificação da exclusão e segregação no sistema de educação no Brasil é inequivocamente um projeto político e com escopo das lideranças do Estado.

O autor continua e ressalta a importância do compromisso social das Universidades, pois elas constituem uma ferramenta de fortalecimento da classe trabalhadora, dos mais diversos campos de atuação profissional. Contudo, é preciso ir além no sentido de incluir a classe trabalhadora nos espaços acadêmicos. Torna-se urgente garantir direitos, através de políticas públicas, no que

concerne à manutenção e à permanência dos estudantes nos cursos de graduação. Esse é o real sentido contra as forças hegemônicas do elitismo e aparelhamento do Estado que buscam manter a classe abastada no topo da pirâmide.

Suplantada a crítica ao elitismo e à verticalização do ensino no Brasil, o autor, em consonância com a tese marxista de que o educador precisa ser educado, coloca em pauta a questão da “formação continuada”. A formação continuada da qual o ensaísta fala está no liame de uma educação formal e dos processos sociais que institui a escola como centro de formação de sujeitos. Neste ponto, considera-se que a educação é algo bastante abrangente, que extrapola as paredes dos centros de ensino e formação atingindo, sobretudo, as relações humanas. A educação, como se espera, não prescinde somente de um arcabouço pedagógico e/ou físico para consolidar o processo ensino-aprendizagem. Outros elementos/recursos - não formais - são imprescindíveis para uma formação integral e continuada. Destaca-se, entre eles, o engajamento a movimentos sociais, as lutas dos grupos minoritários, o enfrentamento às práticas fascistas, a opressão estatal etc. Em última instância, pensar em formação de professores (continuada ou não), na perspectiva da classe trabalhadora, significa romper com as amarras de uma educação elitizada e antidemocrática. Formar professores com consciência de classe é a base de uma efetiva transformação no/do social. E essa mudança tem uma potência ainda maior quando a escola torna-se um pólo irradiador do pensamento crítico e se espalha pela sociedade (campo da revolução política).

Considerações acerca do ensaio

O texto, ora apresentado, datado de 2008 e apesar de estar desatualizado em relação aos recentes processos de educação no Brasil, traz importantes contribuições para se pensar como o sistema de educação brasileiro se constituiu. A crítica que o autor constrói é clara e contundente, mas não consegue sustentar-se integralmente quando aplicada aos dias atuais. De 2008 até 2021, passaram-se 13 anos e, neste período, foi notório o acirramento das desigualdades sociais e a falência generalizada das instituições públicas, seja através do sucateamento e desmonte (como vem acontecendo com as universidades públicas), ou mediante programas de privatização. A agenda global da ultra-direita - evidenciada pelo retorno de práticas e discursos fascistas -, colocou a escola e as instituições de ensino superior, principalmente os cursos ligados à Humanidades, sob constante vigilância e controle. Há um forte apelo ao ensino moral, em detrimento a uma proposta ética de educação. Determinados conteúdos dos PCN foram retirados dos programas - pelo fato de serem ofensivos à moral individual ou familiar -, ao passo que, escandalosamente, disciplinas são censuradas ou, até mesmo, abolidas dos currículos.

Outro ponto que o texto analisado destoava da atual realidade brasileira está relacionado ao número de professores da educação básica sem ensino superior. Apesar de a LDB de 2006 não impor a obrigatoriedade de o professor passar por uma formação acadêmica para poder lecionar, esta serviu de estímulo para que muitos docentes das séries iniciais buscassem uma qualificação dentro das Universidades. Esse fato, aumentou a quantidade de professores com formação acadêmica, mas ficou longe de resolver a problemática da formação e do ensino. Neste ponto, Fernando Martins, é atual, pois o suposto reforço de professores com formação superior apenas serviu para corroborar a ideia do “mudar muito, para nada mudar”.

Em relação às Universidades, o autor tem um ponto de vista assertivo quanto ao caráter elitista das Universidades espalhadas pelo Brasil. Os cursos que projetam os graduandos ao mercado de trabalho científico e produtivo têm mais prestígios e, conseqüentemente, oferecem um salário muito maior, produzindo, portanto, uma casta de privilegiados que na maioria são brancos, de classe média e alta. Por outro lado, as licenciaturas, cursos destinados à formação de professores, têm um corpo discente basicamente formado pelas classes populares. Muitos estudantes desses cursos são filhos de pedreiros, porteiros, empregadas domésticas, operários e trabalhadores informais cujas etnias predominantes são pretos e pardos, muitos, inclusive, moradores da periferia.

Verifica-se, portanto, uma segregação no interior da própria Universidade, fato que há alguns anos vem sendo corrigido através das políticas públicas afirmativas para ingresso nas Universidades Públicas.

Já em 2008 - ano de publicação do artigo -, algumas Universidades, dentre elas a UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro -, já contavam com políticas afirmativas. Fato que, com muita luta, começou a desmontar o elitismo na Universidade. Obviamente que as Universidades ainda precisam reformular suas políticas afirmativas, haja vista, que grupos étnicos sofreram duros golpes com o avanço deliberado da extrema-direita, a reboque de ideias fascistas.

A educação brasileira, portanto, precisa estar conectada aos movimentos de classes e a um eficiente método de formação, cuja base didático-pedagógica fomente o pensamento crítico sobre o próprio processo de formação e, sobretudo, sobre os movimentos sociais, políticos e econômicos. Fernando Martins demonstra lucidez ao afirmar que a educação jamais deve ser pensada de forma estanque ou dissociada das lutas de classes e das mobilizações políticas que visam um ensino universal, gratuito e de excelência.

Conclusão

Constata-se, então, que a educação no Brasil é presumidamente dissociada de um método de formação de professores democrático, sólido e consistente, principalmente na educação básica. Isso implica dizer que as escolas que oportunizam programas educacionais de fundamental I e II e ensino médio, por consequência, falham na formulação do seu projeto político pedagógico. Não só falham, mas também dão seguimento ao perverso programa de esvaziamento dos conteúdos/disciplinas e alienação dos estudantes, formando um círculo vicioso, em torno do qual se fortalece a elite abastada brasileira. Interromper com essa prática, pressupõe investir e valorizar a formação de professores (pretérita e continuada) com vistas ao enfrentamento do sistema capitalista, afastando a educação da lógica mercadológica. A educação libertadora, de fato, está na base de uma proposta pedagógica pautada na pluralidade e subjetividade de todos os atores que fazem parte da comunidade escolar.